

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Glivia Guimarães Nunes

**RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO
SEQUENCIAL DA ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS: UM ESTUDO
SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Santa Maria, RS,
2018

Glivia Guimarães Nunes

**RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA
ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS: UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS
2018

Nunes, Glivia Guimarães
RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA
ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS: UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL /
Glivia Guimarães Nunes.- 2018.
209 p.; 30 cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2018

1. Gêneros argumentativos 2. Organização sequencial da
argumentação 3. Linguística Sistêmico-Funcional 4. Relações
lógico-semânticas I. Cabral, Sara Regina Scotta II. Título.

Glivia Guimarães Nunes

**RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA
ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS: UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

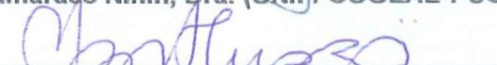
Aprovado em 21 de fevereiro de 2018:



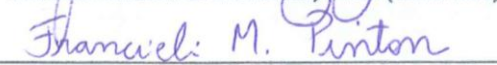
Sara Regina Scotta Cabral, Dra. (UFSM)



Maria Otilia Guimarães Ninin, Dra. (UNIF/ COGEAE-PUC_SP) – Parecer



Valéria Iensen Bortoluzzi, Dra. (UNIFRA)



Francieli Matzembacher Pinton, Dra. (UFSM)



Raquel Bevilaqua, Dra. (CTISM, UFSM)

Santa Maria, RS
2018

RESUMO

RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS: UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL

AUTORA: Glivia Guimarães Nunes
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral

Em seu dia a dia, as pessoas posicionam-se com frequência acerca de fatos em repercussão no momento. Há, inclusive, diversos gêneros do discurso em que se manifestam esses posicionamentos, como é o caso do artigo de opinião, da carta aberta e do editorial, todos pertencentes ao contexto midiático. Em gêneros como estes, autores empregam argumentos que fundamentam o ponto de vista (tese) defendido, e itens léxico-gramaticais são utilizados para articular os argumentos ao posicionamento e os argumentos entre si. Essas ligações ocorrem, então, a partir de relações de sentido. Partindo disso, este trabalho visa a analisar como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro. Para tanto, conta-se com o aporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), mais especificamente de sua ferramenta de análise, a Gramática Sistêmico-Funcional, por meio das relações lógico-semânticas do complexo oracional. Essas relações são organizadas em dois sistemas, expansão e projeção, os quais se entrelaçam com os sistemas táticos, parataxe e hipotaxe. A expansão envolve as categorias de extensão, elaboração e intensificação; a projeção engloba a locução e a ideia. Cada uma dessas categorias de relações lógico-semânticas compreende outras categorias específicas. Além disso, este estudo tem o embasamento teórico de abordagens sobre argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; REBOUL, 1998; dentre outros), gêneros (BAKHTIN, [1992] 2011), sobretudo na perspectiva da Sociorretórica (MILLER, 1984; BAZERMAN, 2005; dentre outros) e gêneros argumentativos, mais especificamente aqueles que compõem o *corpus*: artigos de opinião (RODRIGUES, 2005; COSTA, 2008; dentre outros), cartas abertas (FUZER; GONÇALVES, 2016; SILVA, 2002; dentre outros) e editoriais (MELO, 1994; ALVES FILHO, 2006; dentre outros). Nesse sentido, o *corpus* é constituído de quarenta e cinco textos (quinze artigos de opinião, quinze cartas abertas e quinze editoriais) publicados em veículos midiáticos brasileiros entre março e setembro de 2016, os textos versam sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, tema em repercussão durante esse período. Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa de suporte quantitativo, cuja análise desenvolveu-se em três etapas: contextual (investigação acerca da configuração contextual dos textos), textual (identificação de tese e argumentos e categorização, contabilização e sistematização das relações lógico-semânticas que os unem) e semântico-interpretativa (interpretação dos dados, verificação da contribuição dessas relações recorrentes para a argumentação nos gêneros). Resultados indicam que a maioria dos textos apresenta argumentos com estruturas aninhadas em seu interior (fenômeno aqui denominado *aninhamento*), bem como o predomínio de relações de expansão em todos os gêneros, principalmente de intensificação e extensão. Na articulação entre argumentos e tese, são mais comuns relações de intensificação, sobretudo de causa:razão; já entre argumentos, o predomínio é de relações de extensão, especialmente as de adição aditivas positivas e opositivas, seguidas das de intensificação. Portanto, fica evidente a preocupação dos autores com justificar a escolha da tese, apresentando argumentos que a fundamentam, bem como com fazer progredir a argumentação, buscando, essencialmente, a inserção de informações novas, que são somadas ou contrastadas a anteriores ou, ainda, que servem para circunstancializá-las, em termos de causa: razão predominantemente.

Palavras-chave: Argumentação. Linguística Sistêmico-Funcional. Relações lógico-semânticas.

ABSTRACT

LOGICO-SEMANTIC RELATIONS IN THE SEQUENTIAL ORGANIZATION OF ARGUMENTATION IN TEXTS: A SYSTEMIC FUNCTIONAL STUDY

AUTHOR: Glivia Guimarães Nunes
ADVISOR: Sara Regina Scotta Cabral

In their daily routine, people often position themselves about facts of high repercussion at the time. There are, in addition, many discursive genres through which these positioning are expressed, such is the case of the opinion article, the open letter and the editorial, all of them belonging to the media context. In such genres, authors employ arguments which ground their point of view (thesis), and lexicogrammatical items are used to articulate the arguments to the positioning and the arguments to each other. These connections happen, thus, from the meaning relations. Starting from this idea, this work aims to analyze how the logico-semantic relations operate in the sequential organization of argumentation in argumentative genres published in the Brazilian media context. Therefore, we count on the theoretical contribution of Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), more specifically of its analytical tool, the Systemic Functional Grammar, through the logico-semantic relations of the clause complex. These relations are organized in two systems, expansion and projection, which are intertwined with the tactical systems, parataxis and hypotaxis. The expansion involves the categories of extension, elaboration and intensification; the projection encompasses the locution and the idea. Each of these categories of logico-semantic relations comprehends other specific ones. In addition, this study has the theoretical background of argumentation approaches (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; REBOUL, 1998; among others), genres (BAKHTIN, [1992] 2011), mainly on Socio-Rhetorical perspective (MILLER, 1984; BAZERMAN, 2005; among others) and argumentative genres, more specifically those which compose the *corpus*: opinion articles (RODRIGUES, 2005; COSTA, 2008; among other), open letters (FUZER; GONÇALVES, 2016; SILVA, 2002; among others) and editorials (MELO, 1994; ALVES FILHO, 2006; among others). In this sense, the *corpus* is formed by forty five texts (fifteen opinion articles, fifteen open letters and fifteen editorials) published on Brazilian communication vehicles between March and September of 2016, the texts are on the Dilma Rousseff's *impeachment*, a theme of high repercussion during this period. For the study's development, it was carried out a qualitative research with a quantitative support, whose analysis was organized in three steps: contextual (investigation about the contextual configuration of texts), textual (identification of thesis and arguments and categorization, accounting and systematization of the logico-semantic relations which bound them) and interpretative-semantic (interpretation of data, verification of contribution of these recurrent relations for the argumentation in genres). Results show that the majority of texts present arguments with nesting structures inside them (phenomenon called "nesting", in this work), as well as the prevalence of expansion relations in all the genres, mainly those of intensification and extension. In the articulation between arguments and thesis, it is more common the intensification relations, mainly of cause:reason; on the other hand, among arguments there is the prevalence of extension relations, specially positive and opposite additives, followed by those of intensification. Therefore, it is evident the authors' concern about the justification of thesis' choice, presenting arguments which substantiate it, as well as with making the argumentation progress, aiming, essentially, the insertion of new information which is added or contrasted to the previous one or, still, which serves to circumstantiate them, in terms of cause:reason predominantly.

Keywords: Argumentation. Systemic Functional Linguistics. Logico-Semantic Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estratificação da linguagem.....	52
Figura 2 -	Níveis e escala descritiva da gramática.....	56
Figura 3 -	Tipos de processo.....	58
Figura 4 -	Os sistemas tático e de relações lógico-semânticas.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Variáveis e metafunções.....	54
Quadro 2 -	Relações táticas e nexos oracionais.....	60
Quadro 3 -	Relações lógico-semânticas de expansão.....	65
Quadro 4 -	Relação lógico-semântica de elaboração.....	68
Quadro 5 -	Relação lógico-semântica de extensão.....	69
Quadro 6 -	Relação lógico-semântica de intensificação.....	74
Quadro 7 -	Tipos de projeção.....	82
Quadro 8 -	Verbos que servem como processos verbais usados para citar.....	83
Quadro 9 -	Verbos que servem como processos mentais relatando ideias.....	85
Quadro 10 -	Nomes de projeção e nomes de Fatos.....	90
Quadro 11 -	Artigos de opinião.....	100
Quadro 12 -	Cartas abertas.....	102
Quadro 13 -	Editoriais.....	103
Quadro 14 -	Resultados dos artigos de opinião.....	118
Quadro 15 -	Resultados das cartas abertas.....	137
Quadro 16 -	Resultados dos editoriais.....	159
Quadro 17 -	Resultados finais por gênero.....	178
Quadro 18 -	Resultados finais: relações entre argumentos e tese.....	180
Quadro 19 -	Resultados finais: relações entre argumentos/estruturas aninhadas.....	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO	23
1.1 ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS.....	23
1.2 TIPOS DE ARGUMENTO.....	30
CAPÍTULO 2 - GÊNEROS DO DISCURSO E GÊNEROS ARGUMENTATIVOS MUDIÁTICOS	33
2.1 GÊNEROS DO DISCURSO.....	33
2.1.1 Gêneros na perspectiva Sociorretórica.....	35
2.2 GÊNEROS ARGUMENTATIVOS MUDIÁTICOS.....	39
2.2.1 Artigo de opinião.....	40
2.2.2 Carta aberta.....	44
2.2.3 Editorial.....	46
CAPÍTULO 3 – LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	51
3.1 METAFUNÇÃO IDEACIONAL E COMPLEXO ORACIONAL.....	55
3.1.1 Relações lógico-semânticas: Expansão.....	64
3.1.2 Relações lógico-semânticas: Projeção.....	79
3.1.3 Encaixamento de orações.....	86
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA	93
4.1 UNIVERSO DE ANÁLISE.....	93
4.2 SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	98
4.2.1 Artigos de opinião.....	100
4.2.2 Cartas abertas.....	101
4.2.3 Editoriais.....	103
4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	104
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	109
5.1. ANÁLISE CONTEXTUAL.....	109
5.2. ANÁLISE DAS RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS.....	117
5.2.1. Artigos de opinião.....	117
5.2.1.1 Artigos de Dora Kramer.....	122
5.2.1.2 Artigos de Ricardo Noblat.....	126
5.2.1.3 Artigos de Rosane de Oliveira.....	130
5.2.1.4 Artigo de opinião: um exemplo de análise.....	134
5.2.2. Cartas abertas.....	137
5.2.2.1. Cartas abertas de jornalistas.....	142
5.2.2.2. Cartas abertas de membros da comunidade acadêmica.....	147
5.2.2.3. Cartas abertas de “outros autores”.....	152
5.2.2.4. Cartas abertas: um exemplo de análise.....	157
5.2.3. Editoriais.....	159
5.2.3.1. Editoriais do O Estado de S. Paulo.....	163
5.2.3.2. Editoriais do O Globo.....	167
5.2.3.3. Editoriais do Zero Hora.....	171
5.2.3.4 Editoriais: um exemplo de análise.....	174
5.3 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS E ARGUMENTAÇÃO: ANÁLISE SEMÂNTICO-INTERPRETATIVA.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 193
ANEXO..... 203

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado vincula-se à Linha de Pesquisa “Linguagem no Contexto Social” e ao Grupo de Pesquisa “Linguagem como Prática Social” (no CNPq), na área de concentração Estudos Linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A Linha de Pesquisa supracitada desenvolve estudos no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), considerando os usos da linguagem em diferentes contextos e em variadas práticas sociais e culturais. A presente pesquisa de tese também vincula-se a dois projetos, ambos coordenados pela orientadora deste estudo, Profa. Dr. Sara Regina Scotta Cabral: “Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa – Fase II” (CABRAL, 2016) e “Mídia, política e gramática sistêmico-funcional” (CABRAL, 2013). Esses projetos estão abrigados no Departamento de Letras Vernáculas, do Curso de Letras (UFSM).

O “Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa” (NELP) reúne pesquisadores (professores, pós-graduandos, graduandos e participantes externos à UFSM) cujo propósito é o desenvolvimento de estudos que analisem e descrevam a Língua Portuguesa em diferentes contextos, tendo o aporte teórico, principalmente, da Linguística Sistêmico-Funcional. Já o projeto “Mídia, política e gramática sistêmico-funcional” – GAP nº 034712 – reúne pesquisadores (professora orientadora e alunos) preocupados em desenvolver estudos nos âmbitos de graduação e pós-graduação, na área de Letras (Linguística), com foco na perspectiva sistêmico-funcional e na análise de práticas discursivas que envolvam os discursos midiático e político brasileiros.

Partindo da vinculação deste estudo, destaca-se, inicialmente, que esta pesquisa tem como principal respaldo teórico a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a partir de sua ferramenta de análise, a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). A LSF é uma abordagem sociosemiótica, pois estuda a linguagem a partir da sociedade e de situações de uso, bem como se interessa por suas variadas manifestações (BARBARA; MACÊDO, 2009), buscando compreender como as pessoas representam o mundo (metafunção ideacional), como se comunicam

(metafunção interpessoal) e como organizam as mensagens (metafunção textual). A linguagem, em LSF, é constituída de estratos (grafo-fonologia, léxico-gramática e semântica do discurso) os quais, juntos, são envolvidos pelo contexto. É importante ressaltar que diversos estudos foram e têm sido desenvolvidos, em língua portuguesa, com análises de base sistêmico-funcional em contextos variados. É o caso, por exemplo, de Bortoluzzi (2008), que investigou o contexto jurídico; Ninin (2006), Ticks (2008) e Pinton (2012), que se preocuparam com o contexto educacional; e Cabral (2007), Nunes (2014) e Gehrke (2015), que se dedicaram ao contexto midiático, assim como neste estudo.

Em termos de aspectos léxico-gramaticais de análise, o foco deste trabalho é a metafunção ideacional da linguagem, que considera a oração como representação e possui duas funções: experiencial (nível da oração) e lógica (nível do complexo oracional). Enfatiza-se, então, as relações lógico-semânticas, contempladas, em Gramática Sistêmico-Funcional, pelo complexo oracional, o qual se constitui como um conjunto de orações articuladas por essas relações de sentido (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). Em LSF, são categorizados dois sistemas de relações lógico-semânticas: expansão e projeção. A expansão engloba a extensão, a elaboração e a intensificação; já a projeção envolve a locução e a ideia. Cada uma dessas relações possui suas categorias específicas. Embora haja poucos estudos, no Brasil, com base nas relações lógico-semânticas, outras pesquisas já foram desenvolvidas, como, por exemplo, Farencena (2016) e Mendes (2016).

A investigação desenvolvida neste trabalho realiza-se por meio da análise de gêneros midiáticos que revelam opiniões de seus autores e no modo como se dá a articulação das ideias, a fim de organizarem sequencialmente a argumentação nesses textos. Em função disso, consultaram-se estudiosos como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), Charaudeau (2008), Meyer (2008), Koch (1984), Koch e Elias (2016), dentre outros, para que fosse abordada a argumentação. A propósito, a argumentação é aqui compreendida como uma capacidade racional cujo objetivo principal é provocar ou aumentar, por meio do discurso, a adesão da audiência às teses defendidas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Existem, pois, diversas maneiras de defender esses posicionamentos, ou seja, vários são os tipos de argumento que podem ser empregados, e as relações lógico-semânticas contribuem para a sua articulação e organização sequencial.

Sendo assim, a partir dessas considerações sobre a vinculação da pesquisa e o aporte teórico, destaca-se que o tema deste estudo é **o emprego de relações lógico-semânticas e a organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro**. Fundamentada nisso, a principal pergunta de pesquisa é a seguinte: **Como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro?** Baseadas nessa pergunta, surgem outras, a saber:

- Quais relações lógico-semânticas articulam argumentos e tese?
- Quais relações lógico-semânticas articulam argumentos entre si?
- Que relações são mais recorrentes nos exemplares de cada gênero?
- Como essas relações contribuem para a organização sequencial da argumentação nos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial especificamente?

Com base nisso, o objetivo geral desta tese de doutorado é **analisar como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro**. Esse objetivo geral desdobra-se em outros cinco objetivos específicos:

- 1) identificar tese e argumentos nos exemplares de cada gênero (artigo de opinião, carta aberta e editorial);
- 2) verificar as relações lógico-semânticas que, explícita (por meio de conjunções/expressões conjuntivas) ou implicitamente (depreendidas pelo contexto), articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto;
- 3) categorizar as relações lógico-semânticas que articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto;
- 4) contabilizar e sistematizar os dados quanto à incidência de relações lógico-semânticas em cada texto e em cada gênero;
- 5) identificar as relações lógico-semânticas mais recorrentes e, a partir disso, verificar como elas contribuem para a organização sequencial da argumentação nos gêneros como um todo.

Para cumprir esses objetivos e responder às perguntas de pesquisa, organizou-se um *corpus* de quarenta e cinco textos pertencentes aos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial.

Conforme é socialmente conhecido, o gênero artigo de opinião é escrito por um articulista que manifesta sua expressão valorativa a respeito de fatos que repercutem e viram notícia jornalística. Trata-se de um gênero em que o autor está mais interessado na análise e no posicionamento referentes a acontecimentos sociais do que na apresentação deles (RODRIGUES, 2005). É característico do artigo que ele seja assinado e não necessariamente reflita a opinião do veículo que o publica (COSTA, 2008).

Já a carta aberta é um gênero por meio do qual o escritor/remetente dirige-se ao seu leitor/destinatário publicamente para manifestar sua opinião sobre um fato, geralmente um problema social, a fim de fazer uma solicitação, uma reivindicação, um apelo ou um pedido. Tanto o remetente quanto o destinatário podem também consistir em um grupo de pessoas, em uma entidade, enfim, em uma coletividade.

O editorial, por fim, representa a “voz” da instituição jornalística (jornal ou revista) a respeito de um fato em discussão no momento de sua publicação. O texto é escrito pelo editorialista, que é responsável por expressar a opinião do órgão da imprensa (MELO, 1994). Diferentemente do artigo de opinião, por exemplo, o editorial obrigatoriamente alinha-se ao posicionamento do veículo em que está sendo divulgado; isso é condição essencial.

Assim, fica evidente que todos os textos que compõem o *corpus* deste estudo apresentam manifestação de opinião e, dessa forma, a busca pela persuasão de sua audiência, procurando cooptar leitores a adotarem esses posicionamentos para si, de forma que isso se reflita em suas ações cotidianas em sociedade. Cabe ressaltar, a partir disso, que foram escolhidos esses gêneros pelo fato de serem textos de ampla representatividade em seu contexto, por terem grande relevância social no que diz respeito, principalmente, à manifestação de opinião sobre acontecimentos em repercussão, bem como por apresentarem uma organização passível de proporcionar análises consistentes em termos de argumentação. Vale destacar, ainda, que se optou por um *corpus* heterogêneo para investigar como as relações lógico-semânticas contribuem para a organização sequencial da argumentação em textos com diferentes estruturas e funções sociais, a fim de se obter dados mais abrangentes e de se identificar o que é mais recorrente nesse sentido.

É fundamental destacar, neste momento, que a abordagem de gênero que embasa este estudo é a Sociorretórica (MILLER, 1984; BAZERMAN, 2005). Optou-

se por esta teoria tendo em vista que este estudo propõe a análise de um aspecto linguístico (léxico-gramatical e semântico-discursivo) em exemplares de gêneros discursivos que circulam no contexto midiático e que possuem propósito comunicativo, considerando sua prática social. Ou seja, este trabalho está ancorado com o conceito de gênero como ação social, que é pertinente à Sociorretórica.

Uma característica importante dos textos do *corpus* (que constitui um dos critérios de seleção adotados) é o fato de todos apresentarem posicionamentos, por parte de seus autores, em relação ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Esse tema é de grande importância social, na medida em que repercutiu na imprensa nacional e internacional e que consistiu em um fato que, de certa forma, atingiu toda a população do Brasil. O assunto foi amplamente discutido e debatido na/pela mídia, havendo aqueles que apoiaram a destituição de Dilma Rousseff de seu cargo de Presidente da República e aqueles que reprovaram tal impedimento.

Por conseguinte, por ser bastante controverso, o tema favorece discussões e defesa de diferentes pontos de vista, e essas manifestações de opinião surgiram antes da abertura do processo (que ocorreu em abril de 2016), intensificando-se ao longo do processo, que culminou em 31 de agosto de 2016. Além disso, opiniões sobre o fato foram intensas nos dias seguintes ao desfecho, com a aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff, que foi a primeira mulher eleita Presidente do Brasil. Cabe ressaltar que outros estudos foram desenvolvidos partindo de avaliações em relação a ela, como Barbara e Gomes (2010), as quais investigaram a representação de Dilma Rousseff pela mídia, e Nunes (2014), que analisou julgamentos de um renomado jornal brasileiro em relação às atitudes da então Presidente.

Sendo assim, os textos analisados neste estudo têm extrema relevância social também pela questão de que, a partir deles, os autores posicionam-se em relação a fatos em repercussão no momento de sua publicação, neste caso o processo e a consolidação do *impeachment*. Estão subjacentes a essas escolhas a grande influência que a mídia exerce sobre a vida das pessoas (FAIRCLOUGH, 1995), as relações de poder que estão envolvidas, sua função de formar e propagar opiniões, haja vista que, pela mídia, “transitam e são reproduzidos valores, crenças, ideologias e conhecimentos da sociedade” (NUNES, 2014, p. 13). Por isso,

escolheu-se avaliar o discurso midiático e, assim, elegeu-se como principal aporte teórico desta análise uma teoria de base social, semiótica e semântica que se preocupa com os usos da linguagem em contextos reais, segundo a qual os contextos (situacional e cultural) exercem forte influência sobre os discursos: a LSF.

Para a realização desta análise, o *corpus* foi coletado em diferentes veículos brasileiros (portais de notícias, *blogs*, páginas oficiais, dentre outros) durante os meses de março e setembro de 2016, período em que foram intensas as discussões sobre o impedimento da ex-Presidente Dilma. A análise é do tipo qualitativa, com suporte quantitativo, uma vez que se fez a contabilização dos achados, o que foi determinante para se chegar aos resultados obtidos. Os passos de análise englobam a identificação da tese e dos argumentos nos exemplares de cada gênero; a verificação das relações lógico-semânticas que articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto; a categorização dessas relações; a contabilização e a sistematização dos dados quanto à incidência de relações lógico-semânticas em cada texto e em cada gênero (inclusive, com a elaboração de quadros que reúnem essas informações); a identificação das relações mais recorrentes e, a partir disso, a análise da contribuição delas para a organização sequencial da argumentação nos gêneros.

Portanto, esta tese de doutorado está estruturada em Introdução, cinco capítulos e Considerações Finais. No Capítulo 1 – Argumentação e discurso – é traçado um panorama sobre a argumentação.

No Capítulo 2 – Gêneros do discurso e gêneros argumentativos midiáticos – são abordados o conceito e a teoria de gênero adotada neste estudo, bem como são caracterizados cada um dos gêneros argumentativos analisados (artigo de opinião, carta aberta e editorial).

Já no Capítulo 3 – Linguística Sistêmico-Funcional – é feita uma exposição sobre a teoria hallidayana, seus conceitos principais, com ênfase na metafunção ideacional lógica, com foco no complexo oracional e nas relações lógico-semânticas.

No Capítulo 4 – Metodologia – são apresentados os métodos e as etapas eleitas para a realização desta pesquisa. Nesse capítulo, são descritos o contexto histórico e universo de análise, o *corpus* e os procedimentos utilizados na pesquisa.

Por fim, no Capítulo 5 – Resultados e discussão – são descritos minuciosamente os resultados e é apresentada a interpretação dos dados obtidos.

CAPÍTULO 1 - ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO

No dia a dia, é habitual que as pessoas se manifestem, posicionando-se criticamente em relação aos acontecimentos, às pessoas, aos objetos, ou seja, aos seres e eventos em geral. Afinal, é algo inerente e característico dos seres humanos essa capacidade de avaliar aquilo que está ao seu redor, opinando e argumentando a favor ou contra fatos, eventos e seres. Isso é expresso de diferentes maneiras pelo discurso e, apesar de se partir da ideia de que nenhum discurso é puramente neutro (MARTIN; WHITE, 2005), leva-se em conta, neste estudo, que há gêneros passíveis de expressarem uma linguagem argumentativa enfática, tendo a argumentação como uma de suas características principais.

É o caso dos gêneros que são analisados neste trabalho, denominados artigo de opinião, carta aberta e editorial, os quais têm em comum diversas características, sobretudo o fato de apresentarem a defesa de ponto de vista e argumentos para fundamentá-lo. Por isso, antes de serem explorados mais a fundo, é imprescindível que sejam apresentadas algumas considerações sobre argumentação.

1.1 ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS

Em seu cotidiano, os indivíduos estão sempre construindo juízos de valor ao avaliar pessoas e suas atitudes, objetos, eventos e acontecimentos; a propósito, a expressão da opinião é uma importante característica da linguagem (HUNSTON; THOMPSON; 2003). Argumentar em defesa daquilo que se defende é imprescindível, tanto que Koch e Elias (2016) partem da noção de que argumentar é algo humano, e que, desde cedo, quando ainda se é criança, desenvolve-se a capacidade de argumentação.

Koch (1984) já explicava que, através do discurso, o homem tenta influenciar o comportamento do outro ou, ao menos, fazer com que compartilhe seus posicionamentos, e as interações mediadas pela língua são caracterizadas pela argumentatividade. Assim, para a autora, “o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia” (p. 19).

Nesse sentido, Koch e Elias (2016) explicam que a argumentação consiste no “resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 24), considerando que a situação encontra-se em um quadro de espaço e tempo e possui uma finalidade persuasiva. Elas destacam ainda que, nos textos argumentativos, são comuns operadores ou marcadores argumentativos, os quais orientam esses textos a certas conclusões e auxiliam na construção de sua coesão e coerência.

Charaudeau (2008, p. 205), por sua vez, apresenta as condições fundamentais para que haja argumentação, a saber:

- uma proposta sobre o mundo que provoque *um questionamento* em alguém quanto à sua *legitimidade* (*um questionamento quanto à legitimidade da proposta*). – um sujeito que *se engaje* em relação a esse questionamento (convicção) e *desenvolva um raciocínio* para tentar estabelecer uma *verdade* (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples *aceitabilidade* ou de uma *legitimidade*) quanto a essa *proposta*. – *um outro sujeito* que, relacionado com a mesma *proposta*, *questionamento* e *verdade*, constitua-se no *alvo* da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a *compartilhar* da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode *aceitar* (ficar a *favor*) ou *refutar* (ficar *contra*) a argumentação (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

É necessário que existam, portanto, uma proposta que gere questionamentos em relação à sua legitimidade e dois sujeitos: um que se envolva nesse questionamento, capaz de construir um raciocínio que proponha uma verdade, e outro a quem ele se dirige, que seja o alvo dessa argumentação, o qual pode ou não aceitar o que é defendido pelo outro sujeito. A partir dessas noções, Charaudeau (2008, p. 205) conceitua argumentação como “uma relação triangular entre um sujeito *argumentante*, uma *proposta sobre o mundo* e um *sujeito-alvo*”. Levando-se em consideração os textos analisados neste estudo, a proposta que conduz a esses questionamentos é o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, tema bastante controverso e amplamente debatido na/pela mídia; os sujeitos são os autores (articulistas, remetentes e editorialistas/instituição jornalística) e o público leitor a quem se dirigem os textos.

Outro estudioso que se posiciona sobre argumentação é Meyer (2008, p. 1). Para ele, argumentar consiste sempre em “uma tentativa de influenciar o

interlocutor”, de forma que convencer uma pessoa, fazendo com que mude de opinião, é o primeiro objetivo da argumentação, podendo-se “até dizer que essa mudança de opinião constitui o único sinal patente” (MEYER, 2008, p. 1) de sua eficácia. Essa característica da argumentação é primordial nos gêneros analisados neste estudo - artigo de opinião, carta aberta e editorial -, explorados detalhadamente na sequência, levando em conta que, a partir deles, seus autores visam a convencer seus leitores a adotarem determinado ponto de vista acerca de um tema em repercussão no momento, neste caso o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff.

Uma outra característica importante destacada pelo autor é que a argumentação é sempre “justificação e explicação” (p. 3). Isso significa que, por ser dotada de subjetividade, não é uma demonstração, não podendo “impor um parecer com rigor de um encadeamento automático de ideias, precisará multiplicar provas e até utilizar técnicas de expressão especiais para convencer” (MEYER, 2008, p. 3). Dessa forma, é fundamental que haja domínio na apresentação e organização das ideias, sendo necessários uma intenção precisa e um objetivo claro que movam a argumentação. Considerando este estudo, é possível afirmar que essa característica fundamental se revela, inclusive, pelo emprego de relações lógico-semânticas na sequencialização da argumentação, as quais auxiliam na apresentação e organização das ideias.

É essencial também, segundo o autor, que sejam expressas provas, como exemplos e fatos, e que as técnicas estilísticas sejam bem empregadas. Para Meyer (2008), a argumentação age sobre as pessoas, sobre as opiniões delas, não buscando a determinação de uma tese como verdadeira ou falsa, mas sim procurando influenciar, persuadir o outro.

Tendo em vista que argumentar é algo inerente à vida das pessoas, estudos sobre essa temática vêm sendo desenvolvidos desde a retórica antiga, com Aristóteles. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) explicam que retórica e dialética são conceitos imprescindíveis quando se discutem as concepções abordadas por Aristóteles. Dialética foi, por um longo período, uma designação de lógica, e o filósofo grego baseou-se também em provas dialéticas. Segundo os autores, para Aristóteles, dialética era “a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 5), de maneira que “o raciocínio

dialético é considerado paralelo ao raciocínio analítico, mas trata do verossímil em vez de tratar de proposições necessárias” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 5). Já a retórica antiga tinha como objeto “acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo” (p. 6); assim, o foco era que, ao falar para uma multidão reunida em praça pública, o orador obtivesse adesão à sua tese por parte desses ouvintes, por meio da persuasão. Isto é, buscava-se a “adesão dos espíritos” (audiência), o que, segundo os autores, é o objetivo de qualquer argumentação.

Partindo dessas noções aristotélicas, sobretudo da concepção de retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 4) esclarecem que a capacidade de argumentar é algo racional e, então, conceituam a teoria da argumentação como “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Os autores, aproximando-se das ideias defendidas por Aristóteles, destacam, com isso, a importância da adesão dos espíritos pelo orador, o qual, pelo discurso, precisa influenciar seu auditório a aderir à sua tese, por meio de um contato intelectual. Inclusive, “para que haja argumentação, é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva de espíritos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 16), ou seja, aquele que é alvo dessa argumentação.

Em consonância, Reboul (1998) conceitua argumento como “uma proposição destinada a levar à admissão de outra”, sendo a argumentação definida como “uma totalidade que só pode ser entendida em oposição a outra totalidade: a demonstração” (REBOUL, 1998, p.92). Perelman e Olbrechts-Tyteca exploram esse contraste e defendem que

[Q]quando se trata de demonstrar uma proposição, basta indicar mediante quais procedimentos ela pode ser obtida como última expressão de uma sequência dedutiva, cujos primeiros elementos são fornecidos por quem construiu o sistema axiomático dentro do qual se efetua a demonstração. De onde vêm esses elementos, sejam eles verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares ao autor, eis questões que o lógico formalista considera alheias à sua disciplina. Mas, quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 16) .

A partir disso, são elencadas cinco características da argumentação, as quais a diferem da demonstração: dirige-se a um auditório, expressa-se em língua natural,

suas premissas são verossímeis, sua progressão depende do orador e suas conclusões são sempre contestáveis (REBOUL, 1998).

O fato de a argumentação dirigir-se a um auditório é fundamental, sendo o termo “auditório” empregado para se referir à audiência - ouvinte(s) ou leitor(es), em caso de uma argumentação expressa em texto escrito. Ou seja, a argumentação é sempre dirigida a alguém, que pode ser uma pessoa, um conjunto de pessoas ou uma multidão delas. As crenças, emoções e competências distinguem um auditório do outro, de modo que “sempre há um ponto de vista, com tudo o que esse termo comporta de relativo, limitado, parcial” (REBOUL, 1998, p. 93).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 21), “esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela”, o que ocorre em função de a argumentação buscar sempre a adesão do público a quem é dirigida. O auditório, além disso, é considerado construção do orador; trata-se do “auditório presumido”, que “é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 22). Logo, levando-se em conta os gêneros analisados nesta pesquisa, pode-se afirmar, conforme já mencionado, que os autores (articulistas, remetentes e editorialistas/instituições jornalísticas) dirigem-se ao público leitor, sua audiência, buscando sua adesão em relação a seu ponto de vista (favorável ou contrário) sobre o impedimento da ex-Presidente.

Segundo os autores, a efetivação de uma argumentação depende da concepção de um auditório presumido o mais próximo possível da realidade, sendo que “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 23). É importante, nesse sentido, que o orador se adapte ao seu auditório, e o mais importante não é o que o próprio orador considera “próprio ou probatório”, mas sim o parecer de seu auditório, a quem a argumentação se dirige (p. 26-27). É necessário, então, que haja esse engajamento entre eles, e cabe ao auditório avaliar o comportamento e a argumentação do orador. Esse conceito (de auditório presumido) corresponde ao que Martin e White (2005, p.95) denominam “leitor presumido”.

Ademais, os autores defendem a existência de um auditório universal, o qual se baseia em uma universalidade e unanimidade que o orador imagina, a partir de um acordo de auditório universal, sendo que aqueles os quais não participam desse acordo podem ser desconsiderados. Em conformidade, Reboul (1998) acredita que esse auditório tem a função do ideal argumentativo, pois o orador tem consciência de que está diante de “um auditório particular, mas faz um discurso que tenta superá-lo, dirigido a outros auditórios possíveis que estão além dele, considerando implicitamente todas as suas expectativas e todas as suas objeções” (p. 94). O auditório é, pois, um princípio de superação, sendo possível julgar a qualidade da argumentação a partir dele. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) explicam ainda que “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (p. 35).

O segundo aspecto apontado é que a argumentação é expressa em língua natural, o que envolve o emprego de polissemias e fortes conotações, gerando, dessa forma, ambiguidades. É importante destacar, nesse sentido, que “em língua natural consideramos claro aquilo que é apenas familiar” (REBOUL, 1998, p. 94), e, muitas vezes, a ambiguidade não é percebida.

Além disso, o autor destaca que há grandes diferenças na língua de uma argumentação falada em relação a uma argumentação escrita, já que a “argumentação oral deve combater dois inimigos mortais: desatenção e esquecimento” (REBOUL, 1998, p. 94), o que pode ser “combatido” por meio da oratória. A argumentação falada tende a ser “menos lógica e mais oratória que a escrita” (p. 95), entretanto ela supre algo que está ausente na argumentação escrita, muitas vezes, a possibilidade de explicar, esclarecer algo pessoalmente, por isso ela tem grande valor e pode ter caráter heurístico. Então, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 19) esclarecem que, de qualquer forma, “não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido, ser lido. Não é pouco ter a atenção de alguém, ter uma larga audiência, ser admitido a tomar a palavra em certas circunstâncias”, já que ouvir alguém demonstra disposição em aceitar seu ponto de vista.

A terceira característica da argumentação consiste no fato de apresentar premissas verossímeis. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) ressaltam a importância de haver o acordo entre orador e auditório, tanto no ponto de partida quanto no

desenvolvimento da argumentação, e as agrupam em duas categorias: as do real (englobando fatos, verdades e presunções) e as do preferível (envolvendo valores, hierarquias e lugares do preferível). Em relação a essa verossimilhança, Reboul (1998) argumenta que, quando se aborda temas como política, economia, pedagogia, dentre outros, não entra em questão se as afirmações são verdadeiras ou falsas, mas sim o quão (“mais” ou “menos”) verossímeis elas são. O autor conceitua verossímil como “tudo aquilo em que a confiança é *presumida*” (p. 95), ainda que a argumentação possa apresentar elementos demonstrativos indubitáveis. De acordo com Reboul (1998, p. 96), quando premissas verossímeis são invocadas, apela-se “para a confiança do auditório, para sua *presunção*”, o que envolve um caráter oratório.

A quarta característica diz respeito à progressão que há na organização dos argumentos com vistas a uma conclusão. Reboul garante que não é necessária uma ordem na distribuição dos argumentos, um não precisa comprovar o seu precedente; para ele, “a ordem dos argumentos é, pois, relativamente livre, e depende do orador” (REBOUL, 1998, p. 97). Ele defende ainda que essa organização depende do auditório, pois o orador apresenta os argumentos a partir das reações (imaginadas, muitas vezes) de sua audiência. Sendo assim, há uma ordem psicológica, e não lógica.

Por fim, a quinta característica da argumentação é que ela apresenta conclusões controversas. Para elucidar isso, o autor menciona algumas características de uma conclusão: uma delas é que “deve ser mais rica que as premissas”, a outra é que “a conclusão é reivindicada pelo orador como algo que deve impor-se, encerrar o debate.”, (REBOUL, 1998, p. 97), mas o auditório pode contestá-la, não é obrigado a aceitá-la, uma vez que é uma audiência ativa. Nesse sentido, sobretudo, reside o caráter controverso de uma conclusão, que pode ser aceita ou recusada, é contestável.

Além disso, é fundamental levar em conta que toda argumentação parte de uma tese, um ponto de vista defendido pelo orador e justificado pelos argumentos, os quais tornam o discurso persuasivo ao auditório. Para tanto, conforme já mencionado, é preciso que haja um acordo entre orador e seu auditório (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), e vários elementos contribuem para isso, como é o caso dos fatos (algo que pode ser verificado por todos), das verdades

(são prováveis, nexos necessários), das presunções (constituem o verossímil) e dos valores (variam de acordo com o auditório, são presumidos, ainda que haja os universais – podem ser concretos ou abstratos).

Esse acordo prévio que deve haver entre orador e auditório é intensificado por algumas figuras (figuras de escolha, figuras de presença e figuras de comunhão). Há dois sofismas que dizem respeito a esse acordo: o *ignoratio elenchi*, que se trata da “ignorância do contra-argumento oposto, ou ainda do verdadeiro assunto de debate [...] é um erro de argumentação, pois contribui para impossibilitar o debate”, e a petição de princípio, ou seja, “argumentar como se o auditório admitisse a tese que se está tentando levá-lo a admitir, quando, justamente, ele não a admite” (REBOUL, 1998, p. 167).

Na próxima seção, são apresentados os tipos de argumento.

1.2 TIPOS DE ARGUMENTO

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) apresentam uma classificação dos argumentos que vai além daqueles propostos por Aristóteles (dedutivos – exemplo; indutivos - entimema), a saber: os quase lógicos, os baseados na estrutura do real, os que fundamentam a estrutura do real e aqueles por dissociação das noções.

Os argumentos quase lógicos “pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos”, porém há diferenças entre esses argumentos e demonstrações formais, já que “apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 219), por isso são considerados quase-lógicos.

Esses argumentos abrangem contradições e incompatibilidade (variam culturalmente), noção de ridículo, argumentos que fazem apelo ao princípio da identidade e definição (um tipo de identificação, que pode ser normativa, descritiva, condensada ou oratória), argumentos de reciprocidade (situações contrapostas tratadas de maneira igual/semelhante), transitividade (um terceiro item é admitido a partir da articulação entre outros dois), divisão do todo em suas partes (separação do todo em suas partes constituintes), inclusão da parte no todo (inserção de uma parte em um todo que a compreende), comparação (relação entre dois termos,

justificativa de um dos termos a partir de outro/outros), argumento do sacrifício (tipo de comparação por meio da qual estabelece-se o valor de algo pelos sacrifícios feitos por isso) e probabilidade (consideração de um padrão, de uma probabilidade, para considerar a relevância e a ocorrência de um acontecimento).

Já os argumentos fundados na estrutura do real apoiam-se na experiência, na explicação das coisas, de modo que “quanto mais fatos uma tese explicar, mais provável será ela” (REBOUL, 1998, p. 173). Estão nesse grupo a sucessão (constante nos fatos), a partir da qual se infere o vínculo causal, a causalidade, o argumento pragmático (apreciação de um fato com base em suas consequências favoráveis ou não), a finalidade (argumentos que expressam o *para quê*, englobando o argumento do desperdício, de direção e de superação), e a coexistência (argumento que só constrói a partir da coexistência de coisas, por meio do argumento da essência – explicação ou previsão de um fato a partir da essência manifestada por ele - e do argumento de pessoa – aplicação do argumento da essência, baseando-se no argumento de autoridade – justificativa de uma afirmação a partir do valor de seu autor - e no argumento *ad hominem* – inversão do argumento de autoridade, refutação de uma proposição). Além disso, essas estruturas envolvem a dupla hierarquia, que é “um argumento muito complexo, porém muito eficaz [...], o qual consiste em estabelecer uma escala de valores entre termos, vinculando cada um deles aos de uma escala de valores já admitida” (REBOUL, 1998, p. 178).

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são igualmente empíricos, mas, por sua vez, criam ou completam a estrutura do real e não se fundamentam nela como os anteriormente apresentados. Integram este grupo o exemplo (indo do fato à regra), a ilustração (tipo de exemplo que pode ser fictício dando à regra presença na consciência), o modelo (exemplo considerado algo a ser seguido, imitado). Ademais, estão, nesse tipo de argumento, a analogia, que se dá quando são estabelecidas relações por semelhança, e a metáfora, “uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 453).

Por fim, os argumentos por dissociação das noções “consistem em dissociar noções em pares hierarquizados, como aparência/realidade, meio/fim, letra/espírito, etc” (REBOUL, 1998, p. 189), não havendo, obviamente, associação de noções,

mas sim dissociação, ruptura. Estão neste grupo o absurdo e o *distinguo*, o par aparência-realidade e outros pares, como meio/fim, individual/universal, relativo/absoluto, consequência/princípio, entre outros, e artifício (argumentos persuasivos, mas não necessariamente verdadeiros) e sinceridade (dizer somente o que se acredita verdadeiramente).

A partir disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) fazem considerações em relação à interação e à força dos argumentos. Com relação à primeira, é importante considerar que esses elementos constituem um todo, de modo a interagir constantemente e em vários planos: “interação entre diversos argumentos enunciados, interação entre estes e o conjunto da situação argumentativa, entre estes e sua conclusão e [...] entre os argumentos contidos no discurso” e os que o têm como objeto (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 523). Já a segunda faz-se importante para guiar o empenho argumentativo do orador, estando relacionada “de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos no debate em curso” (p. 524). A força dos argumentos varia de acordo com o auditório e o objetivo da argumentação.

No capítulo seguinte, são discutidos os gêneros do discurso, com ênfase nos gêneros argumentativos midiáticos analisados neste estudo.

CAPÍTULO 2 - GÊNEROS DO DISCURSO E GÊNEROS ARGUMENTATIVOS MIDIÁTICOS

Os gêneros analisados neste estudo são artigo de opinião, carta aberta e editorial. É fundamental destacar que todos os textos previamente selecionados atendem ao propósito comunicativo de argumentar sobre algo, defendendo um ponto de vista, e pertencem ao contexto midiático.

Em função disso, apresenta-se uma descrição detalhada dos gêneros selecionados. Antes, porém, é primordial que se aborde o conceito de gênero adotado e a perspectiva de gênero que embasa este estudo: a Sociorretórica.

2.1 GÊNEROS DO DISCURSO

De acordo com Bakhtin ([1992] 2011), os vários campos da atividade humana comunicam-se pela linguagem. Os usos que se faz dela são multiformes e ocorrem por meio do emprego de enunciados, os quais podem ser escritos ou orais, “concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (p. 261). Esses enunciados reproduzem as condições individuais e os propósitos de cada campo, a partir de seu conteúdo (tema), estilo de linguagem e, sobretudo, construção composicional. Esses três fatores são, por conseguinte, específicos de cada campo da comunicação, sendo interligados no todo do enunciado (particular e individual) e, dessa forma, imprescindíveis à caracterização de cada gênero do discurso.

Nesse sentido, os gêneros discursivos são específicos de cada campo da comunicação humana e consistem em “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, [1992] 2011, p. 262). Essa relativa estabilidade deve-se ao fato de que um mesmo gênero possui características fixas, estáveis, imprescindíveis para que se possa denominá-lo como tal gênero e não outro, bem como apresenta características que podem variar, pois são específicas da situação em que é empregado, por exemplo.

Os gêneros são heterogêneos (podem ser desde um diálogo cotidiano, até um documento oficial, um texto acadêmico ou literário, dentre muitos outros) e sua diversidade é infinita, pois “são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório

de gêneros do discurso” (BAKHTIN, [1992] 2011, p.262), que aumenta e varia à proporção que se dá o desenvolvimento e a complexidade do campo. Com base nisso, Bakhtin ([1992] 2011) dividiu os gêneros em dois grandes grupos: os primários e os secundários.

Os gêneros primários são os mais simples, os quais se constituem durante a comunicação imediata e são incorporados e reelaborados pelos secundários, que são os mais complexos, geralmente escritos e que provêm de uma cultura mais complexa, organizada e desenvolvida, como é o caso dos romances, das pesquisas científicas, dentre outros. O autor explica que os gêneros primários, tendo em vista que integram os secundários, transformam-se “e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo a réplica de um diálogo cotidiano ou da carta no romance” (BAKHTIN, [1992] 2011, p. 263).

Os gêneros também dependem de fatores como a estilística (ainda que nem todos sejam propícios a refletirem o estilo individual do falante/escritor, pois alguns são mais padronizados, como os documentos oficiais, por exemplo), que pode ser tanto em relação aos estilos individuais quanto aos da língua. Para o autor, se existe estilo, existe gênero, “a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (p. 268).

Com isso, gêneros são enunciados com relativa estabilidade no que concerne a estilo, tema e composição. Eles são parte da vida das pessoas, é por meio deles que os indivíduos se comunicam e alcançam seus objetivos socialmente, pois “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, [1992] 2011, p. 265).

A partir dessas noções e antes de se desenvolverem aspectos que dizem respeito aos gêneros argumentativos aqui analisados, é primordial que se discuta a abordagem de gênero que embasa este estudo: a Sociorretórica.

2.1.1 Gêneros na Perspectiva Sociorretórica

A Sociorretórica é uma teoria norte-americana cujo foco é o contexto situacional do gênero, seu propósito e suas ações nessas situações, ou seja, seus aspectos contextuais e funcionais mais do que seus aspectos formais (HYON, 1996). Nessa perspectiva, os gêneros são entendidos como ação social, sendo, portanto, discursos convencionados, contextualizados socialmente tendo em vista os objetivos de cada campo da comunicação.

De acordo com Miller (1984), um dos principais nomes dessa abordagem, uma definição sólida de gênero não pode ser focada na forma do discurso, mas sim na ação que é utilizada para realizá-lo. A autora explica, então, que o gênero representa uma “ação retórica tipificada” (p. 151), tem conexão com uma situação recorrente e, assim como apresenta características padronizadas, também possui variações as quais são específicas da situação em que está sendo empregado. Tendo em vista a concepção de Miller, Bawarshi e Reiff (2013, p. 95) explicam:

[C]omo argumenta Miller, os gêneros desempenham um papel importante em fazer mediação entre situações e ações. Ao posicionar os gêneros operando entre tipos de situação socialmente definidos (formas de vida) e atos simbólicos reconhecíveis (formas de discurso), Miller mostra como a existência dos gêneros nos ajuda a reconhecer situações como recorrentes e fornece estratégias tipificadas que usamos para agir nelas ([1994] 2012: 34-35). (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 95)

A importância da recorrência na conceituação de Miller (1984) existe, sobretudo, pelo fato de que, segundo a teoria norte-americana, um gênero só se constitui como tal quando há características recorrentes em seus exemplares, o que garante similaridades entre eles. Isso equivale a dizer que há aspectos imprescindíveis os quais são necessários para que um texto caracterize-se como pertencente a um determinado gênero e não a outro. Por outro lado, há aspectos que variam, que se modificam dependendo da situação em que o gênero funciona, isto é, são específicos de cada situação, mas não impossibilitam de o gênero ser identificado como tal. Essa posição aproxima-se daquela já apontada por Bakhtin de que gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” ([1992] 2011, p. 262), levando em consideração que há essa relativa estabilidade entre os exemplares do gênero.

Assim, na concepção de Miller (1984, p. 163) há cinco características fundamentais de gênero, a saber:

1. Gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseado em uma tipificação de larga escala da ação retórica [...].
2. Como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras, [...].
3. Gênero é distinto da forma [...].
4. Gênero serve como substância de formas em níveis mais elevados [...].
5. Um gênero é um meio retórico para mediar intenções particulares e exigência social [...].

Quanto à primeira característica, a autora destaca ainda que gênero como ação passa a ter “significação da situação e do contexto social em que essa situação surgiu”, isto é, o gênero incorpora traços concernentes ao significado do contexto social e da situação em que ocorre. No que diz respeito à segunda característica, Miller (1984, p. 163) ressalta que as regras de gêneros acontecem “em um nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interação simbólica”. No que concerne à terceira característica, por sua vez, segundo a autora, gênero é a forma em um nível específico, particular, enquanto a forma é mais ampla, ou seja, “o termo geral mais usado em todos os níveis da hierarquia”. Em relação à quarta característica, conforme Miller (1984), enquanto padrões que são recorrentes ao se fazer uso da língua, os gêneros auxiliam na construção da substância da vida cultural das pessoas. Quanto à quinta característica, por fim, a autora aborda que cabe ao gênero a conexão entre privado e público, singular e recorrente.

Segundo Miller (1984), o número de gêneros é indeterminado, pois isso varia de acordo com a diversidade e a complexidade de cada sociedade. Além disso, para ela, a classificação dos gêneros se dá em função da prática retórica, de modo aberto, a partir de ações situadas.

De acordo com Bazerman (2005), outro reconhecido representante da abordagem, os gêneros são formas tipificadas de agir organizadas em sistemas, de modo que as organizações sociais, situações e profissões abrigam, em si, um número limitado de gêneros. Para o autor, fatos sociais, atos de fala, sistema de gêneros e sistema de atividades são conceitos imprescindíveis quando se aborda gênero, já que “sugerem como as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos” (p.19).

Bazerman (2005) explica que, quando se seguem padrões comunicativos e reconhecíveis, os quais já são de conhecimento e familiaridade de outras pessoas, a

comunicação torna-se mais eficiente, pois os outros podem reconhecer com facilidade o conteúdo e o propósito comunicativo do falante/escritor, que conseguirá antecipar sua reação em relação a isso, então esses padrões tendem a se reforçar. Essas “formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros” (BAZERMAN, 2005, p. 29), que são formas tipificadas, as quais geram situações tipificadas; a tipificação consiste em um processo que engloba formas de enunciados padronizados e uma compreensão padronizada de uma situação específica. Bazerman acrescenta, ainda, que

[P]odemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como *fenômenos de reconhecimento psicossocial* que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Gêneros são tão-somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são *fatos sociais*¹ sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos. (BAZERMAN, 2005, p. 31)

Conforme o autor, os textos ligam-se a atividades sociais organizadas e são sempre dependentes de textos anteriores, os quais exercem influência sobre a atividade e organização social, e, à medida que gêneros são produzidos, fatos sociais são criados. Aliás, o autor destaca que todo texto bem sucedido gera fato social à sua audiência. Cabe salientar que Bazerman (2005) denomina, nesse momento, fato social aquilo que as pessoas creem ser verdade, de forma que isso se reflete na maneira como definem uma determinada situação. Nessa perspectiva, esses fatos sociais dizem respeito a “ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala” (BAZERMAN, 2005, p. 22), ou seja, referem-se aos atos de fala e como eles ocorrem, de forma que só acontecem devido à criação dos textos pelas pessoas em situações comunicativas. Vale ressaltar que os atos de fala incorporam enunciados, mas é fundamental que, para que sejam realizados, as palavras sejam ditas “pela pessoa certa, na situação certa, com o conjunto certo de compreensões” (p. 26), o que é necessário para que o ato de fala ocorra e tenha sucesso.

¹ Grifo do autor.

Nesse segmento, Bazerman (2005), ao fazer referência a Austin e Searle, cita os três tipos de atos de fala possíveis, a saber: ato locucionário (o que é dito, abrangendo o ato proposicional – o que foi literalmente dito), ato ilocucionário (aquele que se espera que o ouvinte reconheça – o ato pretendido) e ato perlocucionário (como as pessoas recebem os atos e como isso determina as interações que estão por vir – o efeito real).

A partir disso, como já mencionado, fatos sociais consistem, portanto, em “coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras e, assim, afetam o modo como elas definem uma situação” (BAZERMAN, 2005, p. 23). Eles têm ligação com o modo como se compreende o mundo, a impressão que se tem daquilo que ocorre, relacionando-se, geralmente, a “temas que são matéria de compreensão social” (p. 24). Os fatos sociais realizam-se por meio de formas padronizadas típicas, ou gêneros, sempre relacionadas a outros textos e gêneros que se constituem em situações interligadas.

Assim, formam-se os sistemas de gêneros, os quais, conforme o autor, englobam conjuntos de gêneros, integrando, por fim, os sistemas de atividades humanas. Bazerman (2005, p. 32) conceitua, primeiramente, o conjunto de gêneros, que, segundo ele, consiste na “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir”. Esse conceito refere-se ao fato de que, independentemente dos papéis que a pessoa exerce socialmente, ela faz uso de gêneros específicos e inerentes a esses papéis. O sistema de gêneros, por sua vez, “compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (BAZERMAN, 2005, p. 32).

Dessa forma, um sistema de gêneros ocorrerá em um grupo de pessoas de modo que um gênero segue o outro, marcando uma sequência regular em um fluxo comunicativo. O autor destaca, ainda, que um sistema de gêneros integra um sistema de atividades, espaço em que circulam diversos gêneros de uma esfera. Bazerman (2005) esclarece a importância de considerar sistema de atividades e de gêneros juntos, pois, dessa maneira, focaliza-se aquilo “que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos como fins em si mesmos” (p.34).

Em consonância com o que propõe Miller (1984), Bazerman (2005) defende que a definição de gênero com base apenas em aspectos formais é um tanto quanto limitadora, pois não leva em conta o papel das pessoas no uso e na produção de sentido.

Nas seções seguintes, serão discutidos os gêneros argumentativos midiáticos analisados: artigo de opinião, carta aberta e editorial.

2.2 GÊNEROS ARGUMENTATIVOS MIDIÁTICOS

Nesta seção, é desenvolvida uma caracterização dos gêneros argumentativos midiáticos que são analisados nesta pesquisa: artigo de opinião, carta aberta e editorial. É essencial reiterar que, em conformidade com a perspectiva Sociorretórica, gêneros são aqui entendidos como ação social, levando em consideração aquilo que é defendido por Miller (1984), ao explicar que se classificam em função da sua prática retórica. Neste caso, a prática retórica é a de argumentar, defendendo um (ou mais) ponto de vista, característica inerente aos gêneros que compõem o *corpus* deste estudo.

Uma vez que estes gêneros são divulgados midiaticamente, é importante levar em conta também o poder e a influência que a mídia exerce sobre a vida das pessoas, haja vista que, como argumenta Fairclough (1995, p. 40), o discurso da mídia é constituído de relações de poder e, sendo assim, todo o conteúdo que ela transfere está “sob controle profissional e institucional, e, em geral, são aqueles que já têm outras formas de poder econômico, político e cultural que têm o melhor acesso aos meios de comunicação”.

Nunes (2014, p. 14), indo ao encontro do que alega Fairclough (1995), defende que a mídia é “um lugar de lutas, cujo discurso reproduz as ideologias dominantes, de modo que atua como formadora e propagadora de opiniões”, sendo a vida das pessoas progressivamente regulada por essa instituição, pelos discursos que transitam nela. Segundo Fairclough (1995), a mídia, por meio de seu trabalho ideológico, envolve formas particulares de representar o mundo e de construir identidades e relações sociais. As representações expostas nos textos veiculados por ela podem funcionar ideologicamente, uma vez que se considere que colaboram para reproduzir relações sociais de dominação e exploração.

Na sequência, então, abordam-se os gêneros tendo em vista suas características quanto à função social, ao propósito, à estrutura, aos autores, aos meios de divulgação, dentre outros aspectos.

2.2.1 Artigo de opinião

O artigo de opinião é reconhecido socialmente (a partir da esfera jornalística) como um gênero argumentativo que “se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa” (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p.3), discutindo, geralmente, fatos recentes - de caráter social, político, econômico ou cultural - que sejam pertinentes aos leitores. Por ser argumentativo, tem evidentemente a finalidade de persuadir seu leitor em relação àquilo que está sendo defendido ou refutado. Esse posicionamento converge para o que já defendia Koch (1984), como anteriormente mencionado, quando afirma que, ao argumentar, busca-se influenciar o comportamento do outro ou, pelo menos, fazer com que ele compartilhe o ponto de vista defendido. Da mesma forma, relaciona-se ao posicionamento de Meyer (2008, p.1), ao explicar que a argumentação consiste em “uma tentativa de influenciar o interlocutor”.

Além disso, Rodrigues (2005, p. 171) esclarece que o artigo “se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística”. Os artigos que compõem o *corpus* deste estudo, especificamente, versam sobre um fato recente à sua publicação e de caráter político: o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, tema este amplamente divulgado pela mídia, um acontecimento social que foi (e ainda é) notícia jornalística.

De acordo com a autora, nesse gênero interessa, sobretudo, a análise e a posição do articulista sobre os acontecimentos sociais, mais do que a apresentação deles. Essa colocação reforça a noção de gênero como ação social, comum à Sociorretórica, ficando evidente sua prática retórica: argumentar (analisando e se posicionando) sobre os acontecimentos sociais, e não simplesmente apresentá-los. Nesse sentido, “o conteúdo temático do artigo se encontra na articulação entre a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão do angulamento da autoria (um posicionamento externo ao do jornal [empresa])” (RODRIGUES, 2005, p. 174).

A respeito da audiência, Rodrigues (2005) defende que o artigo tem um público homogêneo privilegiado, de maneira que os textos são dirigidos a uma classe mais elitizada. Além disso, a autora aponta algumas características do artigo que são comuns a outros gêneros jornalísticos também: autor e leitor não interagem no mesmo espaço físico e tempo; essa interação é “mediada ideologicamente pela esfera do jornalismo”, que filtra e coloca em evidência os assuntos; tem periodicidade específica (neste caso, diariamente) e validade prevista.

Ohuschi e Barbosa (2011, p. 305) explicam que “o artigo de opinião situa-se na esfera de comunicação jornalística, uma vez que é um gênero que circula em jornais e revistas (impressos) ou na *internet* (virtual), com periódicos semanais ou mensais em seção específica”. A propósito, assim como outros gêneros argumentativos do jornal, situa-se na seção *Opinião*. Na *internet*, a exemplo dos artigos coletados para análise nesta pesquisa, é comum serem publicados em portais de notícias, nos *blogs* de colunistas/articulistas que escrevem para veículos de comunicação. É escrito por um colaborador do veículo jornalístico, o qual pode ser fixo ou eventual, “convidado pela empresa para expor seu ponto de vista (acento de valor), sobre determinado assunto da atualidade e de sua competência” (RODRIGUES, 2005, p. 171), de modo que seu *ethos* é expresso ideologicamente no texto.

Diferentemente de outros gêneros que não são assinados, como o editorial, por exemplo, é comum que o artigo esteja assinado, de forma que não necessariamente irá refletir a opinião do veículo que o publica (COSTA, 2008), podendo expor, simplesmente, o posicionamento do próprio articulista sobre o tema em debate. Boff, Köche e Marinello (2009) vão além e explicam que apesar de o articulista ser uma autoridade em relação àquilo que está abordando em seu texto, é comum que busque outras vozes para construir seu posicionamento, isto é, “apoia-se ainda nas evidências dos fatos que corroboram a validade do que diz” (p. 3).

Rodrigues (2005), inclusive, faz uma categorização dessas vozes, relacionando-as a enunciados anterior e posteriormente citados. Quando se refere a elos anteriores, explica que há o *movimento dialógico de assimilação*, haja vista que são incorporadas outras vozes ao discurso do articulista, as quais são avaliadas de maneira positiva e constituem a argumentação; e há o *movimento dialógico de distanciamento*, tendo em vista que ocorre uma reprovação em relação às vozes

apresentadas. Já quando faz referência a elos posteriores, Rodrigues esclarece que há o *movimento de engajamento* do leitor ao discurso do articulista, bem como o *movimento de refutação* de uma possível contra-argumentação do leitor e o *movimento de interpelação* do leitor aos valores expressos pelo articulista, autor do texto.

Costa (2008) faz considerações sobre a estrutura de um artigo de opinião: para o autor, o gênero tem uma estrutura composicional bastante variável, não obrigatoriamente a estrutura canônica muitas vezes ensinada na escola, composta de “Tese inicial na introdução; Argumentação/Refutação no Desenvolvimento e Conclusão” (p. 34). No entanto, sempre engloba de modo explícito ou implícito, um ponto de vista sobre o assunto, com uma conclusão, “a partir da exposição de ideias ou argumentação/refutação construídas” (COSTA, 2008, p. 34).

Nessa lógica, Boff, Köche e Marinello (2009) caracterizam o gênero artigo de opinião a partir de sua constituição:

[...] na produção do artigo, o autor pode optar por uma linguagem comum ou cuidada. A primeira emprega um conjunto de palavras, expressões e construções mais usuais, com uma sintaxe acessível ao leitor comum. A segunda vale-se de um vocabulário mais preciso e raro, com uma sintaxe mais elaborada que a comum. A escolha por um dos níveis depende do público a que se destina o texto. A fim de manter a coerência temática e a coesão, o produtor vale-se de operadores argumentativos (elementos linguísticos que orientam a sequência do discurso: mas, entretanto, porém, portanto, além disso etc.) e dêiticos (este, agora, hoje, neste momento, ultimamente, recentemente, ontem, há alguns dias, antes de, de agora em diante). (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 4-5).

Com base no exposto pelas autoras, confirma-se o que foi apresentado por Costa (2008) quanto à variabilidade da estrutura composicional do gênero, já que pode apresentar uma linguagem “comum ou cuidada”, ou seja, uma linguagem mais subjetiva, mais informal, ou mais elaborada, mais objetiva e de acordo com a variedade padrão; tudo isso dependerá do perfil do público, da audiência leitora do texto. Além disso, é comum que sejam empregados operadores argumentativos (conforme elucidado no exemplo 1, a seguir) e dêiticos em artigos de opinião, respectivamente marcando a sequência do texto e situando o leitor em relação a fatores como tempo e espaço, ambos contribuindo para a construção da argumentação.

Exemplo 1

[...] Deu para entender? Então até agora não houve processo golpista algum. Bem como nunca existiram os vários recursos ao STF apresentados pela defesa quando o processo transcorria na Câmara, recusados na quase totalidade pelo tribunal, até mesmo um pedindo a suspensão da decisão dos deputados. [...]

AO#5.DK

O exemplo 1 apresenta um excerto de um artigo de opinião escrito pela jornalista Dora Kramer. É possível perceber ocorrências de operadores argumentativos, conjunções/expressões conjuntivas que proporcionam a sequencialização do discurso, como *então*, *bem como* e *quando*, destacados no texto.

Ademais, para Boff, Köche e Marinello (2009), o artigo de opinião deve discutir um problema e buscar avaliá-lo ou solucioná-lo, o que reforça a visão de gênero como ação social, considerando uma prática social, expondo reflexões sobre o assunto. A partir disso, elas apresentam uma possível estrutura para o gênero: situação-problema, discussão e solução-avaliação.

Na situação-problema, o leitor é situado quanto à questão a ser discutida ao longo do texto, de modo que se procura “contextualizar o assunto a ser abordado, por meio de afirmações gerais e/ou específicas” (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p.5). É possível que, nesse momento do texto, seja apresentado o propósito da argumentação e a importância da discussão sobre o assunto. Na discussão, são expostos os argumentos, e a opinião é construída. Ou seja, é nesse momento que se argumenta em defesa do posicionamento defendido, justificando-o. Na solução-avaliação, é evidenciada “a resposta à questão apresentada, podendo haver uma reafirmação da posição assumida ou uma apreciação do assunto abordado” (p. 6), trata-se do momento em que se conclui o texto. Apesar de apresentarem essa estrutura, as autoras explicam que ela não é rígida, mas distingue o artigo de outros gêneros e funciona como um facilitador dos encaminhamentos didáticos, em situações de ensino-aprendizagem do gênero. A seguir, aborda-se o gênero carta aberta.

2.2.2 Carta aberta

A carta aberta, assim como o artigo de opinião (anteriormente abordado), possui importante função social, já que o escritor/remetente tem, por meio dela, a oportunidade de manifestar-se publicamente sobre determinado tema. É nessa manifestação que se verifica a argumentação, já que o autor elege argumentos que fundamentem seu ponto de vista, os quais vêm a reforçar o porquê de estar se posicionando/manifestando a respeito do tema em questão.

Fuzer e Gonçalves (2016, p. 28) argumentam que a carta aberta é “comumente usada em situações comunicativas que envolvem temas de interesse coletivo e exposição de reivindicações direcionadas a uma pessoa, grupo ou instituição”. Silva (2002, p. 73) esclarece que o gênero “tem como finalidade discursiva publicizar algo – seja para difamar ou para promover, por exemplo, pessoa pública, serviço ou proposta política de uma empresa, de um órgão estatal ou não”.

Costa (2008) classifica a carta aberta como um dentre os vários tipos de carta (de leitor, de crédito, de alforria, de vinhos, de arrematação, régia, etc.), explicando que “se dirige publicamente a alguém através dos órgãos da imprensa” (p. 51), possuindo características próprias, como as demais cartas. Nesse sentido, a carta aberta pode ser considerada um subgênero² dentre as demais que existem.

Através da carta aberta, o remetente expõe sua opinião, podendo promover alguém ou algo, fazer um alerta, discutir um problema, buscar conscientizar o leitor, fazer um apelo, um protesto, uma denúncia ou uma reivindicação. Verifica-se aí a noção do gênero como ação social, defendida pela Sociorretórica. Além disso, uma carta aberta pode ser produzida “com o fim de justificar um dado episódio que pretensamente possa manchar a imagem de uma organização social, uma pessoa pública e uma categoria social e assim por diante” (SILVA, 2002, p. 73).

Oliveira (2011) explica que a carta aberta é organizada “em torno de um assunto polêmico localizado num determinado momento histórico. Através dela, os sujeitos têm oportunidade de defender seu posicionamento a favor, total ou

² Bezerra (2010), partindo de Silva (1997), explica que os diferentes tipos de cartas “podem ser considerados como subgêneros do gênero maior “carta”, pois todos têm algo em comum [...], mas são diversificados em suas formas de realização, em suas intenções” (BEZERRA, 2010, p. 227).

parcialmente, ou contrário a um determinado tema”. O assunto do texto, frequentemente, diz respeito a uma coletividade, não sendo de interesse apenas do remetente ou do destinatário. Seu caráter público está no fato de uma carta aberta ser compartilhada socialmente, podendo ser veiculada nos mais diversos meios, como *blogs*, redes sociais, jornais, revistas, murais, panfletos, dentre outros. Considerando as cartas abertas que compõem o *corpus* desta pesquisa, é evidente que se aborda um assunto polêmico, controverso situado em um determinado momento histórico: o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, remetentes se posicionaram, de modo público, favorável ou contrariamente ao impedimento, tema este de interesse não só dos dois participantes (remetente e destinatário), mas também de uma coletividade, a população brasileira.

Silva (2002) explica, então, que é ilimitado o circuito comunicativo da carta aberta e destaca:

O esquema e o funcionamento de participação no evento comunicativo é pré-fixado, o fluxo da interlocução é predominantemente de sentido único: do remetente para um sem-número de destinatários. Essa condição, como vem sendo mostrado, propicia uma interação assimétrica. Embora seja pouco usual, é possível uma contrarresposta da parte do destinatário (uma associação, um partido político, uma empresa, etc.). Isso, provavelmente, constituiria uma nova carta aberta. (SILVA, 2002, p. 73)

A respeito da interlocução, característica inerente ao gênero, o exemplo 2, em que há um excerto de uma carta aberta escrita pelas jornalistas Liege Albuquerque e Patrícia Paixão e endereçada à então Presidente, mostra marcas de interlocução (sublinhadas no texto) que partem do remetente para o seu destinatário.

Exemplo 2
<p><u>Querida presidenta,</u> Devíamos ter escrito essa carta no início do seu governo. A misoginia que <u>a senhora</u> sofreu desde a campanha eleitoral já dava sinais das pedras que viriam pela frente.</p>
CA#1.JOR

No exemplo citado anteriormente, as marcas de interlocução estão evidentes: o vocativo *Querida presidenta* e o pronome de tratamento acompanhado do artigo

definido em *a senhora*. Ambas as marcas elucidam esse interlocução remetente-destinatário.

É importante destacar, por fim, que tanto o escritor/remetente quanto o leitor/destinatário de uma carta aberta podem constituir-se em uma pessoa ou um grupo de pessoas, como uma entidade, por exemplo. Além disso, o texto tende a ser organizado em título (muitas vezes fazendo referência ao destinatário), razão que motivou a escrita e publicação do texto (assunto de interesse coletivo e posicionamento), argumentos que justifiquem seu posicionamento, conclusão e remetente (por ser uma carta, costuma ser assinada). Elementos como data e saudação são opcionais, o texto é comumente escrito em primeira pessoa e se emprega a variedade padrão da língua.

Na sequência, apresentam-se as características do gênero editorial.

2.2.3 Editorial

O editorial é reconhecido socialmente como um gênero argumentativo da esfera jornalística que expressa a opinião de um órgão da imprensa em relação a um fato em repercussão no momento de sua publicação (MELO, 1994). O discurso persuasivo presente em editoriais contribui para o propósito principal do gênero, “que é motivar reflexão, com o intuito de convencer seus leitores a aderirem à sua opinião e, conseqüentemente, a agirem conforme a instituição jornalística julga correto” (NUNES, 2014, p. 24). Busca-se, nos editoriais, assim como nos artigos de opinião e nas cartas abertas, a persuasão do leitor a respeito do tema controverso em discussão. Isso ocorre de modo que a argumentação, presente nesses gêneros, precisa agir sobre a opinião das pessoas (MEYER, 2008), ou seja, dos leitores.

Souza (2006, p. 64) explica que o editorial consiste em um gênero “usado pelos jornais e revistas para persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado” (p. 64). Em consonância, Nunes (2014, p. 9) afirma que, nesse texto, o editorialista busca “reunir leitores para que acreditem nas ideias defendidas por ele e por sua instituição e, com isso, esses leitores passem a adotar tais posições para si, refletindo-as em suas ações na sociedade”, característica que corrobora, ainda mais, a noção de gênero como ação social, defendida pela Sociorretórica. Já Rystrom (1993, p. 3) vai além e argumenta que

“um papel do editorial é reforçar e ajudar a esclarecer as opiniões que já estão mantidas. Outra função é chamar a atenção da comunidade para os problemas, projetos e situações e pressionar para ação comunitária”. Há, então, conforme o autor, duas funções principais desse gênero: reforçar e esclarecer pontos de vista, bem como chamar a atenção para problemas existentes. Essas duas características reforçam, pois, a importante função social do gênero.

Alves Filho (2006, p. 81) esclarece que, em gêneros como o editorial, “a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos”. Com isso, entende-se que o editorialista não se posiciona individualmente, mas sim representa a instituição a que está vinculado, e isso se revela, sobretudo, nas marcas linguísticas expressas em seus textos, sendo, dessa forma, o editorial de responsabilidade do veículo de comunicação que o publica. Essa característica do registro do editorial pode ser conferida no exemplo 3:

Exemplo 3
[...] Pode-se imaginar que o roteiro cinematográfico do “martírio” de Dilma preveja como clímax a presença da presidente no Senado para se defender, amanhã. Consta que a petista trará uma comitiva de três dezenas de pessoas, entre as quais vários correligionários que foram seus ministros, que certamente se comportarão, diante das câmeras, como devotados apóstolos. [...]
E#4.EST

No exemplo 3, que apresenta um excerto de um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, é possível perceber esse apagamento a referências da pessoa do editorialista, escritor do texto, o que se revela, principalmente, em função de o texto ser escrito em terceira pessoa do singular.

O autor identifica sete aspectos caracterizadores do gênero editorial, a saber: impessoalização, institucionalização, ausência de assinatura e de elementos biografizantes, uso da variedade padrão de linguagem, interação entre uma instituição e indivíduos-leitores, busca e cobrança por uma coerência enunciativa e ineditismo textual.

Segundo Alves Filho (2006), a impessoalização, atributo do editorial, reside no fato de seus exemplares caracterizarem-se pela impessoalidade, pois os textos são escritos em terceira pessoa (e não em primeira). A institucionalização está em se posicionar em nome da instituição, do veículo de comunicação (e não da pessoa do editorialista). Dessa forma, a empresa torna-se responsável “pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas, eximindo o redator do texto das responsabilidades jurídicas e enunciativas em relação ao conteúdo e posições assumidas em cada texto empírico” (ALVES FILHO, 2006, p. 85). Relacionada a isso, está a ausência de assinatura e de elementos biografizantes, na medida em que os textos não são assinados por um autor individualmente, tampouco trazem dados da vida desse autor. Isso se deve ao fato de ser um texto que representa a “voz” da empresa, ainda que seja escrito por um editorista; geralmente “há apenas o rótulo *editorial* acima de cada texto individual, o que basta para indicar tratar-se de um texto cuja responsabilidade discursiva é da própria empresa jornalística” (ALVES FILHO, 2006, p. 86).

Outra característica apontada pelo autor é o uso da variedade padrão de linguagem, o que é fundamental em um editorial, fazendo-se uso da norma culta, não havendo sotaques de quaisquer tipos, os quais “possam apontar para sujeitos empíricos ou para segmentos socioculturais [...]” (ALVES FILHO, 2006, p. 86). Ao contrário: é utilizada a norma padrão para que seja garantido prestígio ao texto e, dessa forma, passe a ter maior “tom de verdade”. Além disso, há a interação entre uma instituição e indivíduos-leitores e, embora essa interação não seja marcada linguisticamente, ela está presente implicitamente, de forma que a empresa jornalística interage com os leitores, que são também seus consumidores.

O autor cita também a busca e a cobrança por uma coerência enunciativa; isso significa que as instituições precisam se manter coerentes quanto a suas posições enunciativas, o que é cobrado por sua audiência. Ou seja: “do ponto de vista dos leitores, os jornais, por intermédio de seus editoriais (mas também de outros gêneros), passam a ser rotulados como sendo de um certo matiz (político, moral, estético ou partidário)” (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Por fim, há o ineditismo textual, o que confere caráter de inédito ao editorial, que tende a ser exclusivo. Nesse sentido, o autor explica que outros gêneros, como notícias, muitas vezes são reeditadas de outros jornais, assim como artigos de opinião são publicados em

diferentes jornais ao mesmo tempo; no entanto “isso não tem ocorrido com os editoriais: como tendência geral de funcionamento, dir-se-ia que um exemplar de editorial deve ser publicado uma única vez e em um único jornal” (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

Melo (1994) também apresenta quatro características peculiares ao gênero editorial, a partir de Beltrão (1980): impessoalidade, topicalidade, condensalidade e plasticidade. A impessoalidade, também mencionada por Alves Filho, manifesta-se em função de o editorial não ser assinado. Já a topicalidade ocorre devido ao texto abordar temas bem delimitados. A condensalidade, por sua vez, está no fato de o editorial explorar poucas ideias, dando ênfase a afirmações em detrimento de demonstrações. A plasticidade, por fim, manifesta-se na determinada flexibilidade que o texto apresenta.

O autor ainda explica como funciona o processo de produção de um editorial, expondo que “cada editorial, numa empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes.” (MELO, 1994, p. 99). A partir disso, a diretoria toma as decisões enquanto o editorialista interpreta os posicionamentos a serem divulgados, havendo, além disso, um contato com personalidades externas, o que sugere “a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses dependem na sua política editorial” (MELO, 1994, p. 99).

Por fim, é importante destacar que o gênero editorial, caracteristicamente escrito em uma “linguagem opinativa, forte, veemente” (NUNES, 2014, p. 23), tem uma localização específica no jornal: geralmente está situado na seção *Opinião*, junto de outros gêneros argumentativos dessa esfera.

No capítulo seguinte, são apresentados conceitos pertinentes à Linguística Sistêmico-Funcional, abordagem que embasa este estudo.

CAPÍTULO 3 - LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Considerando que, neste estudo, analisam-se gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático, optou-se, como principal aporte teórico da análise aqui proposta e desenvolvida, por uma abordagem de base social, semiótica e semântica voltada para os usos da linguagem em contextos reais: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

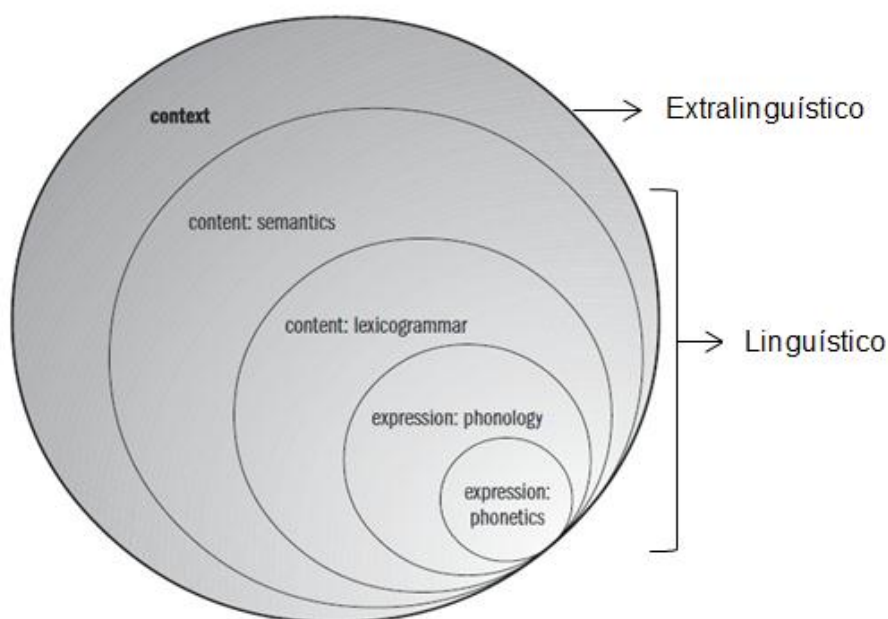
Sendo assim, a LSF consiste em uma abordagem teórica cujo foco são as funções sociais determinantes aos usos da linguagem e à sua evolução. Daí provém a ideia de que é uma teoria social e semiótica: social pelo fato de partir “da sociedade e da situação de uso para o estudo da linguagem”, com vistas a compreender como ocorre a comunicação entre as pessoas, e semiótica em função de se preocupar “com a linguagem em todas as suas manifestações” (BARBARA; MACÊDO, 2009, p. 90).

Conforme Gouveia (2009, p.14), a LSF é “uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico”. Trata-se de “um sistema de escolhas, utilizadas em um determinado meio social para que seus usuários possam desempenhar funções sociais” (VIAN JR, 2001, p. 147). Em consonância com esses autores, Fuzer e Cabral (2014, p. 19) esclarecem que a abordagem é sistêmica, já que “vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo”, e funcional, pois “explica as estruturas gramaticais em relação ao significado, às funções que a linguagem desempenha em textos”. Aliás, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 3), “a língua é, em primeira instância, um recurso para fazer sentido, assim como o texto é um processo de fazer sentido no contexto”. É fundamental destacar, então, que a LSF tem como unidade semântica o texto, que é definido como “qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3), tendo em vista sempre um propósito comunicativo.

Nesse segmento, para essa abordagem, que tem base semântica, a linguagem é um sistema sociosemiótico por meio do qual se constrói a experiência humana (HALLIDAY, 1989). A LSF propõe, inclusive, uma ferramenta de descrição da linguagem: a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), que tem como unidade de

análise a oração. No cotidiano, ao se comunicarem, as pessoas fazem escolhas (linguísticas) dentro desse sistema, que é constituído de estratos/níveis os quais utilizam para construir significados: fonologia/grafologia, léxico-gramática e semântica do discurso. A Figura 1, a seguir, representa a linguagem enquanto sistema de estratos.

Figura 1 - Estratificação da linguagem



Fonte: Adaptação de Halliday e Matthiessen (2014, p. 26).

Sendo assim, a linguagem escrita constitui-se pelo estrato da grafologia, que dá conta da grafia; enquanto a linguagem falada, pela fonologia, que dá conta da sonoridade. Esses padrões grafofonológicos realizam a léxico-gramática, que consiste no nível da oração, e é nela que os significados são transformados em fraseados. A partir disso, surge o terceiro estrato, a semântica do discurso, que dá conta dos significados além da oração (texto). Em síntese: a semântica do discurso é realizada pela léxico-gramática, que é realizada pela grafologia e pela fonologia.

Conforme ilustra a Figura 1, os estratos da linguagem são todos envolvidos pelo contexto, conceito fundamental quando se trata da abordagem sistêmico-funcional; assim, texto e contexto, juntos, formam a noção de discurso. Em LSF, são considerados dois contextos: o de cultura e o de situação. O primeiro consiste naquilo que “membros de uma comunidade podem significar em termos culturais;

isto é, interpretamos a cultura como um sistema de significados de alto nível [...], um ambiente de significações em que vários sistemas semióticos operam” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 33). Tendo em vista que todo texto é envolvido por um contexto, o contexto de cultura está relacionado a questões socioculturais mais gerais em que o texto se insere, compreendendo “desde as práticas sociais mais abrangentes, relacionadas às culturas de diferentes países e etnias, até as práticas institucionalizadas em grupos sociais, tais como a igreja, a família, a política” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 28). O contexto de cultura tem relação direta com a noção de gênero, pois, de acordo com o propósito social, os indivíduos usam a linguagem a partir de textos a fim de alcançar seus objetivos socialmente.

Já o contexto de situação é o âmbito específico, a situação particular na qual o texto está em funcionamento. Esse contexto tem relação com a noção de registro, que é a “variedade funcional particular” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 4), caracterizado como a “configuração de significados que acontece por causa da situação” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 25). Devido à sua maior estabilidade, o contexto de cultura é considerado o macrocontexto, enquanto o contexto de situação, que varia de acordo com a situação específica de comunicação, é considerado o microcontexto. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), diversos contextos de situação operam no interior das instituições.

Assim, o contexto de situação é constituído de três variáveis: campo, relações e modo. Hasan (1989) conceituou essas três variáveis, que, juntas, configuram o registro da situação. Conforme a autora, o campo diz respeito a “o que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo”; as relações referem-se “a quem está participando, à natureza dos participantes, seus estatutos e papéis”; o modo reporta a qual “participante da linguagem está agindo, [...] a organização simbólica do texto, o status que tem, e sua função no contexto, incluindo o canal [...] e também o modo retórico” (HASAN, 1989, p. 12).

A partir dessas noções, Hasan propôs a Configuração Contextual (CC), que consiste em “um específico conjunto de valores que realizam campo, relações e modo” (1989, p. 55) e, em se tratando de análises à luz da abordagem sistêmico-funcional, faz-se muito importante a CC dos textos, já que, por meio dela, tem-se acesso a dados contextuais fundamentais que irão contribuir para a análise.

Além disso, as variáveis do contexto de situação, campo relações e modo, materializam as três metafunções da linguagem, estabelecidas em LSF: ideacional, interpessoal e textual. O Quadro 1, a seguir, sistematiza essa relação que há entre variáveis e metafunções.

Quadro 1 - Variáveis e metafunções

Campo (O que está ocorrendo? Qual a natureza da ação social?)	→	Metafunção ideacional (Compreensão do meio)
Relações (Quem são os participantes envolvidos?)	→	Metafunção interpessoal (Relação entre os sujeitos)
Modo (Como a linguagem está organizada?)	→	Metafunção textual (Organização da mensagem)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em LSF, a linguagem possui três metafunções intrínsecas a ela, que se manifestam, simultaneamente, na oração, sua unidade gramatical que tem o caráter da plurifuncionalidade. Essas metafunções carregam em si a capacidade de manifestar as finalidades da linguagem em uso.

Uma das metafunções da linguagem é a ideacional, ou seja, compreender o mundo. Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 30), “a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e alguns dos recursos da léxico-gramática de todas as línguas são dedicados a essa função”, de modo que todas as facetas da experiência humana podem ser transformadas em significado. Aqui a oração é vista como representação. Essa metafunção, que tem a linguagem “como reflexão”, é responsável por esclarecer a natureza da ação social, o que, de fato, está ocorrendo, relacionando-se diretamente à variável do contexto de situação campo.

Outra metafunção é a interpessoal, que trata da relação entre os sujeitos. Essa metafunção é responsável pelas relações entre os participantes envolvidos na interação; aqui a linguagem está em ação, e a oração é vista como troca, pois “é uma proposição ou uma proposta, em que informamos ou perguntamos, damos

uma ordem ou fazemos uma oferta, e expressamos a nossa avaliação e atitude para quem estamos nos dirigindo e sobre o que estamos falando” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 30). Em função disso, essa metafunção tem relação com a variável relações.

Por fim, a outra metafunção da linguagem é a textual, responsável pela organização do conteúdo trocado pelos interactantes. Aqui a oração é vista como mensagem, e essa metafunção tem a ver com o modo como se constrói o texto, sendo “capaz de construir sequências de discurso, organizando o fluxo discursivo, e criando a coesão e continuidade como ele [o texto] se move longitudinalmente” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 29-30). A partir disso, a metafunção textual tem relação com a variável modo.

Gouveia (2009, p. 17) explica que essas metafunções “dão lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica”. Dessa forma, há componentes gramaticais de valor ideacional, interpessoal e textual. Cada uma dessas metafunções tem um sistema que a realiza léxico-gramaticalmente na análise da oração: transitividade (ideacional), Modo e modalidade (interpessoal) e Tema e Rema (textual).

Considerando o foco deste estudo, na seção seguinte, aborda-se com mais ênfase a metafunção ideacional, destacando o complexo oracional e as relações lógico-semânticas.

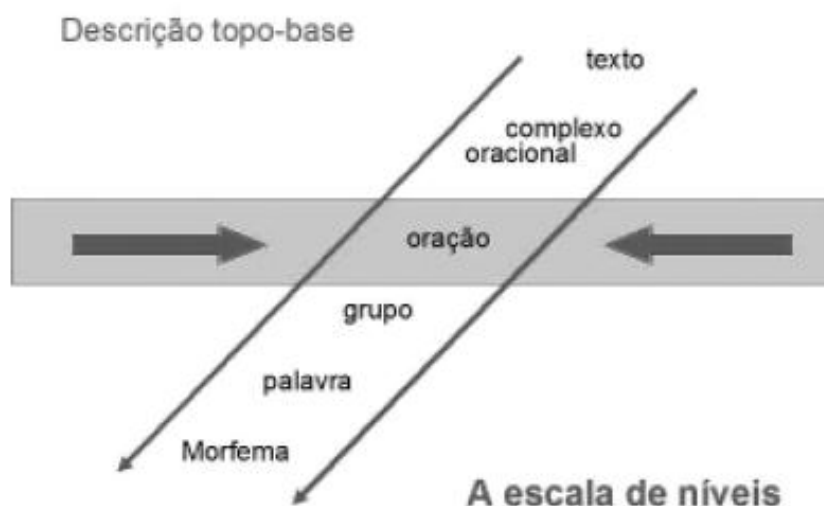
3.1 METAFUNÇÃO IDEACIONAL E COMPLEXO ORACIONAL

A metafunção ideacional dá conta das manifestações das experiências humanas, sejam elas de seu mundo físico, material, sejam de seu mundo interior, da consciência. Trata-se da “manifestação de conhecimento de mundo no texto, o conhecimento das ideias [...] organiza as idéias dos indivíduos (além de representá-las)” (BARBARA; MACÊDO, 2009, p. 96). Por conta disso, nesta metafunção a oração é considerada representação, ou seja, representação das experiências vivenciadas pelos indivíduos.

A metafunção ideacional serve a duas outras funções: uma experiencial e uma lógica. Considerando a Figura 2, a seguir, é possível que se tenha uma noção

do que abrange cada uma dessas funções: a experiencial engloba análises no nível da oração, no âmbito do sistema de transitividade; já a lógica envolve análises em um nível acima da oração, no complexo oracional.

Figura 2 - Níveis e escala descritiva da gramática



Fonte: (GOUVEIA, 2009, p. 21).

Quanto à metafunção ideacional experiencial, Halliday e Matthiessen (2014, p. 212) explicam que “a oração interpreta um *quantum* de alteração no fluxo de eventos como uma figura, ou configuração de um processo, os participantes nele envolvidos e quaisquer circunstâncias concomitantes”. Essa função realiza-se, conforme já mencionado, por meio do sistema de transitividade, que se preocupa com a descrição da oração enquanto uma “figura”, organizada em processo, participantes e eventuais circunstâncias.

Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 213), “cada tipo de processo constitui um claro modelo ou esquema para interpretar um domínio particular de experiência como uma figura de um determinado tipo”. Dessa forma, o processo, desenvolvido tipicamente por grupos verbais, é o elemento principal, central da oração; ele manifesta a significação, a experiência que está sendo representada, de forma que o fator tempo é imprescindível.

Os participantes, tipicamente representados por grupos nominais, são os seres (pessoas, objetos, eventos) envolvidos no processo; toda oração possui, pelo

menos, um participante associado a um processo. Já as circunstâncias, desenvolvidas por grupos adverbiais, podem ou não aparecer; são acessórias e opcionais e situam a oração quanto a tempo, modo, causa, lugar, papel, assunto, ângulo, contingência e acompanhamento.

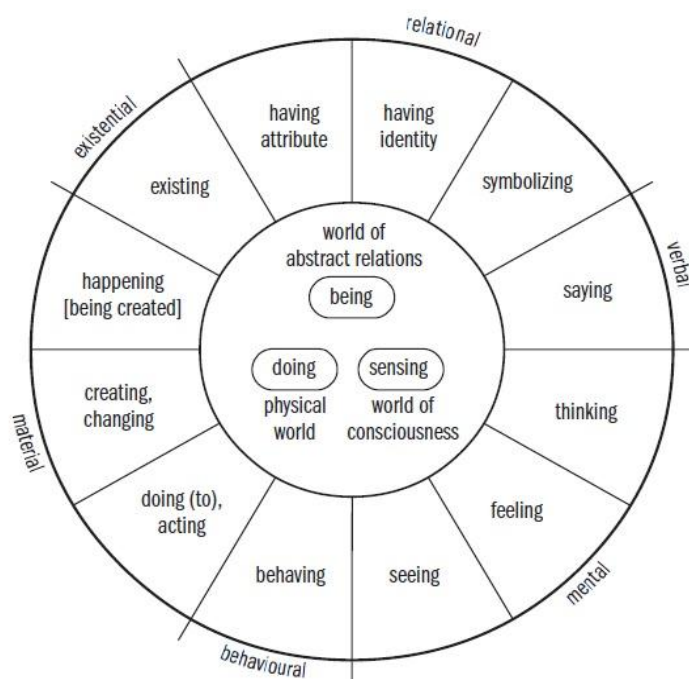
Tendo em vista que cada tipo de processo é acompanhado de seus participantes específicos, cada oração é categorizada a partir do tipo de processo, que pode ser material, mental, relacional, verbal, comportamental e existencial. Os processos materiais manifestam experiências externas, alterando o fluxo dos eventos e configurando orações de “fazer e acontecer”; participam das orações materiais Ator, Meta, Beneficiário, Escopo e, eventualmente, Atributo.

Os processos mentais representam o mundo da consciência, as experiências internas, aspectos de cognição, percepção, sentimentos e desejos; os participantes das orações mentais são Experienciador e Fenômeno. Os processos relacionais indicam, por atribuição ou identificação, características, qualidades, defeitos, identidades dos seres neles envolvidos; participam das orações relacionais Portador e Atributo ou Identificador e Identificado. Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 215), “materiais, mentais e relacionais são os três principais tipos de processo”, porém há os que estão entre eles, “compartilhando algumas características de cada um, e adquirindo assim um caráter próprio”. São eles: verbais, comportamentais e existenciais.

Situados entre os mentais e relacionais, os processos verbais são os “do dizer”, indicando que algo é dito, falado, afirmado, etc; os participantes inerentes às orações verbais são Dizente, Verbiagem, Receptor e Alvo. Entre os mentais e materiais, estão os processos comportamentais, que expressam um comportamento fisiológico ou psicológico humano; participam das orações comportamentais o Comportante e, eventualmente, o Comportamento.

Por fim, situados entre os materiais e os relacionais, os processos existenciais indicam a existência ou acontecimento de algo; o participante intrínscico a esse tipo de oração é o Existente. É importante ressaltar que as circunstâncias podem aparecer em quaisquer tipos de oração, dependendo da necessidade de circunstancializá-las. A Figura 3, a seguir, sistematiza essas categorias.

Figura 3 - Tipos de processo



Fonte: (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 216).

Além disso, conforme já mencionado, a metafunção ideacional também possui uma função lógica. Nesse caso, aborda-se o nível acima da oração (combinação de grupos oracionais e lexicais), ou seja, o foco recai sobre o que é denominado, em LSF, complexo oracional. Trata-se de como “orações são ligadas umas às outras por meio de algum tipo de relação lógico-semântica [...]” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 428), representando “sequências de figuras (ou movimentos) que são apresentados como mensagens textualmente relacionadas”. Gouveia (2009, p. 16) explica que o componente lógico da metafunção ideacional “corresponde à organização lógica dos conteúdos, ao modo como estruturamos a nossa experiência do mundo.” Conforme já destacado, a unidade de análise, nessa função da metafunção ideacional, é o complexo oracional, constituído de duas ou mais orações, como exemplificado a seguir, em 4, 5 e 6³.

³ Os exemplos são retirados do *corpus* deste estudo (códigos de referência no Capítulo 4 – Metodologia).

Exemplo 4
III ⁴ Ergue a cabeça II ⁵ e fala com o povo [[que te elegeu]] ⁶ ! III
CA#2.JOR

Exemplo 5
III Se Renan não der um jeito,II se Kátia não der,II restará a Dilma uma última esperança: a inegável disposição, até aqui, do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, [[em ajudá-la]].III
AO#2.RN

Exemplo 6
III Se a presidente está se sentindo injustiçada,II como disse ontem,II que faça a sua defesa dentro das regras políticas e jurídicas vigentes,II sem apelar para o discurso perigoso do golpismo,II que tende a colocar uns brasileiros contra os outros.III
E#1.ZH

Os exemplos 4, 5 e 6 apresentam complexos oracionais, todos constituídos de um sequência de orações interligadas entre si por diferentes tipos de relações lógico-semânticas e *taxis*, noções imprescindíveis ao estudo do complexo. Em 4, identificam-se duas orações; em 5, três; e em 6, cinco orações.

As *taxis* são os diferentes graus de interdependência que unem as orações. O sistema tático se entrecruza com o sistema de relações lógico-semânticas. As orações, em um complexo oracional, unidas por relações lógico-semânticas, sempre são interdependentes; quanto ao significado da estrutura relacional, o que muda é o *status* dessa relação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 438), o qual pode ser, portanto, de dois tipos: parataxe - que associa orações com mesmo *status*, primárias e secundárias - ou hipotaxe – que une orações com *status* diferentes, sendo uma dominante e a(s) outra(s) dependente(s).

Tendo em vista as noções de parataxe e hipotaxe, Halliday e Matthiessen (2014) esclarecem que:

⁴ Barras triplas (III) indicam início e fim de complexo oracional.

⁵ Barras duplas (II) indicam limite entre orações.

⁶ Colchetes duplos ([[]]) indicam encaixamento de oração.

Grau de interdependência é conhecido tecnicamente como *taxis*; e os dois graus diferentes da interdependência como parataxis (status igual) e hipotaxe (status diferente). Hipotaxe é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, o elemento sobre o qual ele é dependente. Contrastando com isso, está a parataxe, que é a relação entre as duas, como elementos com status de igualdade, uma iniciando e a outra continuando. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 440)

No Quadro 2, há uma sistematização das relações táticas (parataxe e hipotaxe) em termos de nexos oracionais.

Quadro 2 - Relações táticas e nexos oracionais

<i>Taxis</i>	Oração Primária	Oração Secundária
Parataxe	1 (inicial)	2 (sequencial)
Hipotaxe	α (dominante)	β (dependente)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Halliday e Matthiessen (2004).

Dessa forma, no caso da parataxe (duas ou mais orações unidas por um *status* igual), “tanto os elementos que iniciam quanto os que dão sequência são livres, no sentido de que cada um pode ser posto como funcionando para o todo. A relação paratática é logicamente (i) simétrica e (ii) transitiva.” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 452). Na parataxe, há oração primária e oração secundária e elas são representadas por notação numérica (1 ^ 2 ^ 3 ^ 4...), que marca uma sequência (sendo essencial que se siga essa ordem), conforme os exemplos 7 e 8, a seguir.

Exemplo 7						
Pune trabalho,	o	devolve miséria quantos [[tinham saído dela]],	à	desliga-se mais e mais da educação e da saúde do povo,	entrega-se como súdito obediente nos braços do império de Tio Sam	e alegremente leiloa o País.
1		2		3	4	5
CA#3.JOR						

Exemplo 8	
III A plutocracia a imobilizou II	e, suprema canalhice, a acusou depois de imobilidade.III
1	2
CA#4.JOR	

Tanto no exemplo 7 quanto no exemplo 8, as orações são articuladas por relações paratáticas, sendo unidas por *status* igual. Em 7, as cinco orações - nas quais é feita referência a ações que, na opinião do autor, estariam sendo desenvolvidas pelo governo do então presidente interino - possuem o mesmo *status*: as quatro primeiras justapostas e a última unida por adição a elas. Já em 8, em carta dirigida a Dilma Rousseff, o remetente responsabiliza a plutocracia, ou seja, a elite, os que têm poder por terem riqueza, de imobilizarem a então Presidente (Dilma Rousseff governou o Brasil de 2011 a 2016) e a acusado de imobilidade, na opinião dele uma “suprema canalhice”.

Já na hipotaxe (grau de interdependência em que as orações têm *status* diferentes), há sempre a oração dominante e a oração dependente dela. Nesse sentido, “o elemento dominante é livre, mas o dependente, não. A relação hipotática é logicamente (i) não simétrica e (ii) não transitiva.” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 452). Essas orações são representadas pelas letras do alfabeto grego (α , β , γ , δ ..), sendo α a representação da oração dominante, independentemente da posição em que se localiza no complexo oracional, como nos exemplos 9 e 10.

Exemplo 9	
III No processo do impeachment nessa Casa, o direito de defesa foi cerceado II	quando na comissão de impeachment não se tratou dos fatos [[que demonstraram a não ocorrência de crime]].
α	β
CA#4.OA	

Exemplo 10	
III Se sobrevivesse no cargo,II	Dilma certamente levaria isso em conta. III
β	α
AO#2.RN	

Tanto no exemplo 9 quanto no exemplo 10, as orações são unidas por relações hipotáticas. Em 9, a hipotaxe é constatada na medida em que a segunda oração é dependente da primeira, por ser sua circunstância de tempo, o que é introduzido pela conjunção “quando”. Já em 10, a hipotaxe se verifica pela relação de condição entre a dependente e a dominante, sinalizada pelo item léxico-gramatical “se” na primeira oração, que é a dependente e que circunstancializa sua dominante por ser condição para o fato apresentado nela.

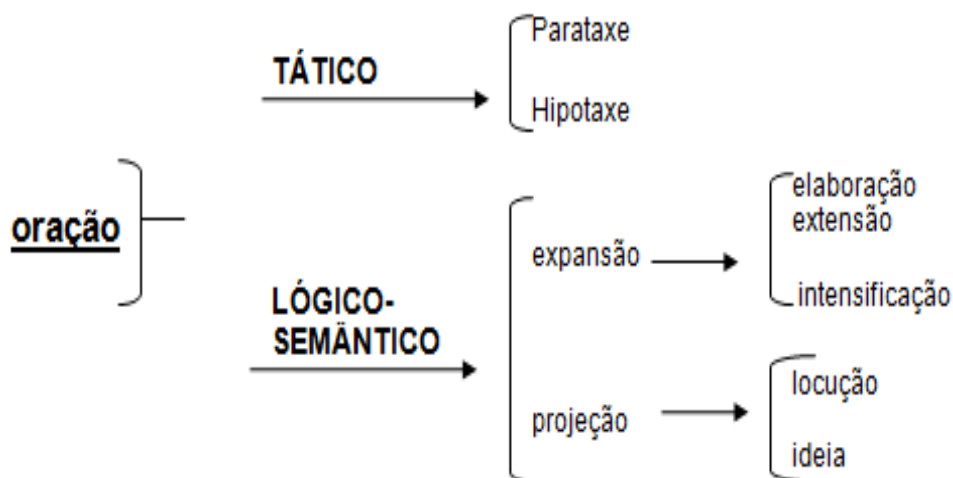
Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 441), parataxe e hipotaxe consistem em importantes estratégias “para guiar o desenvolvimento retórico do texto, tornando possível que a gramática garanta diferentes *status* das figuras dentro da sequência”. A partir disso, formam-se os nexos oracionais, que são os pares de orações interdependentes, conforme o exemplo 11, onde há parataxe e hipotaxe em um mesmo complexo oracional.

Exemplo 11		
III Pesquisa mostra II	que 61% dos brasileiros querem o impeachment,II mas os 33% do lado contrário, segundo a Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos encravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público.III	
α	β	
	<u>que</u> 61% dos brasileiros querem o impeachment,II	<u>mas</u> os 33% do lado contrário, segundo a Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos encravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público.III
	1	2
E#2.GLO		

No exemplo 11, pode-se perceber, em um primeiro momento, a dependência da segunda oração (nexo oracional: β) em relação à primeira (α), que é sua dominante, o que ocorre por hipotaxe. Já em um segundo momento, identifica-se que as orações 1 e 2 estão unidas por parataxe, de forma que a secundária adiciona uma relação de oposição à primária.

Quando se aborda o complexo oracional, há dois sistemas que ocorrem simultaneamente e são independentemente variáveis, conforme já destacado: sistema tático e sistema de relações lógico-semânticas, que são as ideias que relacionam as orações no complexo a partir do emprego de elementos coesivos. Os dois principais tipos dessas relações são a expansão e a projeção, conforme elucidada a Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Os sistemas tático e de relações lógico-semânticas



Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014).

Como a Figura 4 sistematiza, a articulação entre orações é considerada a partir dos dois sistemas: tático (em termos de *status*: parataxe e hipotaxe) e lógico-semântico (em termos de relações lógico-semânticas: expansão e projeção, cada uma abrangendo suas categorias específicas). Essas relações são detalhadas nas seções seguintes.

3.1.1 Relações lógico-semânticas: Expansão

A expansão ocorre quando “a oração secundária expande a oração primária, (a) elaborando-a, (b) estendendo-a ou (c) intensificando-a” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 443). Elaboração, extensão e intensificação são categorias da expansão, como se pode observar no Quadro 3, a seguir, e cada uma delas abarca outros tipos de relações lógico-semânticas.

Quadro 3 - Relações lógico-semânticas de expansão

Expansão	Elaboração = ("igual")
	Extensão + ("é adicionado a")
	Intensificação X ("é multiplicado por")

Fonte: Elaborado pela autora com base em Halliday e Matthiessen (2014, p. 444).

Considerando que, quando há extensão, uma oração expande a informação apresentada na outra, na elaboração a informação é expandida na medida em que a mesma informação é mostrada de outra forma, sendo detalhada pela oração que segue; não há uma informação nova, mas sim a mesma sendo expressa de outra maneira. Halliday e Matthiessen (2014, p. 444) explicam que, na elaboração, “uma oração expande outra elaborando-a (ou uma parte dela): dizendo em outras palavras, especificando em maiores detalhes, comentando ou exemplificando”.

A elaboração pode ser paratática ou hipotática e igualmente engloba outras relações lógico-semânticas. Na parataxe, a elaboração se dá por exposição, exemplificação e clarificação⁷; na hipotaxe, por sua vez, ocorre por descrição.

A exposição é a relação em que “a oração secundária reformula a tese da oração primária em outras palavras, a fim de apresentá-la sob outro ponto de vista ou, talvez, apenas reforçar a mensagem” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 463). Ou seja, significa dizer algo “em outras palavras”, sendo a oração comumente introduzida por elementos conjuntivos como *isto é, ou seja, em outras palavras, quer dizer, etc.* O exemplo 12, a seguir, apresenta uma ocorrência de exposição.

⁷ Como não foram encontradas, no *corpus* deste estudo, ocorrências de orações, em um mesmo complexo oracional, ligadas por algumas categorias de relações lógico-semânticas, buscaram-se os exemplos em outros textos pertencentes aos gêneros aqui analisados. É o caso, por exemplo, de elaboração paratática do tipo exposição, exemplificação e clarificação, a seguir.

Exemplo 12⁸	
III Admitindo-se II que existiria a aludida controvérsia,II é de se notar II que o próprio TCU ainda perfilhava o entendimento ostentado pelo Poder Executivo por ocasião da edição dos decretos,II	II <u>ou seja</u> , II se havia discussão pública,II era no sentido de confirmar a posição adotada pelo Executivo, [...] III.
1	= 2

Como já mencionado, a exposição é uma relação paratática da elaboração. No exemplo 12, ela se verifica na medida em que o nexoracional 2 expande o 1 em outras palavras, a fim de reforçá-lo. Essa relação é introduzida pelo elemento coesivo *ou seja*.

A exemplificação, como o nome sugere, apresenta um exemplo, uma especificação, a fim de elucidar a informação apresentada na oração primária. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 463), “a segunda oração desenvolve a tese da oração primária, especificando mais o assunto e, muitas vezes, citando um exemplo real”. É comum, nesse caso, o emprego de expressões como *por exemplo*, *em particular*, *como*, etc. O exemplo 13, a seguir, ilustra a elaboração por exemplificação.

Exemplo 13⁹		
Manifestações a favor do “Fora Temer”,	<u>como</u> as que ocorreram nas ruas do Rio,	não têm a potência suficiente para reverberar dentro do Senado.
1	= 2	1

Em 13, há um caso de elaboração paratática por exemplificação, já que a oração primária (Manifestações a favor do “Fora Temer” não têm a potência suficiente para reverberar dentro do Senado) é intercalada pela oração secundária,

⁸Fonte do exemplo: <http://jota.uol.com.br/carta-aberta-de-juristas-contra-o-parecer-impeachment>. Acesso em 18 jan. 18.

⁹Fonte do exemplo: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/carolina-bahia/noticia/2016/08/dilma-chega-enfraquecida-ao-julgamento-7184873.html>. Acesso em 18 jan. 18.

que traz como exemplo dessas manifestações aquelas que ocorreram nas ruas do Rio de Janeiro.

A clarificação, por sua vez, torna mais precisa a informação da oração primária, de maneira que “a segunda oração esclarece a tese da oração primária, apoiando-se em algum tipo de explicação ou comentário explicativo” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 463). Frequentemente, esse tipo de relação inclui uma mudança de polaridade, sendo realizada a partir do emprego de expressões como *na verdade*, *de fato*, *finalmente*, *pelo menos* e os dois-pontos, quando introduzem o que, na gramática tradicional, é denominado oração apositiva. O exemplo 14 apresenta uma ocorrência desse tipo.

Exemplo 14¹⁰	
III [...] uma dúvida me atormenta: II	II depois de derrubado o atual governo, outro grupo de políticos assumirá, naturalmente, o poder.III
1	=2

No exemplo 14, a oração primária é clarificada pela secundária, na medida em que esta apresenta um esclarecimento acerca daquela, ou seja, esclarece-se em 2 qual é a dúvida que atormenta o autor: o fato de que “depois de derrubado o atual governo, outro grupo de políticos assumirá, naturalmente, o poder”.

Na descrição, que é a elaboração hipotática, há sempre uma oração relativa não definidora (também denominada “não restritiva” ou “descritiva”), que é introduzida por um pronome relativo e aparece como uma “espécie de glosa descritiva da oração primária” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 464).

Essa oração funciona como uma estratégia para inserir uma informação acessória, de menor importância, que tende a caracterizar, avaliar, descrever, um termo da oração dominante. Em 15, há um exemplo de elaboração por descrição, ou seja, de oração relativa não definidora, pois a “lei n.º 4.215” é caracterizada como “o segundo Estatuto da Advocacia no Brasil”, pela oração que a segue .

¹⁰ Fonte do exemplo: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/a-carta-aberta-de-tom-ze-aos-ministros-do-stf.html> . Acesso em 18 jan. 18.

Exemplo 15	
III No dia 27 de abril de 1963, o Presidente João Goulart aprovou a lei n.º 4.215, II	que seria o segundo Estatuto da Advocacia no Brasil.III
α	$= \beta$
CA#2.OA	

Sendo assim, a relação lógico-semântica de elaboração constitui-se tanto na hipotaxe quanto na parataxe. Todas as suas categorias são sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Relação lógico-semântica de elaboração

	Parataxe	Hipotaxe
Elaboração	Exposição ("isto é")	Descrição (oração relativa não definidora)
	Exemplificação ("por exemplo")	
	Clarificação ("na verdade")	

Fonte: Elaborado pela autora.

Já a extensão, outra relação lógico-semântica da expansão, ocorre quando uma oração estende o significado apresentado pela outra, mas, desta vez, inserindo uma informação nova, pode ser paratática e hipotática. Conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 470), "há um paralelo estreito na extensão entre parataxe e hipotaxe [...]; podemos operar com um único sistema de categorias para ambos os tipos de taxis, embora haja certos intervalos no paradigma".

Essa relação lógico-semântica envolve outras três: adição, variação e alternância, todas paratáticas e hipotáticas, conforme o Quadro 5 sistematiza.

Quadro 5 - Relação lógico-semântica de extensão

Extensão			Parataxe	Hipotaxe	
				Finita	Não finita
Adição		Aditiva: positiva ("X e Y")	e	enquanto isso	além de
		Aditiva: negativa ("nem X e nem Y")	nem		
		Opositiva ("X e contrariamente Y")	mas		sem
Variação		Substitutiva ("não X, mas Y")	mas não	-11	em vez de
		Subtrativa ("X, mas não todo X")	exceto	exceto que	exceto por
Alternância		("X ou Y")	ou	se ... não	

Fonte: Elaborado pela autora.

A adição paratática ocorre quando “um processo simplesmente se une ao outro; não há implicação de nenhuma relação causal ou temporal entre eles” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 472). Essa relação é geralmente expressa por itens coesivos como *e*, *mas*, *nem*, *ou*. A adição paratática pode ser de três tipos: aditiva positiva, aditiva negativa e opositiva. Na adição do tipo aditiva positiva, que significa “X e Y”, as orações são introduzidas por elementos conjuntivos como *e*, *não só*, *mas também*. É o caso do exemplo 16:

Exemplo 16	
III O apelo por seriedade e por um diálogo baseado em argumentos claros vale <u>não apenas</u> para defensores do governo provisório, hoje com a chave do cofre e o mapa de cargos, II	<u>mas também</u> [vale] para os comprometidos com a defesa da presidente afastada. III
1	+2
E#3.ZH	

Em 16, existe claramente uma relação de extensão paratática por adição aditiva positiva, na medida em que há dois grupos para quem vale “o apelo por seriedade e por um diálogo baseado em argumentos claros”: os “defensores do governo provisório, hoje com a chave do cofre e o mapa de cargos” e, somado a

eles, “os comprometidos com a defesa da presidente afastada”. Essa relação é materializada pelo item *não apenas...mas também*.

Na adição do tipo negativa, que significa *nem X e nem Y*, as orações geralmente iniciam com *nem*, conjunção que indica adição por negação. Essa relação é evidenciada no exemplo 17.

Exemplo 17	
III Já Collor não tinha esse apoio,II	<u>nem</u> contou com a sorte de um ciclo mundial de crescimento III.
1	+2
E#2.GLO	

No exemplo 17, a extensão por adição é do tipo negativa, pois Collor não ter recebido determinado apoio soma-se (por negação, evidentemente) a não ter contado “com a sorte de um ciclo mundial de crescimento”.

Já na adição do tipo adversativa, que significa *X e contrariamente Y*, as orações são introduzidas por elementos conjuntivos que indicam oposição, como *mas, porém, entretanto*, entre outros. O exemplo 18 ilustra esse tipo de relação.

Exemplo 18	
III É uma ideia de difícil execução, por uma questão de prazos,II	<u>mas</u> [é] extremamente atraente para a própria Marina [...].III
1	+2
E#1.EST	

Em 18, há explicitamente uma relação de extensão adição por oposição, já que a antecipação de uma eleição presidencial consiste em “uma ideia de difícil execução, por uma questão de prazos”, porém bastante atraente para Marina Silva. Essa relação é evidenciada léxico-gramaticalmente pela conjunção *mas*.

Já a variação é a relação lógico-semântica que ocorre quando uma “oração é a substituição parcial ou total de outra” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 473). Quando paratática, pode ser de dois tipos: substitutiva e subtrativa.

Na variação substitutiva, que significa *não X mas Y*, as orações são geralmente iniciadas por *mas não* e *não...mas*. Já na variação subtrativa, que

significa *X mas não todo X*, as orações comumente são introduzidas por elementos coesivos como *somente, mas, exceto*. O exemplo 19 ilustra o primeiro caso.

Exemplo 19	
III E não teve qualquer interferência na obediência a um rito definido não por ele, II	<u>mas</u> (definido) pelo próprio Supremo, o garantidor da tramitação do pedido de impedimento da presidente no Congresso. III
1	+2
E#3.GLO	

No exemplo 19, há referência a Eduardo Cunha, na época Presidente da Câmara dos Deputados. Coube a ele, em sua função de Presidente da Câmara, aceitar o pedido de impedimento de Dilma Rousseff, de forma que “não teve qualquer interferência na obediência a um rito definido não por ele”, mas definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A relação de extensão por variação substitutiva está no fato de o rito não ter sido definido por Cunha, mas sim pelo STF.

Na alternância paratática, por sua vez, “uma oração é apresentada como uma alternativa para a outra” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 473). Essa relação, que significa *X ou Y*, geralmente é iniciada por itens coesivos como *(um) ou (outro), ou...ou, alternativamente*, entre outros. Em 20, há um exemplo de alternância paratática.

Exemplo 20	
III [...] afinal, houve crime de responsabilidade para o impeachment da Presidente Dilma,II	<u>ou</u> tudo não passou de mero pretexto para a perpetração de um golpe de Estado? III
1	+2
CA#5.JOR	

No exemplo 20, o remetente da carta aberta apresenta um questionamento, ligando duas orações por uma relação de alternância: “houve crime de responsabilidade para o impeachment da Presidente Dilma ou tudo não passou de

mero pretexto para a perpetração de um golpe de Estado?”. Essa relação é evidenciada léxico-gramaticalmente pela conjunção *ou*.

Na hipotaxe, há, igualmente, extensão por adição, variação e alternância, conforme o Quadro 5 apontou. Na adição hipotática, que igualmente significa X e Y, “a oração estendida é dependente, sendo finita ou não finita” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 474). Em sua forma finita, as orações que expressam adição hipotática iniciam pelos elementos conjuntivos *enquanto isso* e *ao passo que*, e ocorrem na adição positiva e opositiva. Nesse caso, “não há uma fronteira clara entre a aditiva positiva e a opositiva; essas orações muitas vezes têm um componente opositivo, às vezes, não.” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 474), não havendo aditiva negativa. O exemplo 21, a seguir, apresenta uma ocorrência de adição hipotática finita.

Exemplo 21¹¹	
III [...] Lula e demais lideranças seriam varridas,	<u>enquanto</u> ela permaneceria firme em razão da biografia.III
β	$+ \alpha$

Em 21, a relação de adição hipotática finita é percebida na medida em que a primeira oração (β) é estendida pela segunda (α), sendo dependente dela, ou seja: Conselheiros do Planalto preconizavam que “Lula e demais lideranças seriam varridas” ao passo que “ela [Dilma Rousseff] permaneceria firme em razão da biografia”. A conjunção *enquanto* introduz essa relação entre as orações.

Já a variação hipotática só apresenta forma finita para a subtração, sendo as orações iniciadas por *exceto que* e *mas (pelo fato) que*. A relação de alternância hipotática finita, por sua vez, ocorre quando há *se...não (se não a, então b)*, de modo que a oração dependente aparece antes da oração dominante.

Na forma não finita, a relação lógico-semântica de extensão hipotática só se manifesta por adição e variação. Na adição, as orações são do tipo aditiva positiva,

¹¹ Categoria não encontrada no *corpus*. Fonte do texto de onde retirou-se o exemplo: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/columnistas/carolina-bahia/noticia/2016/08/chega-ao-fim-a-agonia-de-dilma-e-do-pt-7353722.html>. Acesso em 18 jan. 2018.

iniciadas por *além de*, *además*, entre outros, e do tipo opositiva, introduzidas por *sem*. Em 22 há exemplo de adição do tipo adversativa.

Exemplo 22	
III [...] faça a sua defesa dentro das regras políticas e jurídicas vigentes,II	<u>sem</u> apelar para o discurso perigoso do golpismo, [...]
α	$+ \beta$
E#1.ZH	

No exemplo 22, extensão hipotática por adição oposição se manifesta a partir do emprego do item léxico-gramatical *sem*: Se Dilma Rousseff estava se sentindo injustiçada, que fizesse sua defesa de acordo com as regras vigentes “sem apelar para o discurso perigoso do golpismo”, isto é, mas não apelando para esse discurso.

Já na variação, a extensão hipotática não finita ocorre nas formas substitutiva, iniciada por *em vez de* e *ao invés de*, e na forma subtrativa, introduzida por *além de* e *exceto por*.

Outra relação lógico-semântica envolvida pela expansão é a intensificação, na qual “uma oração (ou subcomplexo) intensifica o significado de outra qualificando-a em uma de uma série de maneiras possíveis: por referência a tempo, lugar, modo, causa e condição” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 476). O exemplo 23 apresenta uma ocorrência de intensificação.

Exemplo 23	
III Se a maioria rejeitar o relatório hoje,II	o processo se extingue [...].
β	$x \alpha$
E#2.ZH	

No exemplo 23, há claramente uma relação de intensificação entre as duas orações, expressa léxico-gramaticalmente pela conjunção *se*, que indica ideia de condição: a primeira oração, que é a dependente, é condição para o fato apresentado na segunda, que é a dominante. Ou seja, caso a maioria rejeite o relatório, haverá a extinção do processo; aquela ideia, portanto, é condição para esta.

Assim como ocorre na extensão, há enorme proximidade entre intensificação paratática e hipotática, ainda que haja algumas lacunas no paradigma. A intensificação paratática constitui-se geralmente de uma coordenação com uma circunstância junto dela. A hipotática, por sua vez, consiste em o que, na gramática tradicional, denominam-se orações adverbiais. O Quadro 6, a seguir, sistematiza a relação de intensificação.

Quadro 6 - Relação lógico-semântica de intensificação

(Continua)

	Categoria	Significado	Paratática	Hipotática	
				Finita	Preposição não finita ¹²
(i) tempo- ral	mesmo tempo	A durante B	(e) durante; (quando)	[extensão] conforme, enquanto	no (curso/ processo de)
				[ponto] quando, assim que, o momento	no/a
				[propagação] toda vez que, sempre que	-
	tempo diferente: depois	A subseqüentemente B	(e) então; e + mais tarde	depois, desde	depois
	tempo diferente: antes	A previamente B	e/ mas+ antes que/ primeiramente	antes, até	antes
(ii) espacial	mesmo lugar	C no lugar de D	e ali	[extensão] até onde	-
				[ponto] onde	-
				[propagação] onde quer que, em todo lugar	-
(iii) modo	meio	N é através de/ por meio de M	e + daquela forma; (e) deste modo	-	por meio de
	comparação	N é como M	e + similarmente; (e) então, deste modo	como, como se, da maneira	

¹² Halliday e Matthiessen (2014) apresentam ainda a intensificação hipotática não finita iniciada por conjunção. No entanto, haja vista que não há ocorrências dessa categoria em língua portuguesa (mas sim em língua inglesa), optou-se por não abordá-la neste estudo.

(iv) causal condicio- nal	causa: razão	por causa de P então resultou-se Q	[causa ^ efeito] (e) então; e + portanto		
			[efeito ^ causa] por; (porque)	porque, visto que, uma vez que, no caso, considerando que, considerando	com, através, por, como resultado, por causa de, no caso de
	causa: propósito	devido à intenção Q então a ação P	-	para que, de modo a	(a fim de/ para) para; por (causa de), com o intuito de, por medo de
	causa: resultado			tanto que	para
	condição: positiva	se P então Q	(e) então; e + nesse caso	se, desde que	no caso de
	condição: negativa	se não P então Q	se não; (ou) caso contrário	a menos que	mas por, sem
	condição: conces- siva	se P então contrário à expectativa Q	[concessão ^ conse- quência] mas; (e) ainda, mas + no entanto [conse- quência ^ conces- são] (embora)	mesmo se, ainda que, embora, enquanto	apesar de, sem

Fonte: Tradução e adaptação de Halliday e Matthiessen (2014, p.477).

Conforme o Quadro 6, as relações de intensificação (tempo, espaço, modo, causa e condição) abrangem uma série de categorias específicas, cada qual marcada por conjunções/expressões conjuntivas que introduzem as orações. Na intensificação paratática, as orações geralmente são iniciadas por itens como *pois*, *portanto* (inserem-se aqui as orações conhecidas tradicionalmente como coordenadas sindéticas conclusivas), ou pela combinação de *e* com um outro elemento coesivo, como *e depois*, *e então*, *e antes disso*, *e lá*, *e assim*, entre outros.

A intensificação paratática ocorre por tempo, podendo indicar: “mesmo tempo” (“A durante B”: *e enquanto isso*, *enquanto*), “tempo diferente: depois” (“A

subsequentemente B”: *e depois, e mais tarde*) e “tempo diferente: antes” (“A previamente B”: *e/mas antes disso/primeiro*). Além disso, a intensificação paratática ocorre expressando ideia de espaço, indicando sempre noção de “mesmo lugar” (“C no lugar de D”), de forma que, em sua forma paratática significa que uma oração circunstancializa a outra, trazendo uma referência ao mesmo lugar/espaço da informação contida na oração primária. Essa relação é representada por *e ali*.

Já a relação lógico-semântica de modo ocorre de duas maneiras: meio (“N é através de/ por meio de M”: *e desse modo, e assim*) e comparação (“N é como M”: *e semelhantemente, e de modo a, e assim*). Em 24, há um exemplo de intensificação paratática de meio.

Exemplo 24		
III O governo aproveitou II	e expandiu programas sociais herdados dos tucanos,II	<u>e assim</u> Lula turbinou a popularidade. III
1	+2	x3
E#2.GLO		

No exemplo 24, a relação de intensificação paratática de meio ocorre em função de o governo (de Lula) ter, na opinião do editorialista, aproveitado e expandido programas sociais herdados do governo anterior (“tucanos”, referência aos membros do Partido Social da Democracia Brasileira) e, desse modo, “Lula turbinou a popularidade”. Com isso, fica evidente que o conteúdo das orações anteriores serviu como meio para que o ex-presidente aumentasse sua popularidade. Essa relação é evidenciada léxico-gramaticalmente pelo emprego da expressão conjuntiva *e assim*.

A relação causa-condição abrange diversas categorias na parataxe: causa:razão (“por causa de P, então resultou-se Q”: *e então, e portanto*), condição:positiva (“se P, então Q”: *e depois, e nesse caso*), condição:negativa (“se não P, então Q”: *se não, (ou) de outra forma*), condição:concessiva (“se P, então contrário à expectativa Q”: concessão ^ consequência, *mas, e ainda, ainda, mas mesmo assim; consequência ^ concessão, embora*). Em 25, há um exemplo de intensificação paratática do tipo causa-condição.

Exemplo 25	
III A presidente não cometeu crime de responsabilidade II	<u>e, portanto,</u> o impeachment seria sinônimo de golpe [...]. III
1	x2
AO#1.RO	

No exemplo supracitado, a primeira oração é intensificada parataticamente pela segunda. A relação que as une é do tipo causa:razão, já que, na opinião do autor, a presidente não ter cometido crime resultou em o impeachment ser sinônimo de golpe, portanto. Essa relação entre oração primária e secundária é evidenciada pela expressão conjuntiva *e, portanto*.

Hipotaticamente, a intensificação ocorre de duas maneiras (em conformidade com a língua portuguesa, já que, em língua inglesa, há ainda uma terceira forma): finita (incluindo as orações tradicionalmente conhecidas como subordinadas adverbiais) e não finita iniciada por preposição, conforme o Quadro 6 sistematizou. Em sua forma finita, na relação temporal, as orações intensificadoras hipotáticas podem indicar: “mesmo tempo” (extensão - *como* e *enquanto* -, ponto *quando*, *logo que*, *no momento em que* - e propagação - *toda vez que*, *sempre que*); “tempo diferente: depois” (*depois que* e *desde que*); e “tempo diferente: antes” (*antes que* e *até que*). O exemplo 26 mostra uma ocorrência de intensificação hipotática de tempo diferente: depois.

Exemplo 26	
III A aceitação do pedido foi uma vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha,II	<u>depois que</u> o PT anunciou o voto contra ele no Conselho de Ética.III
α	xβ
AO#1.RO	

No exemplo 26, a intensificação hipotática de tempo diferente: depois é introduzida claramente pelo item *depois que*, na medida em que a oração dominante (o fato de, na opinião da articulista, a aceitação do pedido de *impeachment* ter sido uma vingança de Cunha) ser circunstancializada (tempo) pela oração dependente

(depois de o PT ter anunciado o voto contra o deputado, então presidente da Câmara, no Conselho de Ética).

Já a relação de espaço hipotaticamente só ocorre na forma finita, de modo que as orações expressam as seguintes ideias: extensão (*tanto quanto*), ponto (*no lugar X*) e propagação (*onde quer que, em toda parte que*). A relação de modo, por sua vez, na forma finita só ocorre no tipo comparação (*como, como se*).

A relação causa-condição hipotática, na forma finita, podem indicar: causa:razão (efeito^causa - *porque, como, desde que, no caso, considerando que, visto que*), causa:propósito (*de modo que e de modo a*), causa:consequência (*de modo que*), condição:positiva (*se, desde que*), condição:negativa (*a menos que*) e condição:concessiva (*mesmo que, embora, apesar de que, conquanto*). O exemplo 27 apresenta uma ocorrência de intensificação hipotática finita de causa:razão.

Exemplo 27	
III Dilma está prestes a ser julgada II	II porque seu governo vai mal [...].
α	$X\beta$
AO#2.RO	

No exemplo 27, há evidentemente uma relação de intensificação hipotática do tipo causa:razão, tendo em vista que a causa de a então presidente, Dilma Rousseff, estar “prestes a ser julgada” é o fato de seu governo estar indo mal, ou seja, de estar sendo eficiente, na opinião do autor. Essa relação é expressa pela conjunção *porque*.

Na intensificação hipotática não finita, as orações podem iniciar por preposição, embora haja várias lacunas no paradigma, segundo Halliday e Matthiessen (2014). As orações não finitas iniciadas por preposição indicam tempo (“mesmo tempo”: extensão - *no curso de, no processo de* -, ponto – *sobre* -; “tempo diferente”- depois: *depois*; “tempo diferente”- antes: *antes*), modo (meio: *por meio de*), causa-condição (causa:razão: efeito-causa - *como, através, como um resultado, pelo, por causa de, no caso de*; causa-propósito: *a fim de, assim como, por causa de, com o objetivo de*; causa-consequência: *para*; condição:positiva: *no caso de*; condição:negativa: *sem*; e condição:concessiva: *apesar de*). Em 28, há um exemplo

de complexo oracional com intensificação hipotática não finita iniciada por preposição expressando causa-propósito.

Exemplo 28	
Dirijo-me à população brasileira e às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores	<u>para</u> manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político [[que tantos prejuízos já causou ao País]].
α	$X\beta$
CA#3.OA	

No exemplo 28, a oração dependente incorpora uma noção de propósito à oração dominante, ou seja, a finalidade de a autora da carta dirigir-se à população, às senadoras e aos senadores é fazer sua manifestação a respeito do seu compromisso com a democracia e com tais medidas. A preposição *para* introduz essa relação lógico-semântica.

A seção seguinte aborda a relação lógico-semântica de projeção e as categorias que abrange.

3.1.2 Relações lógico-semânticas: Projeção

Além da expansão, o sistema de relações lógico-semânticas abrange outra relação, que engloba outras categorias: a projeção. Na projeção, “a oração passa a funcionar não como uma representação direta da experiência (não linguística), mas como uma representação da representação (linguística)” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 508). De acordo com os autores, ela é frequentemente empregada em notícias (atribuição das fontes das informações), em textos científicos (representação de pontos de vista), em narrativas em geral (construção de diálogos), bem como na conversação.

Os tipos de projeção estão relacionados a três sistemas, a saber: nível da projeção, modo de projeção e função de fala. Quando há projeção, uma oração é a representação do conteúdo (linguístico) de outra; isso pode ocorrer em relação ao conteúdo de uma oração mental (“pensar”) ou verbal (“dizer”). Pode-se, portanto,

segundo Halliday e Matthiessen (2014, projetar significados (ideias) ou fraseados (locuções), como ocorre, respectivamente, nos exemplos 29 e 30.

Exemplo 29	
III Ao invés disso, entendo II	que a solução para as crises política e econômica [[que enfrentamos]] passa pelo voto popular em eleições diretas.III
α	‘ β
CA#3.OA	

Exemplo 30	
III Denuncia II	que o judiciário está legislando [...].IIII
α	“ β
CA#2.JOR	

No exemplo 29, há a projeção de um a ideia, ou seja, um pensamento, estruturado em uma oração que complementa o processo mental *entendo*: “que a solução para as crises política e econômica [[que enfrentamos]] passa pelo voto popular em eleições diretas”. Já em 30, há a projeção de uma locução, isto é, do conteúdo de um processo verbal, no caso o *denunciar*, o remetente da carta incentiva seu destinatário a denunciar “que o judiciário está legislando [...]”.

O nível de projeção dá conta exatamente disto: se a oração projeta o conteúdo de uma oração verbal, tem-se uma locução; se, em contrapartida, a oração projeta o conteúdo de uma oração mental, tem-se uma ideia. O modo dessa projeção está no fato de ela ser - independentemente de locução ou ideia – paratática ou hipotática. Se a relação de projeção ocorrer por parataxe, tem-se uma citação (discurso direto – independente da oração projetante); se essa relação ocorrer por hipotaxe, tem-se um relato (discurso indireto – dependente da oração projetante). Em 31 e 32, há exemplos de citação e relato, respectivamente.

Exemplo 31	
III “Não vou admitir esse tipo de frase num julgamento como esse. [...]”II	disse Lewandowski.III
“1	2
E#4.EST	

No exemplo 31, a oração projetada é uma citação, pois se une à oração secundária por parataxe, na forma de um discurso direto, isto é: a oração “Não vou admitir esse tipo de frase num julgamento como esse [...]” complementa o a forma verbal *disse*, tendo sido enunciada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski.

Exemplo 32	
III Em pesquisa da Vox Populi do início de agosto, 73% dos entrevistados disseram II	que o impeachment não é a solução para o País [...]. III
α	“β
CA#12	

No exemplo 32, a oração projetada assume a forma de um relato (discurso indireto), já que a relação entre as orações se dá por hipotaxe, ou seja: “que o impeachment não é a solução para o País” está hipotaticamente complementando a forma verbal *disseram*, apresentada na oração dominante.

Projeção paratática e hipotática, ou seja, citação e relato, têm diferenças de significado também. Na citação, o conteúdo da projeção é mais imediato e próximo da realidade, é independente; já no relato, esse conteúdo não consiste em um movimento na interação, é dependente.

Halliday e Matthiessen (2014) apontam que muitas vezes o relato como representação de um evento verbal apresenta a essência do que foi dito. Segundo os autores, na parataxe há a representação do fraseado, enquanto na hipotaxe, há o sentido, a essência. É importante destacar que muitos processos são utilizados apenas em relatos ou citações. Nos relatos, há aqueles semanticamente complexos para funções de fala e são raramente empregados em citações (experencialmente são distantes do evento de fala), como é o caso de *negar*, *relembrar* e *insinuar*, por

exemplo. Nas citações, sobretudo em narrativas, em contrapartida, são comuns processos com características interpessoais ou comportamentais ao evento de fala.

Já a função de fala diz respeito ao fato de ser projetada uma proposição ou uma proposta. Proposição e proposta são conceitos pertencentes à metafunção interpessoal da linguagem. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014), na interação, os falantes assumem funções e papéis de fala, que podem ser *dar* e *solicitar*. Com base nesses papéis, os interlocutores escolhem a natureza do produto que trocam na interação: informações (por meio de perguntas ou declarações) ou bens e serviços (por meio de ofertas e comandos). Quando são trocados bens e serviços (objeto ou ação, produto não verbal), a função semântica da oração é a proposta; quando, por outro lado, trocam-se informações (produto é verbal), a função semântica da oração é a proposição.

Em se tratando de função de fala, a projeção pode apresentar citação não só na forma de proposição e proposta, mas de estruturas menores também, conforme o Quadro 7:

Quadro 7 - Tipos de projeção

Tipo de processo de projeção	Função de fala projetada	Citação paratática 1 2	Relato hipotático $\alpha \beta$
ideia ' mental	maior: proposição	1 '2 Ela pensou, 'eu posso'	$\alpha \beta$ Ela pensou que podia
	maior: proposta	Ele ordenou a ela 'Faça'	Ele queria que ela fizesse
locução " verbal	maior: proposição	1 "2 Ela disse, "Eu posso"	$\alpha \beta$ Ela disse que podia
	maior: proposta	Ele disse a ela "Faça"	Ele disse a ela para fazer
	Menor	1 "2	-

Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014, p. 511).

A citação verbal, ou seja, discurso direto e oração verbal, é a forma mais simples de projeção, segundo Halliday e Matthiessen (2014). Inclusive, "há inúmeros usos desse tipo de nexos de citação – material de testemunhas oculares em notícias,

passagens dialógicas em narrativas, cenas em biografia, citações no discurso científico” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 512). Em construções como essa, a oração projetada abriga itens interativos da oração como troca. Proposições e propostas podem ser relatadas tanto por orações verbais (por meio de comandos indiretos, ofertas e sugestões) quanto por orações mentais (por meio de estados das coisas desejados).

Na citação verbal de proposições (afirmações e perguntas), o processo verbal pode aparecer em diferentes posições no complexo oracional: antecedendo a oração projetada, seguindo-a ou incluindo-se nela. Verbos de conteúdo comportamental também podem projetar proposições, como é o caso de *soluçar*, *bufar*, *suspirar*, entre outros. Citações verbais de propostas (ofertas e comandos) podem ser projetadas do mesmo modo como as proposições, tendo uma oração de processo verbal com citação.

Halliday e Matthiessen (2014, p. 514) apontam diversos verbos que funcionam como processos verbais em orações que projetam proposições, como: dizer, perguntar, inquirir, anunciar, protestar, anunciar, dentre outros. Os autores também indicam vários processos que aparecem em orações projetando propostas, como: chamar, ordenar, decidir, acreditar, dentre outros. O Quadro 8 a seguir apresenta uma sistematização desses verbos.

Quadro 8 - Verbos que servem como processos verbais usados para citar

(continua)

	Proposição	Proposta
(1) membro geral	<i>Dizer</i>	<i>Dizer</i>
(2) verbos específicos para a função de fala: (a) dando (b) exigindo	(a) declarações: <i>dizer</i> (+ Receptor), <i>notar</i> , <i>observar</i> , <i>assinalar</i> , <i>reportar</i> , <i>anunciar</i>	(a) ofertas: <i>sugerir</i> , <i>oferecer</i> ; <i>ameaçar</i> ('oferta: indesejável'), <i>votar</i> ('oferta: sagrada'), <i>prometer</i> ("oferta: desejável"), <i>concordar</i> ("oferta: em resposta")
	(b) perguntas: <i>perguntar</i> , <i>solicitar</i> , <i>investigar</i> , <i>consultar</i>	(b) comandos: <i>chamar</i> , <i>pedir</i> , <i>requerer</i> , <i>dizer</i> , <i>propor</i> , <i>decidir</i> , <i>induzir</i> ('comando: persuasivo'), <i>implorar</i> ('comando:

		desesperado'), <i>alertar</i> ('comando: consequências indesejáveis)
(3) verbos com característica circunstancial adicional: (a)	<i>responder</i> ('dizer em resposta'), <i>explicar</i> ('dizer em explicação'), <i>protestar</i> ('dizer com objeção'), <i>continuar</i> ("continuar dizendo"), <i>adicionar</i> ('dizer em adição'), <i>interromper</i> ('falar fora da vez'), <i>avisar</i> ("Dizer: consequências indesejáveis")	
(b) Conotação de especificação de maneira	<i>insistir</i> ("dizer enfaticamente"), <i>reclamar</i> ('dizer com irritação'), <i>gritar</i> ('falar alto'), <i>vangloriar-se</i> ('dizer orgulhosamente'), <i>murmurar</i> ('dizer em voz baixa'), <i>balbuciar</i> ('com embaraço'), <i>entusiasmar-se</i> ('falar com aprovação'), <i>irromper</i> ('falar efusivamente'), <i>delirar</i> ('falar com entusiasmo')	[em grande parte o mesmo que para proposições] <i>vociferar</i> ("ordenar imperiosamente"), <i>gemer</i> ("Implorar chorosamente"), <i>gritar</i> ("ordenar vociferantemente"), <i>exasperar</i> ("ordenar oficiosamente")

Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014, p. 514).

Raramente há citação com oração mental. Halliday e Matthiessen (2014) explicam que essa é uma combinação muito restrita e que há poucos verbos que participam desse tipo de construção, como é o caso de *pensar*, *perguntar-se*, *refletir* e *supor*.

No relato, as proposições são finitas, já as propostas podem ser finitas ou não finitas. Os processos mentais, muito comumente, projetam orações na hipotaxe, sendo a projetada um relato. Halliday e Matthiessen (2014) apontam diversas características desse tipo de projeção, o relato mental. Dentre elas, estão a capacidade de representar o pensamento do falante e do receptor no diálogo, da consciência de um personagem em uma narrativa, de opiniões, crenças institucionais ou especializadas em textos científicos ou em notícias.

Os relatos mentais geralmente ocorrem em projeções com processos mentais cognitivos e desiderativos. As orações mentais cognitivas projetam proposições (afirmações e perguntas). A oração projetada como ideia sempre será uma declaração indireta ou uma pergunta indireta. Na declaração, elementos de polaridade são fixos, enquanto na pergunta eles são mais abertos, flexíveis. Há ainda a possibilidade de a oração projetante apresentar um certo grau de incerteza, por meio da polaridade marcada ou do modo interrogativo, por exemplo. No Quadro 9, apresentam-se os processos e os tipos de projeções que se formam a partir das orações que constituem.

Quadro 9 - Verbos que servem como processos mentais relatando ideias

(continua)

		Proposição		Proposta	
		declaração [oração declarativa indireta: (<i>que</i>) ...]	questão [oração interrogativa indireta: <i>se; quem,</i> <i>que, quando...</i>	[Perfectivo não finito ou oração declarativa indireta modulada]	
perceptivo				-	
cognitivo	tipo 'como'	<i>acreditar,</i> <i>adivinhar,</i> <i>pensar, saber,</i> <i>imaginar,</i> <i>duvidar,</i> <i>lembrar,</i> <i>esquecer,</i> <i>sonhar, prever</i>	<i>querer, duvidar;</i> <i>considerar;</i> <i>descobrir, verificar</i> <i>checar</i> <i>determinar, julgar</i> <i>prever</i> [oração interrogativa/negativa clause] <i>conhecer,</i> <i>lembrar</i> [= a resposta para a pergunta] <i>saber</i>	-	
		ex.: <i>ela sabia </i> <i>que ele iria</i> <i>embora</i>	ex.: <i>ela se perguntou</i> <i>(não sabia) se ele</i> <i>iria embora</i>		
	tipo 'please'	<i>parecer, ocorrer</i> <i>a, tentar</i> <i>entender</i>			
		ex.: <i>pareceu-</i> <i>lhe que ele iria</i> <i>embora</i>			

desiderativo	tipo 'como'	-	-	<i>Querer, gostar, desejar, planejar, esperar</i>
				<i>ex.: ela queria que ele fosse embora (que ele deveria ir embora)</i>
emotivo				

Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014, p. 517).

O relato mental de propostas ocorre geralmente com orações mentais desiderativas, isto é, com verbos que exprimem desejo, como *querer, desejar, almejar*, entre outros. Já o relato verbal de propostas ocorre com orações cujos processos exprimem ampla variedade de processos retóricos, como é o caso de *persuadir, assumir, proibir, encorajar*, entre outros.

Na próxima seção, aborda-se o encaixamento de orações.

3.1.3 Encaixamento de orações

As orações são ligadas por relações lógico-semânticas, mas, além disso, unem-se umas às outras por um recurso denominado encaixamento, que consiste, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 490), em “um mecanismo semogênico pelo qual uma oração ou sintagma passa a funcionar como um constituinte dentro da estrutura de um grupo nominal, que, por sua vez, é um componente de uma oração”. Esse mecanismo produz significado, de modo que as orações ficam a serviço de um grupo, havendo, então, mudança de nível e podendo ocorrer nestas situações distintas:

1. Pós-modificador de um grupo nominal;
2. Núcleo de um grupo nominal;
3. Pós-modificador de um grupo adverbial.

O encaixamento¹³, que não se confunde com sistema de relações lógico-semânticas e sistema tático, manifesta-se tanto nas formas de expansão (elaboração, extensão e intensificação) quanto de projeção (locução e ideia). Sua função básica é a de pós-modificador de um grupo nominal.

A combinação de elaboração, relação lógico-semântica de expansão, e encaixamento ocasiona a oração relativa definidora, a qual caracteriza, modifica o significado de um participante da oração anterior, sem, no entanto, inserir uma informação nova (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Dessa forma, a oração relativa definidora restringe o significado desse termo, podendo ser finita (introduzida pelos relativos, como *que* e *qual*) ou não finita (verbos nas formas nominais). O exemplo 33 mostra uma ocorrência de elaboração encaixada.

Exemplo 33

III Entre os dois casos, há uma importante diferença: II Collor, um desconhecido do eleitorado, governador de Alagoas, favorecido por um desses momentos perigosos em que a degradação da imagem da política dá chances a oportunistas **[[que se transvestem em “salvadores” do Brasil]]**, não contava com o suporte de qualquer partido forte.III

E#2.GLO

No exemplo 33, a oração “que se transvestem em “salvadores” do Brasil” funciona como um pós-modificador de “oportunistas”, termo que a antecede. Isso evidencia o que, na gramática tradicional da língua portuguesa, é denominado oração subordinada adjetiva restritiva. Além disso, também são formas de elaboração encaixadas orações em que o Núcleo acaba se fundindo com o relativo na oração que está encaixada.

A combinação de extensão, outra relação lógico-semântica da expansão, com encaixamento resulta em orações com sentido de posse, introduzidas por *cujo* e suas variações. Não há, neste caso, orações que sejam conformes com as relações de adição, variação ou alternância. O exemplo 34 apresenta uma ocorrência de extensão encaixada, em que “termo de responsabilidade” é estendido por encaixamento: “cuja autoria deve ser demonstrada mediante provas consistentes”.

¹³ Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) usam colchetes duplos, [[]], para sinalizar encaixamento de orações.

Exemplo 34

III O instituto do impeachment é de natureza excepcional II e, para sua configuração, exige II que o(a) mandatário(a) cometa crime de responsabilidade **[[cuja autoria deve ser demonstrada mediante provas consistentes]]**.III

CA#1.MCA

Já a intensificação encaixada forma-se a partir da união entre o Núcleo nominal e a oração encaixada, o que constitui um traço circunstancial, o qual pode exprimir tempo, modo, causa ou condição. Existem, pois, dois tipos de intensificação encaixada: quando a circunstância está dentro da oração encaixada ou quando está no próprio núcleo do grupo nominal.

Em situações nas quais a oração encaixada contém o traço circunstancial, a oração encaixada pode ser relativa intensificadora (se finita, é introduzida por pronome relativo, antecedido ou não de preposição), ou intensificadora apenas, não sendo relativa. Pode ocorrer, ainda, de a oração intensificadora ser não finita, contendo verbo nas formas nominais (gerúndio, particípio e infinitivo). O exemplo 35 apresenta encaixamento por intensificação com oração relativa intensificadora, no caso referente ao item “no ambiente”.

Exemplo 35

III Ninguém se defende de golpe no ambiente **[[em que ele foi tramado]]** [...].III

AO#1.RN

Nas intensificações encaixadas em que o traço circunstancial está no próprio núcleo do grupo nominal, como no exemplo 35, os Nomes são, eles mesmos, intensificadores de sentido. Nesse caso, orações finitas encaixam-se a Nomes que expressam circunstâncias de tempo, lugar, meio ou razão; já as não finitas encaixam-se os Nomes que exprimem propósito e resultado. Em 36, há exemplo de encaixamento que expressa propósito em relação ao termo “oportunidade”.

Exemplo 36

III Caso o destino a favoreça,II a senhora ganhará a oportunidade **[[de colocar o País na rota certa]].III**

CA#3.JOR

Na projeção, outra relação lógico-semântica, que abarca a locução e a ideia, existe igualmente a possibilidade de se formarem orações por encaixamento. Isso ocorre quando orações funcionam como Qualificadores em um grupo nominal, de modo que os termos projetantes são Coisas que realizam projeção metafórica, havendo, inclusive, um nexos oracional de projeção congruente, conforme o exemplo 37, em que o termo “argumento” recebe essa qualificação.

Exemplo 37

III Em primeiro lugar, há o forte argumento **[[de que já estaríamos vivendo um estado de exceção, em que a cultura do ódio disseminada pelos meios de comunicação ocuparia papel central]].III**

CA#5.MCA

A projeção encaixada, enquanto Qualificador de um grupo nominal, pode ocorrer em situações nas quais não haja possibilidade de haver orações projetadas por *taxís*. Os nomes que projetam orações encaixadas são referentes a processos verbais (projetando locuções) e processos mentais (projetando ideias), havendo uma correspondência aproximada e derivando de verbos projetantes. A projeção encaixada pode ocorrer, ainda, na forma de Fatos. O Quadro 10, a seguir, mostra nomes de projeção e nomes de fato.

Quadro 10 - Nomes de projeção e nomes de Fatos

(continua)

			Nomes de Projeção	Nomes de Fatos
proposições	afirmando	Locuções	declaração; relatório, notícias, rumor, reivindicação, afirmação, argumento, insistência, proposição, garantia, indicação	(1) 'casos' (substantivos de fato simples [não modalizado]): fato, caso, ponto, regra, princípio, acidente, lição, motivos (2) 'chances' (substantivos de modalização): chance, possibilidade probabilidade, certeza, Descoberta, impossibilidade (3) 'provas' (substantivos de indicação - modalização causada): prova, indicação, implicação, confirmação, demonstração, evidência, refutação
		Ideias	pensamento, crença, conhecimento, sentimento, noção, suspeita, sentido, ideia, expectativa, visão, opinião, previsão, suposição, convicção, descoberta	
	interrogando	locuções	questão, consulta, inquérito, argumento, disputa	(1) 'casos': questão, problema, enigma (2) 'chances': incerteza
		ideias	dúvida, questão	
propostas	oferecendo	locuções	oferta, sugestão, proposta, ameaça, promessa	
		ideias	intenção, desejo, esperança, inclinação, decisão,	

			resolução	
	comandando	locuções	ordem, comando, instrução, demanda, pedido, súplica	(4)'necessidades' (substantivos da modulação): requisito, necessidade, regra, obrigação, necessidade, responsabilidade, expectativa, dever
		ideias	desejo, desejo, esperança, medo	

Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2014, p. 536).

Em projeções que têm a forma de Fatos, o encaixamento ocorre em relação a um nome derivado de um processo verbal ou mental em um grupo nominal metafórico, qualificando nomes factivos. Existem, segundo Halliday e Matthiessen (2014), quatro subclasses de nomes factivos, a saber: casos, chances, provas (que constituem proposições encaixadas) e necessidades (que integra propostas encaixadas).

No capítulo seguinte, é detalhada a Metodologia utilizada para desenvolvimento da análise.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos seguidos para o cumprimento do objetivo geral deste estudo - analisar como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro – e dos objetivos específicos. O capítulo é dividido em três seções: 4.1 Contexto histórico e universo de análise, 4.2 Seleção do *corpus* e 4.3 Procedimentos de análise.

Em função de a pesquisa ser desenvolvida a partir da análise de gêneros argumentativos midiáticos, em 4.1 abordam-se aspectos concernentes à mídia e seu poder de persuasão - sobretudo em relação ao momento político vivido no período de coleta do *corpus* - às instituições em que esses textos foram veiculados, à função social dos gêneros e a quem são seus autores.

Já em 4.2, é detalhado como se constitui o conjunto de textos e que critérios foram adotados para organizá-lo. Em 4.3, por fim, são informados, de modo minucioso, os passos seguidos na análise.

4.1 UNIVERSO DE ANÁLISE

Em primeiro de janeiro de 2015, após reeleição, Dilma Rousseff assumiu, pela segunda vez, a Presidência da República. No mesmo ano, foram protocolados, na Câmara do Deputados, diversos pedidos de *impeachment* contra a então Presidente do Brasil. Em dezembro de 2015, o então Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, acolheu um desses pedidos, que havia sido protocolado em outubro do mesmo ano. A partir desse momento, iniciaram-se diversas manifestações sobre o tema, as quais foram intensificadas em 2016, quando houve a votação do processo na Câmara dos Deputados, cujo resultado garantiu a aprovação da abertura do processo de *impeachment*.

Na sequência, em maio desse mesmo ano, o processo foi recebido e aprovado pelo Senado Federal e, então, a Presidente foi afastada de suas funções durante o processo em curso. Por conseguinte, após um longo período que envolveu os trâmites do processo, em 31 de agosto de 2016, foi aprovado, no Senado Federal, o *impeachment* de Dilma Rousseff, e ela foi imediatamente destituída de

sua função frente ao governo federal, apesar de continuar com seus direitos políticos preservados.

Ao longo desses acontecimentos brevemente relatados, vários foram os posicionamentos sobre o tema divulgados na mídia: alguns alegavam que o processo era legítimo e adequado; outros defendiam que não o era, inclusive afirmando tratar-se de um “golpe” contra a Presidente e a democracia no Brasil. A mídia foi, portanto, veículo dessas manifestações, e, muitas vezes, não o sendo de maneira isenta e imparcial. Cabe ressaltar que o discurso da mídia constitui-se de relações de poder (FAIRCLOUGH, 1995), reproduzindo ideologias dominantes.

Considerando o poder de influência que a mídia exerce, sobretudo enquanto formadora de opinião, conforme já mencionado, várias foram as maneiras como posições foram manifestadas midiaticamente em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff, principalmente em 2016, quando o processo chegou ao seu ápice. Em primeiro lugar, diversas instituições jornalísticas manifestaram-se e/ou foram meio de divulgação de outras vozes sobre o tema. É o caso, por exemplo, de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, todos renomados jornais brasileiros.

O Estado de S. Paulo, segundo informado em seu Histórico, é o mais antigo jornal em circulação na cidade de São Paulo e pertence ao Grupo Estado, tendo sua primeira edição em 1875; em 2000, foi lançado seu portal de notícias, onde são veiculadas informações em tempo real. *O Estadão*, como é conhecido, é um jornal de grande credibilidade entre seu público (NUNES, 2014), sendo seu leitor pertencente às elites brasileiras, conhecedor no que diz respeito a assuntos como política e economia (FIORIN, 2004).

O jornal *O Globo*, pertencente ao Grupo Globo, foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, no Rio de Janeiro, e possui versão impressa e digital (seu portal de notícias). Segundo informado em sua página oficial, o Grupo Globo é “um grupo de mídia que cria, produz e distribui conteúdos de qualidade que informam, educam e divertem”. O Grupo caracteriza-se como apertidário e independente de grupos econômicos e governos, afirmando, em seus princípios editoriais, que a opinião do veículo “vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”.

Já o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, fundado em 1964, pertence ao Grupo RBS, afilhado da Rede Globo. Segundo informações da página do Grupo, a partir de 2007 o jornal passou a ter seu *website*, *zerohora.com* (atualmente *GaúchaZH*), com

notícias atualizadas diariamente (vinte e quatro horas por dia). O Grupo RBS foi fundado por Mauricio Sirotsky Sobrinho e, de acordo com informações da página oficial da instituição, a RBS tem “liderança da área de comunicação no Rio Grande do Sul, produzindo conteúdo e entretenimento” também em plataformas digitais. Pode-se afirmar, inclusive, que a Zero Hora é um dos jornais mais lidos do Sul do Brasil. O Grupo tem como crença que “comunicação faz acontecer”, e como propósito “fazer jornalismo e entretenimento que informem, inspirem e contribuam para a transformação da realidade e da evolução das pessoas”.

Nos portais de notícias desses três veículos, verificou-se um número expressivo de textos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Por meio de editoriais, gêneros que expõem a ‘voz’ da instituição acerca de um acontecimento em debate na ocasião de sua publicação, foi possível perceber a opinião dos jornais sobre o tema, na época em repercussão. Cabe ressaltar a importância desse gênero em sociedade, considerando que é a partir dele que a instituição jornalística expõe seu posicionamento e sua ideologia em relação a diversos temas, buscando, assim, persuadir os leitores a aderirem ao seu ponto de vista, isto é, procurando “reunir leitores para que acreditem nas ideias defendidas por ele e por sua instituição”, a fim de que “passem a adotar tais posições para si, refletindo-as em suas ações na sociedade” (NUNES, 2014, p. 9).

Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* abrigam *blogs* de colunistas que também se posicionaram intensamente sobre o processo de *impeachment* da então Presidente. Isso se deu, muitas vezes, por meio de artigos de opinião, gêneros de grande importância social que consistem em “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião” (MELO, 1994, p. 116). É por meio desse gênero que esse articulista expõe seu ponto de vista, sua visão de mundo, que, aliás, não necessariamente vai estar em conformidade com a instituição à qual está vinculado. De acordo com Rodrigues (2005, p. 172), “o reconhecimento social e profissional do articulista outorga credibilidade a sua fala, alçando-o à posição de ‘articulador’ de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião”; daí a principal importância e responsabilidade, enquanto formador de opinião.

O autor é um colaborador do jornal convidado a expor sua opinião sobre temas de sua competência, neste caso a política brasileira. Nesse sentido,

observou-se que os jornalistas Dora Kramer, Ricardo Noblat e Rosane de Oliveira manifestavam-se frequentemente sobre o assunto em seus *blogs* vinculados a esses jornais/Grupos.

É importante ressaltar que Dora Kramer é escritora, jornalista e colunista política diária do jornal *O Estado de S. Paulo*, com mais de quarenta anos de profissão. Ricardo Noblat, colunista do jornal *O Globo*, é um jornalista brasileiro com quase cinquenta anos de profissão e vasta experiência em jornalismo político. Rosane de Oliveira é colunista e comentarista política do Grupo RBS com mais de trinta anos de profissão.

No entanto, não só os jornais e seus portais de notícias foram veículos de comunicação que abordaram o assunto (*impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff). Segundo Nunes (2014), a mídia modificou, no mundo moderno, o processo de produção, troca e armazenamento de significados simbólicos, cujo acesso se tornou mais fácil a todos os sujeitos, situados em lugares e tempos diferentes. Com isso, aumentou o número e os modos como as informações são veiculadas, de forma que hoje os fatos e as opiniões são amplamente divulgados por diversos veículos de opinião. A mídia digital vem expandido muito seu espaço e não se restringe apenas a edições *online* de jornais (embora também sejam amplamente utilizados), mas também engloba os *blogs*, *sites* e páginas de revistas, por exemplo.

Nesse sentido, constataram-se manifestações de opinião sobre o tema em *blogs* (*Democracia e conjuntura*, criado em 2014 e apresentando-se como um espaço que reúne intelectuais de todo o Brasil “preocupados com a consolidação da democracia, das instituições democráticas e do processo de afirmação do Estado de Direito”¹⁴; *Socialista livre*¹⁵, *blog “a serviço do socialismo”*, conforme informado em sua página; *Conversa de historiadoras*, *blog* criado em 2014 que reúne colaborações de historiadoras brasileiras; *ONDDA*). Além disso, verificaram-se esses posicionamentos em páginas de jornais (*O Sul*, jornal com sede no Rio Grande do Sul e pertencente à Rede Pampa de Comunicação; jornal digital *Brasil 247*, fundado pelo jornalista Leonardo Attuch em 2011; jornal *Diário Centro do Mundo*, criado pelo jornalista Paulo Nogueira, em 2009) e revista (*Carta Capital*, publicação de circulação nacional criada pelo jornalista Mino Carta, em 1994), página de instituição de ensino (como a da Universidade Federal da Paraíba), páginas em redes sociais

¹⁴ Fonte: <http://democraciaeconjuntura.blogspot.com.br/?view=classic>. Acesso em 14 mar. 2018.

¹⁵ Fonte: <https://socialistalivre.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 14 mar. 2018.

(como da entidade *Médicos pela Democracia* e da organização *Jornalistas Livres*, no *Facebook*). Além disso, por fim, essas manifestações foram percebidas na página da própria ex-Presidente (*Dilma.com.br*), na página do *Empório do Direito*, em página voltada para a temática (*impeachmentufrgs.wordpress.com*) e em página de organização (como a *AVAAZ*, que se identifica como “uma comunidade de mobilização online que leva a voz da sociedade civil para a política global”¹⁶).

Nestes veículos, as manifestações de opinião sobre o impedimento ocorreram, dentre outros gêneros, por meio de cartas abertas, que têm função social muito relevante, pois é por meio dela que uma pessoa ou um grupo pode se posicionar publicamente a respeito de assuntos de seu interesse e de problemas sociais. Esse tipo de carta possibilita a expressão de reivindicações, alertas, denúncias, conscientizações, apelos, pedidos, etc., dirigindo-se diretamente ao seu destinatário, ainda que de modo público. A propósito, o fato de a carta não ser privada, muitas vezes, favorece e intensifica uma pressão maior por parte do remetente, a fim de que o(s) interlocutor(es) atenda(m) com rapidez à solicitação.

A partir da publicação das cartas abertas, diferentes remetentes expressaram sua opinião sobre o processo de *impeachment*, buscando certamente convencer o seu destinatário, bem como o público leitor (já que a carta é pública), acerca de que seu ponto de vista era o mais adequado. Esses autores podem ser divididos em três grupos, a saber:

- **Jornalistas:** Mino Carta (jornalista ítalo-brasileiro que escreve para a revista *Carta Capital*), Paulo Nogueira (jornalista brasileiro que foi criador do *Diário do Centro do Mundo*, tendo trabalhado em diversos veículos de comunicação brasileiros, como revistas *Veja São Paulo*, *Época* e *Exame*, por exemplo), Liege Albuquerque e Patrícia Paixão (jornalistas, professoras e mestras de Manaus e São Paulo, respectivamente), Jeferson Miola (jornalista integrante do *Idea - Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre* e colunista do jornal digital *Brasil 247*) e jornal *O Sul* (jornal pertencente à Rede Pampa de Comunicação, no Rio Grande do Sul).
- **Membros da comunidade acadêmica:** Comunidade universitária (servidores docentes, técnico-administrativos e discentes) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Luís Fernando Bulhões Figueira (Doutor em Análise do

¹⁶ Fonte: <https://secure.avaaz.org/page/po/about/>. Acesso em 14 mar. 2018.

Discurso e professor na Universidade Federal do Espírito Santo), Alunos, ex-alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e Hebe Mattos (Professora Titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense – UFF – e colaboradora do *blog Conversa de historiadoras*).

- **Outros autores:** Dilma Rousseff (ex-presidente do Brasil, que passou pelo processo de *impeachment*), artistas e profissionais das Artes Visuais brasileiros, Letícia Sabatella (atriz e ativista política brasileira), Médicos pela Democracia (movimento composto por médicos brasileiros que são oposição a uma visão elitista) e Leonardo Isaac Yarochevsky (advogado criminalista brasileiro).

Sendo assim, os gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial têm importante função social na medida em que divulgam opiniões acerca de fatos em voga, neste caso em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Com isso, ao serem publicados em veículos que os proporcionam visibilidade, atuam no processo de formação de opiniões, de modo que é sobretudo por meio desses textos que a mídia exerce seu poder de persuasão sobre sua audiência.

Tendo esclarecido o universo de análise e o contexto histórico, passa-se, a seguir, à seleção do *corpus* a ser analisado nesta pesquisa.

4.2 SELEÇÃO DO CORPUS

O *corpus* deste estudo constitui-se de quarenta e cinco textos (quinze artigos de opinião, quinze cartas abertas e quinze editoriais). Para a organização desse conjunto de textos, foram adotados os seguintes procedimentos de coleta e seleção:

1. terem sido publicados na *internet*, em veículos de comunicação brasileiros;
2. terem sido escritos em língua portuguesa;
3. abordarem o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff;
4. terem sido publicados de março a setembro de 2016, período de intensas discussões a respeito do tema;
5. constituírem-se enquanto gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial;

6. apresentarem a defesa de, pelo menos, um ponto de vista como característica inerente.

Em função das dificuldades de serem reunidas as cartas abertas, mas considerando-as de grande relevância social, optou-se por coletá-las em diferentes veículos de comunicação, a fim de se obter um número consistente de textos. Foram escolhidos textos veiculados na internet em função de seu fácil e rápido acesso, assim como em função do crescimento e rápido alcance que a mídia digital vem tendo dia a dia, o que favorece que mais pessoas tenham acesso às informações e às opiniões difundidas pelas instituições midiáticas.

A escolha pelo tema, o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, deu-se por sua extrema importância no cenário político, econômico e social do país, bem como pelo fato de que o assunto foi amplamente debatido ao longo do ano de 2016 (período em que se iniciou a escrita deste trabalho). Assim, surgiram, conforme já mencionado, diferentes posições acerca do processo, o que gerou evidentemente diversos textos sobre o tema (principalmente pertencentes aos gêneros aqui analisados).

O período de coleta (março a setembro de 2016) vai além dos meses do período de duração do processo, iniciado em dezessete de abril daquele ano (com a votação e aprovação da abertura, na Câmara dos Deputados) e encerrado em trinta e um de agosto do mesmo ano (com a efetivação do *impeachment* no Senado). Porém, optou-se por estender um pouco o prazo de coleta em um mês antes da aprovação da abertura do processo e em um mês após o término do processo. Isso em razão de, no mês anterior à abertura, já ser muito discutida a questão do então possível processo de *impeachment*; da mesma forma, no mês seguinte à destituição da ex-Presidente de seu cargo, ainda persistiam grandes discussões sobre o tema.

A escolha por um *corpus* variado (gêneros socialmente denominados artigo de opinião, carta aberta e editorial) deu-se em função do interesse em averiguar como as relações lógico-semânticas ocorrem em textos com diferentes estruturas e funções sociais, a fim de se verificar como elas colaboram para a organização sequencial da argumentação. Buscou-se, com isso, um *corpus* heterogêneo de textos de opinião. Na próxima seção, apresenta-se o *corpus* coletado, seguindo esta sequência: 4.2.1 Artigos de opinião, 4.2.2 Cartas abertas e 4.2.3 Editoriais.

4.2.1 Artigos de opinião

Os artigos de opinião selecionados são de autoria de renomados jornalistas brasileiros, conforme já mencionado: Dora Kramer, Ricardo Noblat e Rosane de Oliveira. Esses textos foram veiculados respectivamente nos portais de notícias dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, mais especificamente, nos *blogs* dos jornalistas, que são colunistas desses veículos da imprensa.

Os artigos de Dora Kramer foram publicados na coluna da jornalista, que se localiza na editoria “Política”, no portal de notícias do *Estadão*. Os artigos de Ricardo Noblat foram publicados na seção *Meus textos* do *Blog do Noblat*, página que se encontra vinculada ao portal de notícias do *O Globo*. Já os artigos de Rosane de Oliveira foram publicados em sua coluna no *GaúchaZH* (antes *zerohora.com*). O Quadro 11, a seguir, apresenta a organização do *corpus* de artigos de opinião analisados nesta pesquisa.

Quadro 11- Artigos de opinião

Código	Título	Data
AO#1.DK	<i>Golpear não é preciso</i>	02/04/2016
AO#2.DK	<i>Último tango de uma nota só</i>	07/05/2016
AO#3.DK	<i>Lé com cré</i>	08/06/2016
AO#4.DK	<i>Cena de cinema</i>	28/08/2016
AO#5.DK	<i>Depois da queda</i>	31/08/2016
AO#1.RN	<i>O PT e o governo legitimaram “o golpe”. Ou melhor: o impeachment</i>	05/04/2016
AO#2.RN	<i>As armas de Dilma para escapar da degola</i>	19/04/2016
AO#3.RN	<i>Sem pressa para julgar Dilma</i>	23/06/2016
AO#4.RN	<i>O impeachment de Dilma está consumado</i>	10/08/2016
AO#5.RN	<i>O Senado e Lewandowski mandaram às favas todos os escrúpulos</i>	02/09/2016
AO#1.RO	<i>Defesa para cumprir formalidade</i>	04/04/2016
AO#2.RO	<i>Não é pelas pedaladas</i>	14/04/2016
AO#3.RO	<i>Dilma perde batalha decisiva</i>	17/04/2016
AO#4.RO	<i>Dilma frustra críticos e desagrada aliados</i>	22/04/2016
AO#5.RO	<i>Senado decreta a morte política de Dilma Rousseff</i>	31/08/2016

Fonte: Elaborado pela autora.

Para fazer referência a esses artigos ao longo deste estudo, elegeu-se um código que apresenta a seguinte constituição: “AO” (iniciais de artigo de opinião), sustenido (#), número (de acordo com a sequência de data de publicação) e ponto (.) seguido das iniciais dos nomes dos autores DK (Dora Kramer), RN (Ricardo Noblat) e RO (Rosane de Oliveira).

4.2.2 Cartas abertas

Tendo em vista que as cartas abertas foram publicadas em diferentes veículos de comunicação, conforme já explicado, o *corpus* foi organizado a partir da divisão das cartas em três grupos: cartas abertas de jornalistas, cartas abertas de membros da comunidade acadêmica, cartas abertas de outros autores.

O primeiro grupo engloba as cartas dos seguintes jornalistas: Mino Carta, Paulo Nogueira, Liege Albuquerque e Patrícia Paixão, Jeferson Miola e jornal *O Sul* (por ser assinada especificamente com o nome do jornal, entende-se que a carta foi remetida em nome da equipe do veículo de comunicação). O segundo grupo engloba as cartas dos membros da comunidade acadêmica: comunidade universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Luís Fernando Bulhões Figueira, alunos, ex-alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e Hebe Mattos. Por fim, o terceiro grupo compreende as cartas de *outros autores*, aqueles que não se enquadraram em nenhuma das categorias anteriores: Dilma Rousseff, artistas e profissionais das Artes Visuais brasileiros, atriz Letícia Sabatella, *Médicos pela Democracia* e Leonardo Isaac Yarochevsky,

O Quadro 12 sistematiza o *corpus* de cartas abertas, especificando autores, data de publicação, meio de divulgação e coleta dos textos e o destinatário das cartas, tendo em vista que algumas cartas são destinadas ao público leitor, a fim de manifestar sua opinião sobre o fato, e outras são dirigidas a destinatários específicos, para que se atenda a alguma solicitação, apelo, por exemplo.

Quadro 12 - Cartas abertas

Código	Autor	Destinatário	Data	Meio de divulgação
CA#1.JOR	Liege Albuquerque e Patrícia Paixão	Dilma Rousseff	22/04/16	Página da organização <i>Jornalistas livres</i> , no <i>Facebook</i>
CA#2.JOR	<i>O Sul</i>	Dilma Rousseff	02/04/16	Página do jornal <i>O Sul</i>
CA#3.JOR	Mino Carta	Dilma Rousseff	13/06/16	Página da revista <i>Carta Capital</i>
CA#4.JOR	Paulo Nogueira	Dilma Rousseff	13/06/16	Página do <i>Diário do Centro do Mundo</i>
CA#5.JOR	Jeferson Miola	Juízes do Supremo Tribunal Federal	12/09/16	Página do jornal digital <i>Brasil 247</i>
<hr/>				
CA#1.MCA	Professores de Direito da UnB	sociedade brasileira	26/03/16	<i>Blog Democracia e conjuntura</i>
CA#2.MCA	Alunos, ex-alunos e professores da UFRGS	sem indicação (público leitor)	04/04/16	Página <i>impeachmentufrgs.wordpress.com</i>
CA#3.MCA	Luís Fernando Bulhões Figueira	público favorável ao <i>impeachment</i>	16/04/16	<i>Blog Socialista livre</i>
CA#4.MCA	Comunidade universitária da UFPB	sem indicação (público leitor)	06/05/16	Página da UFPB
CA#5.MCA	Hebe Mattos	Dilma Rousseff	06/05/16	<i>Blog Conversa de historiadoras</i>
<hr/>				
CA#1.OA	Artistas e profissionais das Artes Visuais	sem indicação (público leitor)	25/03/16	Página AVAAZ
CA#2.OA	Leonardo Isaac Yarochevsky	Presidente da OAB	27/03/16	Página <i>Empório do direito</i>
CA#3.OA	Dilma Rousseff	Senado e povo brasileiro	16/08/16	Página <i>Dilma.com.br</i>
CA#4.OA	Médicos pela democracia	Senadores e senadoras	24/08/16	Página <i>Médicos pela Democracia</i> , no <i>Facebook</i>
CA#5.OA	Letícia Sabatella	Dilma Rousseff	30/08/16	<i>Blog ONDDA</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nessas informações, o código utilizado para se fazer referência aos textos ao longo da análise é o seguinte: CA (iniciais de carta aberta), sustenido (#) e número (1, 2, 3, 4 e 5), obedecendo à ordem de publicação dos textos dentro de cada uma das três categorias, com as seguintes indicações: JOR (jornalistas), MCA (membros da comunidade acadêmica) e OA (outros autores).

4.2.3 Editoriais

Os editoriais selecionados foram publicados no portal de notícias dos jornais, na seção *Opinião* do *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora* (atualmente *GaúchaZH*). O quadro a seguir sistematiza essa organização.

Quadro 13 - Editoriais

E#1.EST	<i>Impeachment é o melhor caminho</i>	07/06/2016
E#2.EST	<i>Um tiro pela culatra</i>	29/06/2016
E#3.EST	<i>O impeachment a um passo</i>	09/08/2016
E#4.EST	<i>Os imorais</i>	28/08/2016
E#5.EST	<i>O desfecho do impeachment</i>	01/09/2016
E#1.GLO	<i>Tempo do impeachment corre contra o país</i>	06/04/2016
E#2.GLO	<i>Não vai mesmo ter golpe</i>	17/04/2016
E#3.GLO	<i>Teses pelo impeachment se consolidam</i>	07/05/2016
E#4.GLO	<i>Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela</i>	15/05/2016
E#5.GLO	<i>Não faltam provas para o impeachment de Dilma</i>	25/08/2016
E#1.ZH	<i>O lado certo da história</i>	19/04/2016
E#2.ZH	<i>O desafio do impeachment</i>	11/05/2016
E#3.ZH	<i>A conta do impeachment</i>	28/06/2016
E#4.ZH	<i>Sessão para a história</i>	29/08/2016
E#5.ZH	<i>Nova etapa</i>	31/08/2016

Fonte: Elaborado pela autora.

Os textos apresentam um código que segue a seguinte constuição: “E” (inicial de editorial), sustenido (#), número (de acordo com a sequência de data de publicação) e ponto (.) seguido de “EST”, “GLO” ou “ZH”, conforme o portal de notícias do jornal em que foi veiculado.

4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A fim de que se cumpram os objetivos propostos neste estudo, foram adotados procedimentos de caráter qualitativo com suporte quantitativo para a análise. Antes de tudo, é fundamental destacar que a pesquisa qualitativa, conforme Denzin e Lincoln (2006), é um campo de investigação que está envolvido em um complexo campo histórico, sob influência de “tradições associadas ao fundacionalismo, ao positivismo, ao pós-fundacionalismo, ao pós-positivismo, ao pós-estruturalismo” (p. 16), bem como às perspectivas de pesquisa qualitativa articuladas aos estudos culturais e interpretativos. Assim, a pesquisa qualitativa é

uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações [...]. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17) .

De acordo com os autores, a pesquisa qualitativa envolve uso e coleta de materiais empíricos (textos e produções culturais, entrevistas, estudos de caso, introspecção, histórias de vida, dentre outros). Esses materiais “descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Em suma, a pesquisa qualitativa é “um conjunto de atividades interpretativas” (p. 20), que pode envolver análises semióticas, narrativas, de discursos, de arquivos, de conteúdos, etc.

O caráter qualitativo desta pesquisa está, sobretudo, no foco interpretativo que este estudo possui; o suporte quantitativo reside no fato de contabilizar e sistematizar as ocorrências das relações lógico-semânticas nos gêneros. A análise é desenvolvida em três etapas: a contextual, a textual e a semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013). Na primeira etapa, desenvolve-se a configuração contextual (HASAN, 1989) dos textos que compõem o *corpus*, analisando-os em termos das variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo. Em sua etapa textual, a análise compreende os seguintes passos:

- 1) identificação de tese e argumentos em todos os exemplares de artigos de opinião, cartas abertas e editoriais;

- 2) verificação das relações lógico-semânticas que, explícita (por meio de conetivo) ou implicitamente (depreendidas pelo contexto), articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto;
- 3) categorização das relações lógico-semânticas que articulam argumentos e tese em cada texto;
- 4) categorização das relações lógico-semânticas que articulam argumentos entre si em cada texto;
- 5) contabilização dos dados quanto à incidência de relações lógico-semânticas em cada texto e em cada gênero;
- 6) sistematização (em quadros) dos dados quanto à incidência de relações lógico-semânticas em cada texto e em cada gênero;
- 7) constatação das relações lógico-semânticas mais recorrentes nos textos e, conseqüentemente, nos gêneros;
- 8) verificação de como as relações lógico-semânticas contribuem para a organização sequencial da argumentação nos gêneros.

A análise textual tem o subsídio da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), por meio das categorias da metafunção ideacional lógica da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), mais especificamente, das relações lógico-semânticas propostas no estudo do complexo oracional, por intermédio do sistema de relações e do sistema tático. Portanto, nessa categorização das relações lógico-semânticas, são consideradas as relações de expansão (elaboração, extensão e intensificação) e projeção (locução e ideia), cada qual com suas subcategorias, levando em conta o sistema tático.

É importante salientar, neste momento, que serão levadas em conta, nas análises, ocorrências de relações lógico-semânticas explícitas, que são sinalizadas explicitamente por conjunção ou expressão conjuntiva, e implícitas, que são depreendidas pelo contexto. Halliday e Matthiessen (2014, p. 487) abordam o que denominam “orações de expansão que não são explicitamente marcadas por qualquer relação lógico-semântica”, as quais são orações finitas sem conjunções que ocorrem por expansão. Eles citam, inclusive, que no inglês falado e escrito (o que também se verifica no português, a exemplo dos textos deste *corpus*), às vezes

“encontramos sequências não juntas que parecem estar funcionando como complexos oracionais” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 489).

Os autores apontam que isso é comum nas elaborações, mas, diante de ocorrências como estas em outras categorias de expansão, há duas possibilidades/reflexões: “onde eu possa reconhecer uma relação de extensão ou intensificação, [...] com possibilidade de inserir uma conjunção, sem alterar a relação lógica-semântica, vou fazer isso”. (p. 488) ou “se o orador quisesse relacioná-los por extensão ou intensificação, ele poderia ter feito; ele não fez isso, então vou tratá-los como semanticamente não relacionados, seja qual for a sequência dos eventos a que se referem”. Neste estudo, diante de ocorrências como esta, busca-se não ignorar as relações quando existentes, ainda que sejam implícitas, levando em consideração, portanto, a primeira possibilidade. Isso em razão de se levar em conta que, embora não estejam materializadas por conjunções/expressões conjuntivas, as relações lógico-semânticas podem ser depreendidas pelo contexto, havendo, sim, a relação de sentido entre orações/complexos oracionais.

A propósito, a fim de mostrar como foi desenvolvida a análise textual e manual dos quarenta e cinco textos que compõem o *corpus*, são apresentadas, no Anexo, as análises de três exemplares: um artigo de opinião, uma carta aberta e um editorial. Nos textos anexados, estão sinalizadas (com fonte maiúscula e entre colchetes) possíveis conjunções/expressões conjuntivas que estariam implícitas em certas ocorrências, já que, em casos como estes, embora não estejam materializados os elementos coesivos, considera-se que há relação lógico-semântica entre as orações/subcomplexos/complexos, como já destacado. Por isso, optou-se por inserir coerentemente essas conjunções, conforme indicado, e classificá-las dentre as relações existentes na expansão.

Os autores destacam também que as orações não finitas (tradicionalmente conhecidas como reduzidas, ou seja, aquelas que não são antecidas por conjunções, apresentando os verbos no infinitivo, gerúndio e particípio) são de natureza hipotática, “simplesmente por não serem finitas”. Respeita-se esse critério, nesta pesquisa, no entanto, se a oração não apresenta todas as características de não finita, mas apenas a ausência de conetivo, é classificada conforme as relações estabelecidas por Halliday e Matthiessen (2014, p. 488), a partir da conjunção

coerentemente inserida tendo em vista o sentido que há entre as orações/complexos.

Cabe apontar ainda que, na análise, os argumentos são identificados com a inicial “A” seguida do número correspondente à sequência argumentativa: A1, A2, A3, A4 e assim sucessivamente. Quando se identifica que há estruturas aninhadas as quais constituem esses argumentos, leva-se em conta o seguinte critério: se essas estruturas, que concorrem e se articulam para a construção do argumento, estão ligadas por relações paratáticas (orações primária e secundária), são unidas da seguinte maneira: A1.1, A1.2, A1.3, por exemplo; no entanto, se estão articuladas por relações hipotáticas (orações dominante e dependente), estão sinalizadas, tendo em vista a relação de dependência entre elas, desta maneira: A1.1, A1.1.1; A1.2, A1.2.1, por exemplo.

Destaca-se também que, na descrição dos resultados, no que diz respeito às relações entre argumentos, os dados quantitativos são apresentados indiscriminadamente referentes a argumentos e estruturas que se aninham na formação desses argumentos (ou seja, os dados são referentes às relações lógico-semânticas entre os argumentos e entre as estruturas aninhadas em seu interior). A diferenciação entre eles é feita apenas nas explicações sobre os exemplos, ao longo do Capítulo 5, e no Anexo, a fim de mostrar ocorrências, inclusive, de *aninhamentos*.

Cumpridas a análise contextual e as oito etapas da análise textual, parte-se para a análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013). Nesse momento da pesquisa, busca-se fazer a identificação acerca da contribuição dessas relações recorrentes para a expressão de opinião nos gêneros. Isso a partir da interpretação dos achados, para, enfim, atingirem-se os objetivos deste estudo.

No Capítulo 5, há a descrição dos resultados e a análise interpretativa.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos a partir das análises desenvolvidas neste estudo. Antes de se prosseguir com a exploração dos dados em termos de relações lógico-semânticas, cerne deste trabalho, passa-se, em um primeiro momento, à análise contextual dos textos que compõem o *corpus*. Na sequência, esses dados são apresentados em seções, organizadas primeiramente por gênero. A análise de cada gênero (artigos de opinião, cartas abertas e editoriais) é inicialmente apresentada comparando os exemplares entre si, agrupados em três categorias, conforme a seguinte organização: artigos de opinião de Dora Kramer, de Ricardo Noblat e de Rosane de Oliveira; cartas abertas de jornalistas, de membros da comunidade acadêmica e de *outros autores*; e, por fim, editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*. Em seguida, há a análise semântico-interpretativa, onde são apresentados resultados gerais e sua interpretação.

5.1. ANÁLISE CONTEXTUAL

Antes de ser desenvolvida a análise dos gêneros argumentativos (artigos de opinião, cartas abertas e editoriais) quanto às ocorrências de relações lógico-semânticas, realiza-se, neste momento, a análise partindo da configuração contextual (HASAN, 1989), que propõe uma investigação dos textos tendo em vista as variáveis do contexto de situação - campo, relações e modo -, as quais adiantam características importantes dos exemplares analisados.

No tocante à variável *campo*, os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa têm como tema o *impeachment* de Dilma Rousseff e assuntos referentes a essa temática. Nos artigos de opinião, cartas abertas e editoriais, há diferentes pontos de vista acerca do impedimento da ex-Presidente, e esses textos enfatizam diversos aspectos concernentes ao *impeachment*. Em função disso, a seguir, são apresentados os assuntos abordados, debatidos nos textos (agrupados por gênero), em termos gerais.

- **Artigos de opinião:** nos artigos, são debatidas várias questões referentes ao *impeachment* de Dilma Rousseff, como as razões que levaram a então Presidente a passar pelo processo de *impeachment*; as estratégias a serem

empregadas por ela e seus aliados em sua defesa; os prazos estabelecidos para o desenvolvimento do processo; as etapas do rito de *impeachment*; a conduta de ministros e senadores na condução do processo; o fato de o *impeachment* consistir ou não em um “golpe”; a conduta de Dilma Rousseff antes, durante e ao final do processo de impedimento, por meio de depoimentos e discursos; por fim, o fato de o *impeachment* estar consumado e não haver possibilidade de reversão por parte de Dilma e sua defesa.

- **Cartas abertas:** nas cartas, igualmente são discutidas diversas questões sobre a temática do *impeachment*, tais como apoio/desapoio à abertura do processo; o modo como Dilma Rousseff vinha conduzindo a economia do país até o momento de seu afastamento e a relação disso com o *impeachment*; ações a serem adotadas pela então Presidente afastada, caso viesse a recuperar seu posto; o fato de ter ou não havido crime de responsabilidade por parte dela; manifestações em defesa da democracia; medidas judiciais adotadas pelas autoridades que julgaram Dilma Rousseff e os direitos legalmente garantidos à então presidente durante o processo; o fato de o *impeachment* consistir ou não em um “golpe”; apoio a Dilma; a conduta da então Presidente ao longo do processo de impedimento.
- **Editoriais:** nos editoriais, da mesma forma, há diversos aspectos referentes ao *impeachment* sobre os quais os editorialistas se manifestaram, como o apoio ao processo; o fato de o fim do processo estar próximo e, assim, Michel Temer (então vice-Presidente) assumir o governo; as estratégias empregadas por Dilma Rousseff e seus aliados em sua defesa (como os argumentos empregados, por exemplo); a realidade político-institucional do Brasil (e como era visto no exterior) durante o processo; o fato de o *impeachment* consistir ou não em um “golpe”; a efetivação do *impeachment*.

Quanto à variável *relações*, é preciso levar em consideração quem interage fora dos textos (autores e público), denominados por Thompson e Thetela (1995) participantes interativos, e quem participa, quem é citado nos textos, participantes denominados por eles interacionais. Sendo assim, observou-se o seguinte:

- **Artigos de opinião:** quanto aos participantes interativos, os articulistas, que possuem seu *blog* – o espaço para publicação de seus textos - nos veículos de comunicação a que estão vinculados (no caso Dora Kramer – *Estadão*, Ricardo Noblat – *O Globo*, e Rosane de Oliveira – *Zero Hora*) interagem com seus leitores, com a audiência que acompanha suas publicações, muito provavelmente um público interessado em política, considerando a temática do *corpus*. Em relação aos participantes interacionais, são citados políticos (senadores, governadores, deputados, ministros do governo Dilma, a própria Dilma Rousseff, Michel Temer e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), juristas, advogados, procurador do Tribunal de Contas da União, marqueteiro, eleitores e membros do Partido dos Trabalhadores.
- **Cartas abertas:** no que diz respeito aos participantes interativos, conforme já mencionado, as cartas abertas foram escritas por diferentes autores e publicadas em diversos veículos de comunicação; portanto, enquanto remetentes das cartas, jornalistas, professores, estudantes, servidores e demais membros da comunidade acadêmica, advogado, Dilma Rousseff, médicos e artistas interagem com os destinatários das cartas, a saber: Claudio Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dilma Rousseff, juízes do STF, senadores, povo brasileiro, brasileiros favoráveis ao *impeachment* e a sociedade brasileira. Além disso, pode-se considerar que há a interação com o público leitor em geral, interessado em política, sobretudo na questão que norteia as cartas abertas: o *impeachment* de Dilma Rousseff. Enquanto participantes interacionais, são citados Dilma Rousseff, ex-presidentes do Brasil, Michel Temer, Presidentes dos Conselhos Seccionais, conselheiros federais, professores, deputados, senadores, ex-presidentes da OAB, figuras conhecidas historicamente, representantes do Ministério Público e da Polícia Federal, pesquisadores, mulheres brasileiras, militantes, jornalistas, propagandistas e o povo brasileiro.
- **Editoriais:** no que concerne aos participantes interativos, os editorialistas, que escrevem em nome dos veículos de comunicação (neste caso dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*), interagem com seus leitores, os quais, muito provavelmente, interessam-se por política, considerando a

temática abordada nos editoriais. Enquanto participantes interacionais, são citados políticos (Dilma Rousseff, Michel Temer, Marina Silva, Luiz Inácio Lula da Silva, senadores, deputados, ministros, presidente venezuelano Nicolás Maduro), ministros do STF, juízes, advogados, membros do Tribunal Superior Eleitoral, membros do Partido dos Trabalhadores, Polícia Federal, eleitores, militantes e estrangeiros.

Cabe destacar uma característica importante quanto à distância social entre os participantes interativos dos textos, o que também será explorado (em termos de registro) na análise do modo: nas cartas, em geral, observou-se uma menor distância entre remetente e destinatário (em comparação com artigos e editoriais), o que se verifica pelas frequentes marcas de interlocução. Em segundo lugar (seguindo essa ordem de distância entre participantes interativos), ainda que mais discretamente, estão os artigos de opinião, que apresentam (mesmo que raramente) perguntas retóricas e marcas de primeira pessoa do plural. O editorial, por sua vez, é o gênero que menos possibilita essa maior aproximação entre editorialista/instituição jornalística e leitor, o que é conferido pelo grau de formalidade dos textos (ainda que esteja implícita essa interação).

Por fim, no que diz respeito à variável modo, o canal é gráfico, o meio é escrito, os artigos de opinião, cartas abertas e editoriais foram veiculados em suporte digital (*internet*), considerando que foram publicados em portais de notícias, *blogs*, páginas de entidades, de organizações, de instituições e de revistas, bem como em páginas nas redes sociais. Nos exemplares dos três gêneros analisados, a linguagem tem papel constitutivo e uma característica em comum: ser argumentativa, defendendo com veemência seu ponto de vista.

As cartas abertas são escritas em primeira pessoa (do singular e do plural) na maioria das ocorrências, sugerindo, em vários momentos, que o autor (remetente) está dialogando com seu interlocutor (destinatário). Apesar de ser um gênero divulgado na mídia e também expressar formalidade, é comum as cartas aparentarem ter um tom mais emotivo, menos formal e mais flexível do que os artigos de opinião e, principalmente, do que os editoriais. Exemplos dessa percepção são demonstrados sublinhados em 38, 39 e 40.

Exemplo 38
<u>Querida presidenta,</u> <u>Devíamos</u> ter escrito essa carta no início do seu governo.
CA#1.JOR

Exemplo 39
<u>Dilma, estamos</u> a dez dias do <u>teu</u> julgamento no Senado. Depois, serão no papel 180 dias, pró-forma, obediência ao texto constitucional. <u>Teu</u> destino já foi selado pelo <u>establichment</u> . <u>Tu sabes disso Dilma!</u> O terceiro turno com o apoio do Judiciário e do Legislativo a oposição venceu.
CA#2.JOR

Exemplo 40
Prezada presidenta, Nesta hora <u>gravíssima</u> , e tão dolorosa para um velho praticante do jornalismo, <u>honesto porque verdadeiro</u> , <u>permito-me</u> escrever-lhe, movido por aquele que enxergo como o interesse do Brasil.
CA#3.JOR

No exemplo 38, o vocativo empregado pelo remetente, “Querida presidenta”, revela menor formalidade, mais proximidade, diálogo, entre remetente e destinatário. Essa característica também se verifica em 39, quando o remetente chama a ex-presidente pelo primeiro nome apenas e dirige-se a ela na segunda pessoa do singular (tu); há também o emprego de um neologismo a partir de um estrangeirismo, o termo “establichment” (em inglês, “establishment”). Em ambos os exemplos, há marcas de primeira pessoa do plural (“devíamos” e “estamos”). Já o teor mais emotivo, subjetivo, pode ser conferido em 39, a partir da frase imperativa (“Tu sabes disso Dilma!”) e em 40, quando o remetente se refere à fase do processo de *impeachment* como “gravíssima, e tão dolorosa” e a si mesmo como “um velho praticante do jornalismo, honesto porque verdadeiro”. Neste exemplo, há ainda marca de primeira pessoa do singular (“permito-me”).

Os artigos de opinião, por sua vez, são escritos, em sua maioria, em terceira pessoa do singular. Porém, percebe-se certa maleabilidade entre os textos, a partir de um vocabulário mais flexível, menos formal (se comparados aos editoriais, na

sequência), aproximando-se, de certa forma, do leitor. Os exemplos 41, 42 e 43 ilustram essa interpretação.

Exemplo 41

É fato que ele responde a sete inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), mais do que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) responde. No entanto... Ninguém liga para isso.

AO#2.RN

Exemplo 42

O PT tem palavra solta e memória fraca. Invoca a Constituição que não assinou, renega a política econômica que adotou para governar, boicota as medidas necessárias à correção do desastre que ele mesmo criou

AO#1.DK

Exemplo 43

Sejamos sinceros: alguém de fato acredita que a presidente Dilma Rousseff está ameaçada de perder o mandato pelas pedaladas fiscais?

AO#2.RO

Os exemplos 41 e 42 apresentam-se em terceira pessoa do singular, o que é mais frequente no *corpus* (o texto em que se verifica o exemplo 43 é uma exceção). No entanto, identificam-se escolhas linguísticas que demonstram mais liberdade, espontaneidade, menor grau de formalidade, por parte dos articulistas. Isso é evidente, por exemplo, em 41, pelo emprego de “No entanto... Ninguém liga para isso.”; em 42, a partir do emprego de “palavra solta e memória fraca”, bem como da forma nominal “boicota”; e em 43, pela pergunta retórica que, inclusive, sugere proximidade, interlocução, entre articulista e leitores: “Sejamos sinceros: alguém de fato acredita que a presidente Dilma Rousseff está ameaçada de perder o mandato pelas pedaladas fiscais?”.

Já os editoriais são escritos em terceira pessoa do singular, por meio de um registro mais formal, com um vocabulário mais rebuscado, marcando, com isso, maior distância de seu público leitor, se comparado à maioria dos exemplares dos outros dois gêneros (o que foi mencionado na análise das relações, anteriormente).

Isso pode ser relacionado ao fato de o editorial representar a voz da instituição da imprensa, o que sugere maior austeridade, requerendo uma postura (registro) diferente daquela expressa em grande parte dos artigos de opinião e das cartas abertas (principalmente), que possuem, na maioria dos textos, uma linguagem mais flexível, pois seus autores têm mais autonomia para se expressar. Em 44, 45 e 46 podem ser percebidos exemplos do registro mais formal dos editoriais.

Exemplo 44

Todo cidadão honesto deste país há de estar estupefato com o desfecho do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Malgrado o fato de que a petista finalmente teve seu mandato cassado, levando alívio ao País, tão maltratado pela incúria administrativa e pelo desleixo moral da agora ex-presidente e de seu partido, [...].

E#5.EST

Exemplo 45

Apenas as pedaladas escamotearam um rombo de mais de R\$ 50 bilhões, convertidos em empréstimos de bancos públicos ao Tesouro, grave infração à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não por coincidência, na quinta a Agência Fitch rebaixou mais uma vez a nota de risco do país. Este é o pano de fundo da crise política: enquanto permanece no Planalto uma presidente petrificada diante da rejeição popular e vítima de catatonia ideológica, a economia continua a mergulhar no abismo, na ausência de governo no país.

E#3.GLO

Exemplo 46

Diante das incertezas provocadas pela grave crise política, econômica e moral que projeta gravíssimas consequências sociais sobre o País, uma coisa é absolutamente certa: do jeito que está não pode continuar. Este governo, inviabilizado por uma presidente da República inábil e inepta, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início à reconstrução nacional.

E#1.EST

Nos exemplos 44, 45 e 46, é possível identificar a terceira pessoa do discurso, bem como a escolha por um registro mais formal, menos despojado do que aqueles verificados nos exemplos anteriores. Os editorialistas optam, inclusive, por

um vocabulário mais rebuscado em vários momentos, o que se constata a partir do emprego de “há de estar estupefato”, “malgrado” e “incúria”, em 44; “escamotearam”, “petrificada” e “catatonia”, em 45; “inábil e inepta” e “facto” em 46.

Os exemplos citados ilustram, portanto, características identificadas na maioria dos textos que compõem o *corpus*: cartas abertas com mais marcas de emoção e de interlocução, buscando maior aproximação entre remetente e destinatário; artigos de opinião como textos mais maleáveis que os editoriais, com um vocabulário mais flexível, um pouco menos formal, ainda que escritos, em sua maioria, em terceira pessoa do singular; editoriais com textos mais objetivos, mais formais, com vocabulário mais rebuscado, percebendo-se, por meio do seu registro, menor busca por aproximação com o leitor.

Essas interpretações relacionam-se ao seguinte: as cartas abertas, por serem geralmente utilizadas em situações que “envolvem temas de interesse coletivo e exposição de reivindicações” (FUZER; GONÇALVES, 2016, p. 28), bem como promoção de algo ou alguém, alertas, discussões de problemas, conscientizações de leitores/destinatários, apelos, protestos ou denúncias, e por serem comumente marcadas pela interlocução, propiciam essa maior proximidade remetente-destinatário, sinalizada, na maioria dos exemplares, pelo registro empregado.

Já o artigo apresenta o posicionamento do próprio articulista, e não necessariamente da instituição a que ele está vinculado (COSTA, 2008), de forma que seu *ethos* é expresso, de maneira ideológica, no texto (RODRIGUES, 2005). Soma-se a isso que, segundo Costa (2008), o artigo apresenta-se em uma estrutura composicional bastante variável, não obrigatoriamente em uma estrutura canônica, podendo possuir uma linguagem mais “comum ou cuidada” (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009), o que também resulta dessa certa autonomia que tem o autor, se comparado ao editorialista, por exemplo.

O editorial, por sua vez, é o gênero em que é veiculada a opinião da instituição jornalística sobre o fato que está repercutindo, havendo, portanto, o apagamento de referências que apontem “para o redator individual produtor dos textos” (ALVES FILHO, 2006, p. 81). É característico, segundo o autor, a impessoalização e o uso da variedade padrão da linguagem, por exemplo, o que se relaciona, portanto, a essa maior formalidade verificada no registro dos editoriais, se comparados aos artigos e às cartas. Alves Filho (2006) justifica, além disso, que

esse caráter mais formal se justifica pois a instituição busca “prestígio ao texto e, dessa forma, [...] maior ‘tom de verdade’” (ALVES FILHO, 2006, p. 86), havendo de modo implícito a interação entre instituição e leitor.

Na próxima seção, é apresentada a análise descritiva dos artigos de opinião, das cartas abertas e dos editoriais.

5.2. ANÁLISE DAS RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NA ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS

Passa-se, neste momento, à descrição da análise dos textos que compõem o *corpus*. Inicia-se pelos artigos de opinião, seguidos das cartas abertas e dos editoriais. A título de exemplificação, são mostradas, ao final da descrição dos resultados de cada gênero, a análise de um texto: nos artigos de opinião, elegeu-se *Lé com cré* (AO#3.DK), de Dora Kramer; nas cartas abertas, a carta do Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira (CA#3.MCA); nos editoriais, *A conta do impeachment* (E#3.ZH), do jornal Zero Hora.

5.2.1. Artigos de opinião

Nesta seção, desenvolve-se a análise dos artigos de opinião, textos da esfera jornalística em que o articulista expressa seu posicionamento sobre temas controversos, não necessariamente se alinhando à posição da instituição (jornal ou revista, por exemplo) a que está vinculado. Conforme já mencionado, os artigos analisados neste estudo foram escritos por jornalistas brasileiros e publicados nas suas colunas em importantes jornais do país: Dora Kramer (*Estado de S. Paulo*), Ricardo Noblat (*o Globo*) e Rosane de Oliveira (*Zero Hora*).

A fim de sistematizar os dados obtidos, foi organizado o Quadro 14, que expõe os resultados quantitativos das ocorrências de relações lógico-semânticas nos quinze artigos de opinião analisados.

Quadro 14 – Resultados dos artigos de opinião

(continua)

	Artigos	Relações lógico-semânticas (argumentos - tese) e ocorrências	Relações lógico- semânticas (argumentos) e ocorrências	Total de ocorrências (por autor)
D O R A K R A M E R	AO#1	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo exposição (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 (1 elaboração e 1 intensificação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (4) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão hipotática do tipo variação subtrativa (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (4) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) <p>Total: 11 (6 extensões, 4 intensificações e 1 elaboração)</p>	<p>49</p> <p>24 intensificações, 15 extensões e 10 elaborações.</p>
	AO#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática modo meio (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) <p>Total: 5 (2 elaborações, 2 intensificações e 1 extensão)</p>	
	AO#3	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> -intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) -intensificação do tipo causa: propósito (1) -intensificação hipotática do tipo condição concessiva (1) - extensão hipotática do tipo variação subtrativa (1) <p>Total: 4 (3 intensificações e 1 extensão)</p>	
	AO#4	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (3) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: propósito (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) 	

			<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - elaboração paratática do tipo exposição (1) <p>Total: 12 (5 intensificações, 4 extensões e 3 elaborações)</p>	
	AO#5	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo tempo (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo modo meio (1) - intensificação hipotática do tipo condição positiva (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (3) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) <p>Total: 11 (5 intensificações, 3 elaborações, 3 extensões)</p>	
Total		6 (5 intensificação, 1 elaboração)	43 (19 intensificações, 15 extensões, 9 elaborações)	
R I C A R D O	AO#1	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: resultado (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (3) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (4) - intensificação hipotática do tipo tempo (3) <p>Total: 13 (6 extensões, 4 elaborações e 3 intensificações)</p>	60 28 extensões, 24 intensificações e 8 elaborações.
	AO#2	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática por clarificação - intensificação hipotática do tipo causa: razão <p>Total: 2 (1 elaboração e 1 intensificação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (4) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (3) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) -elaboração paratática por clarificação (1) <p>Total: 12 (6 extensões, 5 intensificações, 1 elaboração)</p>	

N O B L A T	AO#3	<p>- intensificação paratática do tipo causa: razão (1)</p> <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão adição hipotática do tipo aditiva positiva (3) - extensão adição paratática do tipo aditiva positiva (3) - extensão adição paratática do tipo aditiva negativa (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) -intensificação hipotática do tipo causa: razão (3) -intensificação paratática do tipo causa: razão (2) -intensificação hipotática do tipo condição concessiva (1) - intensificação hipotática do tipo causa: propósito (1) <p>Total: 15 (8 extensões e 7 intensificações)</p>
	AO#4	<p>- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1)</p> <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva negativa (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo condição concessiva (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) <p>Total: 8 (5 extensões, 2 intensificações, 1 elaboração)</p>
	AO#5	<p>- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1)</p> <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo condição concessiva (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) <p>Total: 6 (3 extensões, 2 intensificações e 1 elaboração)</p>
	Total	6 (5 intensificações e 1 elaboração)	54 (28 extensões, 19 intensificações e 7 elaborações)
	AO#1	<p>- extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1)</p> <p>Total: 1 extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo modo meio (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1)

R O S A N E D E O L I V E I R A			<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - elaboração paratática do tipo exemplificação (2) <p>Total: 7 (3 intensificações, 2 extensões, 2 elaborações)</p>	<u>38</u> 13 intensificações, 13 extensões e 11 elaborações e 1 locução.
	AO#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 3 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - elaboração por exemplificação (2) <p>Total: 4 (2 extensões, 2 elaborações)</p>	
	AO#3	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo clarificação (3) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão paratática do tipo variação substitutiva (1) <p>Total: 7 (3 elaborações, 2 intensificações e 2 extensões)</p>	
	AO#4	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) <p>Total: 2 (1 intensificação e 1 extensão)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva negativa (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) - locução paratática: citação (1) <p>Total: 6 (3 extensões, 1 intensificação, 1 elaboração e 1 locução)</p>	
	AO#5	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo clarificação (2) <p>Total: 2 elaborações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: propósito (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) <p>Total: 5 (2 extensões, 2 intensificações, 1 elaboração)</p>	
Total	9 (5 intensificações, 2 elaborações e 2 extensões)	29 (11 extensões, 9 elaborações, 8 intensificações e 1 locução)		

Fonte: Elaborado pela autora

Na sequência, é apresentada a análise descritiva dos resultados obtidos nos exemplares do gênero artigo de opinião.

5.2.1.1 Artigos de Dora Kramer

Nos artigos da jornalista Dora Kramer, publicados no portal de notícias do jornal *O Estado de S. Paulo*, é possível a identificação de tese (e, até mesmo, sua reiteração) e argumentos, de forma que as teses dos textos apontam, sobretudo, para os seguintes posicionamentos: Dilma Rousseff e seus defensores não apresentavam argumentos consistentes em sua defesa, fugindo à lógica e à realidade; o *impeachment* já era dado como certo, não havendo como revertê-lo, mas, mesmo assim, a então Presidente fazia questão de marcar sua posição e transmitir uma imagem de coragem.

Os textos possuem um número de palavras bem heterogêneo, que varia entre 207 e 633, e estão organizados entre três e dez parágrafos. Os artigos apresentam uma estrutura composicional relativamente padronizada: iniciam com uma contextualização/introdução acerca do assunto, logo é apresentada a tese, que é seguida de argumentos os quais a fundamentam, e, por fim, há a conclusão. Essa estrutura, que não é verificada em apenas um dos textos, remete à estrutura canônica do artigo de opinião mencionada por Costa (2008, p. 34): “Tese inicial na introdução; Argumentação/Refutação no Desenvolvimento e Conclusão”.

Quanto à organização sequencial dos argumentos, foi possível a constatação de um fenômeno que, neste estudo, denomina-se *aninhamento de argumentos*. Isso ocorre na medida em que os argumentos (A1, A2, A3, A4, etc.) são constituídos de estruturas aninhadas (A1.1, A1.2, A1.2.1, por exemplo) que se unem para estabelecer um único *bloco* de sentido. Ou seja, essas estruturas aninhadas são componentes que, reunidos, constituem o argumento maior (muitas vezes, essas próprias estruturas aninhadas também são divididas em outras e assim por diante). Nesse sentido, observou-se que, em diversos textos (não só pertencentes ao gênero artigo de opinião, conforme será discutido ao longo deste capítulo), há argumentos os quais são compostos de orações/complexos oracionais que se aninham, se articulam, se juntam (na maioria das vezes por relações lógico-semânticas), formando verdadeiros ninhos, convergindo para a constituição de cada argumento.

Essa terminologia, *aninhamento de argumentos*, baseia-se na noção de *aninhamento de orações* do complexo oracional. Por ser este um estudo de base sistêmico-funcional que, inclusive, emprega como principal aporte teórico as categorias de relações lógico-semânticas do complexo oracional, elegeu-se essa denominação.

No tocante às relações lógico-semânticas, que são o cerne deste trabalho, constatou-se, nos artigos da jornalista Dora Kramer, um total de quarenta e nove ocorrências ligando argumentos e tese e argumentos¹⁷ entre si. Cabe destacar que as relações manifestaram-se explícita (a partir do emprego de um item léxico-gramatical) ou implicitamente (depreendidas pelo contexto). A análise evidenciou que, dessa totalidade, todas as ocorrências são de expansão. Esse dado é muito importante, pois já sinaliza que, ao argumentar, a autora tem como principal preocupação expandir seu próprio discurso, estendendo, intensificando e elaborando-o, voltando-se menos para a projeção de vozes ou pensamentos que, por exemplo, reforcem seu posicionamento.

Verificaram-se, em termos gerais nos dados obtidos a partir dos artigos da colunista, vinte e quatro ocorrências de intensificação (48,97%), quinze de extensão (30,61%) e dez de elaboração (20,40%). Esses resultados revelam que a jornalista, ao expandir sua argumentação, busca sobretudo circunstanciar os fatos e opiniões apresentados, situando seu leitor em termos de causa, tempo e propósito, por exemplo.

Isso se confirma principalmente nas relações constatadas entre argumentos e tese, nos cinco artigos, já que, em todos esses textos, há noções de intensificação entre essas partes. Dentre as seis ocorrências encontradas, cinco são de intensificação (83,33%) e uma de elaboração (16,66%). Considerando que houve reiteração de tese em um texto, com exceção de duas ocorrências apenas, nas outras quatro a relação entre argumentos e tese é de expansão intensificação do tipo causa: razão, o que é apropriado à função dos argumentos, isto é, justificar, fundamentar, sustentar a tese defendida. Os argumentos, nesses artigos, são apresentados principalmente como a causa ou explicação para o ponto de vista sustentado. O exemplo 47, a seguir, ilustra esse tipo de ocorrência.

¹⁷ Incluem-se também, de agora em diante, as relações que unem as estruturas aninhadas no interior dos argumentos.

Exemplo 47	
Tese	A primeira sessão dos interrogatórios na comissão especial do impeachment no Senado, exhibe o grupo defensor de Dilma Rousseff em pleno exercício da falta de argumentos e a insistência em teses completamente desconectadas com a realidade. Dos fatos em geral e do encaminhamento dos interrogatórios em particular.
A1	A1.1: [PORQUE] A cada explicação do procurador do TCU junto ao Ministério Público sobre os fundamentos do crime de responsabilidade fiscal do qual Dilma é acusada, seus aliados pontuam que “fica cada vez mais claro”, que a presidente afastada é inocente. A1.1.1: <u>Muito embora</u> as razões expostas pelo procurador deixem cada vez mais claro, evidente, nítido e incontestável a infração à LRF. [...]
	AO#3.DK

No exemplo supracitado, a tese – o fato de que os defensores de Dilma Rousseff se manifestaram, na sessão de interrogatórios, expondo a “falta de argumentos e a insistência em teses completamente desconectadas com a realidade” tanto em relação aos fatos em geral quanto ao encaminhamento dos interrogatórios especificamente - é justificada pelas declarações desses aliados, durante as explicações do procurador do TCU, ao pontuarem que “*fica cada vez mais claro*, que a presidente afastada é inocente” (A.1.1), ainda que o exposto por ele evidencie a infração contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (A1.1.1), da qual a então Presidente era acusada.

No diz respeito às relações entre argumentos (quarenta e três ocorrências), tendo em vista as categorias de expansão, a que apresenta o maior número de ocorrências, quando comparada às demais, é a intensificação, contando com dezenove manifestações (44,18%), que variam entre causa: razão, propósito, modo: meio e condição: concessiva. No entanto, a relação que foi expressa mais vezes é a expansão intensificação do tipo causa: razão (com treze ocorrências), sobressaindo-se as hipotáticas, seguidas das paratáticas. Com isso, entende-se que os argumentos aparecem, com frequência, como a causa uns dos outros ou, então, como o ponto de partida para que se conclua a informação contida em outro.

A intensificação é seguida de extensão, com quinze ocorrências (34,88%), predominando as do tipo adição (catorze ocorrências), dentre as quais se sobressaem a aditiva positiva (cinco ocorrências) e a opositiva (oito ocorrências).

Menos frequentes foram as ocorrências de elaboração, com nove (20,93%), predominando, dentre suas categorias, a elaboração por clarificação, com oito ocorrências. Nota-se, com isso, que a articulista também procura estender a argumentação, inserindo informações novas, garantindo a progressão do texto. No entanto, comparando as três categorias de expansão entre si, observa-se que é frequente a autora propor uns argumentos como justificativa para outros, como ocorre no exemplo 48:

Exemplo 48	
A1	A1.1: Nesse aspecto, o da definição do termo que o PT usa para imprimir caráter de ilegalidade ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, o acusador é quem preenche os requisitos de golpista,
	A1.1.1: <u>pois</u> agride a democracia brasileira pela via da corrupção do aparelho de Estado para o financiamento de um projeto de poder.
AO#1.DK	

No exemplo 48, a estrutura aninhada A1.1.1 expande a estrutura A1.1 em termos de causa: razão. Isso ocorre, já que, na opinião da articulista, o fato de o PT (Partido dos Trabalhadores) agredir “a democracia brasileira pela via da corrupção do aparelho de Estado para o financiamento de um projeto de poder” é a razão pela qual o próprio partido (“acusador”) preenche “os requisitos de golpista”. A conjunção *pois* introduz essa relação lógico-semântica de intensificação hipotática do tipo causa: razão.

Por conseguinte, é possível afirmar que, nos artigos de opinião de Dora Kramer, primeiramente há uma preocupação com expandir a argumentação mais do que projetar vozes/pensamentos; a autora parece estar mais obstinada a garantir a progressão da sua argumentação. Outra característica evidente, na argumentação da articulista, é que ela se preocupa principalmente (tanto entre tese e argumentos quanto entre argumentos) com intensificar as informações que ela elege para defender seu ponto de vista, ou seja, é frequente ocorrer de uma informação ser incrementada pela outra, que é sua causa, explicação ou conclusão. Isso, conforme já destacado, não oculta o fato de também haver uma expressiva preocupação com a extensão da argumentação, ou seja, com a inserção de uma informação nova, por

adição ou contraste, à outra e com elaboração de uma mesma informação, apresentando detalhes do que é exposto, entretanto certamente são bastante frequentes relações de intensificação nos textos da jornalista.

Na próxima seção, é apresentada a análise dos artigos de opinião de Ricardo Noblat.

5.2.1.2 Artigos de Ricardo Noblat

Os artigos do jornalista Ricardo Noblat, publicados em seu *blog* no jornal *O Globo* apresentam tese e argumentos que a fundamentam, sendo que essas teses convergem para os seguintes pontos de vista: o processo de *impeachment*, que estava demorando muito, não era um golpe e dificilmente Dilma Rousseff reverteria a situação a seu favor, havendo poucos recursos a serem adotados por ela em sua defesa, bem como manter os direitos políticos da então Presidente seria algo inconstitucional.

Esses textos possuem entre 365 e 437 palavras, distribuídas entre dez e dezessete parágrafos de curta extensão, sendo menos extensos que os de Dora Kramer. No entanto, considerando sua organização sequencial argumentativa, são mais complexos que os da jornalista do *Estadão*, uma vez que apresentam um maior número de argumentos/estruturas aninhadas (entre dois e cinco argumentos, com média de quinze estruturas aninhadas em cada texto) e de relações lógico-semânticas (sessenta), conforme será mostrado na sequência. Cabe destacar, por conseguinte, que estes artigos, assim como os de Dora Kramer, apresentam *aninhamentos de argumentos*.

Os artigos de opinião de Noblat constituem-se de uma estrutura composicional um pouco menos padronizada que aquela percebida nos textos da colunista do *O Estado de S. Paulo*. Isso ocorre em função de os artigos do jornalista do *O Globo* estarem organizados da seguinte maneira: três apresentam contextualização/introdução seguida de tese, argumentos e conclusão (nos quais igualmente se verifica a estrutura canônica citada por Costa, 2008); um apresenta, além dessa estrutura, a continuação da tese após o início da apresentação dos argumentos; outro, ainda, inicia com argumentos, na sequência há a tese, logo após há a continuação da argumentação e, por fim, a conclusão. Essa relativa

variabilidade está de acordo com Costa (2008) ao defender que o artigo de opinião possui uma estrutura composicional bastante variável, mas apresenta um ponto de vista e uma conclusão, “a partir da exposição de ideias ou argumentação/refutação construídas (COSTA, 2008, p. 34).

No que diz respeito às relações lógico-semânticas, verificaram-se, implícita e explicitamente, sessenta ocorrências (como anteriormente mencionado) ligando argumentos e tese e argumentos entre si, número maior do que aqueles encontrados nos artigos de Dora Kramer, apesar de os textos serem de menor extensão. Todas essas ocorrências são de relações de expansão. Esse resultado revela aqui o que já se havia constatado nos textos analisados anteriormente: ao argumentar, o articulista não está tão preocupado com projetar outros discursos, para refutá-los ou empregá-los como testemunho de autoridade, por exemplo, mas sim com desenvolver seu texto, expandindo-o por extensão, intensificação e elaboração. Nesse sentido, buscou a inserção de informações novas, a circunstancialização e a explicação das informações apresentadas.

Quanto ao total de relações lógico-semânticas, averiguou-se que vinte e oito são de extensão (46,66%), vinte e quatro são de intensificação (40%) e oito são de elaboração (13,33%), conforme o Quadro 14. Nessa perspectiva, considerando que há uma pequena diferença entre o número de ocorrências de extensão e intensificação, é possível afirmar que é frequente o articulista, ao expandir seu discurso, estendê-lo, principalmente somando uns argumentos aos outros, e intensificá-lo, sobretudo apresentando uns argumentos como a causa dos outros, por exemplo. Provavelmente, por considerar que seu público leitor é conhecedor do assunto, que estava em voga no momento, o autor optou por elaborar pouco as informações apresentadas.

No que concerne às relações entre argumentos e tese, verificaram-se seis ocorrências, levando em consideração que há, em um dos artigos, a continuação da tese. Desse total, cinco são de intensificação (83,33%) e uma é de elaboração (16,66%). Dentre as ocorrências de intensificação, quatro ocorrências são de expansão intensificação do tipo causa: razão (três hipotáticas e uma paratática) e uma de causa: resultado, dados bastante apropriados, considerando que os argumentos aparecem para fundamentar, justificar, dar embasamento à tese

defendida. O exemplo 49 revela uma ocorrência de expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão, que é predominante.

Exemplo 49	
Tese	Cassar mandato, depois de um processo regulado pela Justiça e monitorado por ela durante todo o tempo, está previsto na Constituição. Manter os direitos políticos do cassado não está.
A1	A1.1: [PORQUE] A Constituição diz com todas as letras no parágrafo único do artigo 52: a perda do mandato implica obrigatoriamente na perda dos direitos políticos por oito anos.
AO#5.RN	

No exemplo 49, conforme pode ser percebido, existe uma relação de expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão entre o A1 e a tese, já que a afirmação de que “Cassar mandato, depois de um processo regulado pela Justiça e monitorado por ela durante todo o tempo, está previsto na Constituição. Manter os direitos políticos do cassado não está.” (sinalizando a opinião contrária à manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff após ter seu mandato cassado) é, logo em seguida, justificada pelo que está previsto na Constituição (A1). Portanto, mesmo que implícita, existe, certamente, essa relação de causa entre tese e argumento.

Entre argumentos (cinquenta e quatro ocorrências), o predomínio foi de relações de extensão, contando com vinte e oito ocorrências (51,85%), de forma que se sobressaíram as de adição aditiva positiva (paratáticas e hipotáticas), com dezesseis ocorrências, seguidas das de adição por oposição (paratáticas), com dez. Partindo disso, compreende-se que, ao argumentar em defesa da tese, o articulista procura estender seu discurso adicionando informações novas a todo instante, garantindo, assim, a progressão da sua argumentação.

Observou-se também que o jornalista, em várias ocasiões (dezenove ocorrências: 35,18%), preocupa-se com intensificar argumentos entre si, sobretudo por meio de relações de expansão intensificação (hipotática e paratática) do tipo

causa: razão, contando com doze ocorrências. Nesse sentido, observa-se que uns argumentos justificam outros ou são concluídos a partir deles.

Com menor incidência (apenas sete ocorrências: 12,28%), há a elaboração (todas de elaboração paratática por clarificação), que revela certa atenção quanto a esclarecimentos fornecidos ao leitor. Porém, o fato de haver poucas ocorrências, se comparadas às de extensão e intensificação, evidencia, conforme já mencionado, que o autor possivelmente considera seu público conhecedor do assunto, por isso julga desnecessário o detalhamento de tantas informações. Para exemplificar essas ocorrências de extensão, apresenta-se o exemplo 50.

Exemplo 50	
A2	A2.1: [POIS] Kátia é também senadora.
	A2.2: <u>E</u> Dilma pensa em despachá-la de volta ao Senado para, ali, costurar apoios contra o impeachment.
AO#2.RN	

No exemplo 50, há parte do argumento 2, que se constitui de duas estruturas aninhadas principais: o fato de Kátia Abreu, na época Ministra da Agricultura, ser senadora (A2.1) e de Dilma cogitar enviá-la de volta ao Senado a fim de conseguir apoios contrários ao impedimento (A2.2). Essas duas informações, que concorrem para a constituição do A2, estão unidas, portanto, por uma relação de extensão paratática do tipo adição aditiva positiva, sinalizada pela conjunção e.

Por conseguinte, considerando os dados obtidos a partir da análise dos artigos de opinião do jornalista Ricardo Noblat, é possível depreender que, em primeiro lugar, o fato de ter havido somente ocorrências de expansão, entre os próprios argumentos (e seus aninhamentos) e entre eles e a tese, evidencia que o articulista está mais preocupado com expandir sua argumentação, estendendo, intensificando e, às vezes, elaborando-a, do que com projetar outras vozes, refutando-as ou utilizando-as como testemunho de autoridade em defesa de seu ponto de vista. Em segundo lugar, entre argumentos e tese, sobressaíram-se relações de intensificação do tipo causa: razão, o que é bastante coerente com a função da argumentação, ou seja, fundamentar, justificar o ponto de vista defendido.

Em terceiro lugar, observou-se que, nas relações entre argumentos, predominaram ocorrências de extensão, mostrando que o jornalista busca estender sua argumentação frequentemente, inserindo informações novas, a fim de garantir a progressão do texto. É relevante também a incidência de relações de intensificação entre argumentos, mais especificamente as de causa: razão, o que demonstra a intenção de o autor expandir sua argumentação de modo a apresentar as circunstâncias dos argumentos escolhidos por ele para defender sua tese. O fato de não serem tão frequentes, entre os argumentos, as relações de elaboração sugere que o articulista, muito provavelmente, entende que seu leitor é conhecedor do assunto, então julga dispensável detalhar tão profundamente as informações.

Na próxima seção, é apresentada a análise dos artigos de opinião de Rosane de Oliveira.

5.2.1.3 Artigos de Rosane de Oliveira

Os artigos de opinião de Rosane de Oliveira apresentam tese e argumentos que sustentam esse posicionamento, de modo que as teses concorrem, principalmente, para a seguinte interpretação: as pedaladas fiscais são o pretexto, o argumento jurídico, mas não o real motivo para a abertura do processo de *impeachment*; na votação do Senado, onde enfrentaria uma difícil batalha e sua morte política seria decretada, Dilma Rousseff muito provavelmente não conseguiria reverter a derrota ocorrida na Câmara.

Os artigos da colunista do Grupo RBS foram redigidos entre 431 e 694 palavras e organizados entre cinco e nove parágrafos. Por essas características, são textos menos extensos que os de Dora Kramer e mais extensos que os de Ricardo Noblat. No que tange à estrutura composicional, os artigos de Rosane de Oliveira apresentam algo que não se verificou naqueles dos outros colunistas, anteriormente analisados: a presença, em todos os exemplares, de uma espécie de *lead*, que resume o que é abordado em cada texto. Apesar de apresentarem organizações sequenciais distintas, todos os textos possuem *lead*, tese, argumentos e conclusão; em três deles, há reiteração da tese. Comparando entre si, os artigos fogem à estrutura canônica citada por Costa (2008), o que comprova a variabilidade na estrutura composicional por ele defendida.

Além disso, constatou-se que os artigos de opinião da colunista são menos complexos que os de Dora Kramer e, principalmente, do que os de Ricardo Noblat, haja vista o número menor de relações lógico-semânticas (trinta e oito) em sua argumentação, bem como o número de argumentos (que varia entre dois e quatro) e de estruturas aninhadas no interior desses argumentos (totalizando quarenta e oito, média de dez estruturas aninhadas em cada texto). Assim, conforme os artigos já analisados, os textos de Rosane de Oliveira apresentam o que se denominam aqui *aninhamentos de argumentos*.

No que concerne às relações lógico-semânticas, identificaram-se, dentre explícitas e implícitas, como já mencionado, trinta e oito ocorrências ligando argumentos entre si e argumentos e tese ao longo dos cinco artigos da colunista. É primordial ressaltar que novamente obteve-se o predomínio de relações de expansão (trinta e sete: 97,36%); em contrapartida, houve apenas uma ocorrência de projeção. Portanto, assim como nos artigos de opinião anteriormente analisados, o foco da jornalista foi expandir sua argumentação, buscando, com isso, estender as informações apresentadas, elaborá-las, ou seja, dizê-las de outra maneira, ou intensificá-las, apresentando suas circunstâncias. Inclusive, nos textos como um todo, verificaram-se treze ocorrências de extensão (35,13%), treze de intensificação (35,13%) e onze de elaboração (29,72%).

No que diz respeito às relações lógico-semânticas articulando argumentos e tese, constataram-se nove ocorrências, tendo em vista que houve reiteração de tese em alguns textos. Nessa totalidade, houve predomínio de relações de expansão por intensificação (cinco ocorrências: 55,55%), sobressaindo-se a intensificação hipotática (principalmente) e paratática do tipo causa: razão (com cinco ocorrências), dado já evidenciado anteriormente, nas análises dos outros artigos. Esse resultado é bastante plausível, considerando que os argumentos devem sustentar a tese, sendo uma das maneiras possíveis justificar o porquê de se defender determinado ponto de vista, noção expressa claramente por relações de causa. A propósito, o exemplo 51 demonstra uma ocorrência desse tipo.

Exemplo 51	
Tese	Com um resultado acachapante como esse, a chance de Dilma reverter a situação no Senado é nula.
A1	A1.1: [PORQUE] Lá, a oposição tem a maioria simples de que necessita para a continuidade do processo, o que obrigará a presidente a se afastar por até 180 dias.
	AO#3.RO

Apesar de estar implícita a conjunção (porque), existe uma relação lógico-semântica de expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão no exemplo supracitado. Isso se deve ao fato de o A1 ser a causa para a tese defendida, ou seja: em função de a oposição ter tido, no Senado, maioria simples necessária para garantir a continuidade do processo de *impeachment* (obrigando o afastamento da então presidente), a chance de Dilma Rousseff, que já teve um resultado contrário esmagador na Câmara dos Deputados, reverter a situação na etapa seguinte (no Senado) era inexistente, na opinião da colunista.

No que diz respeito às relações lógico-semânticas entre argumentos (incluindo seus aninhamentos), houve vinte e nove ocorrências e foram frequentes, se comparadas às demais categorias da expansão, aquelas do tipo extensão, com onze ocorrências (37,93%). No âmbito da extensão, predominaram as relações de adição do tipo oposição, com seis ocorrências. Com isso, observou-se que é comum ocorrer de um argumento ser adicionado a outro por contraste, adversidade.

Com uma incidência um pouco menor entre argumentos, manifestaram-se também relações de intensificação, com oito ocorrências (27,58%), sobressaindo-se, dentre elas, a hipotática que indica causa: razão (seis ocorrências). Esse dado demonstra que frequentemente a articulista opta também por expor argumentos/estruturas aninhadas em seu interior que servem como motivação para outros.

Considerando as relações de expansão, a menor ocorrência, entre argumentos, foi de elaboração (total de nove: 31,03%), e, nesse total, houve manifestações de elaboração paratática por clarificação (cinco ocorrências) e exemplificação (quatro), revelando que a jornalista, mesmo que com menor frequência, tem certa preocupação com esclarecer, detalhar, exemplificar, a fim de

tornar claras certas informações a seu leitor. Tendo em vista que prevaleceram, dentre as ocorrências de extensão (relação lógico-semântica predominante), as relações de extensão paratática por adição do tipo oposição, o exemplo 52 ilustra essa categoria.

Exemplo 52	
A1	A1.2: [...] Dilma foi até o fim.
	A1.3: Passou quase 12 horas respondendo a questionamentos dos senadores,
	A1.4: <u>mas</u> não conseguiu virar um jogo que já estava perdido desde o dia em que o Senado aprovou a admissibilidade do impeachment.
AO#5.RO	

No exemplo 52, é evidente a relação de expansão extensão paratática do tipo adição por oposição entre as estruturas A1.3 e A1.4 , já que o fato de Dilma Rousseff ter ido “até o fim”, ou seja, não ter renunciado ao longo do processo de impedimento, passando durante horas respondendo a perguntas de senadores em uma das fases do processo, não ocasionou o resultado esperado por ela: a então Presidente “não conseguiu virar o jogo”. Esse jogo, inclusive, estava perdido, na opinião da articulista, desde o dia em que a admissibilidade do *impeachment* foi aprovada pelo Senado. A relação de oposição entre as estruturas aninhadas é sinalizada, conforme destacado, explicitamente por um item léxico-gramatical, a conjunção *mas*.

Por conseguinte, a partir dos dados levantados, constatou-se que, nos artigos de Rosane de Oliveira, publicados em sua coluna no jornal *Zero Hora*, a principal preocupação foi expandir sua argumentação, organizando-a de forma que uns argumentos estendam, intensifiquem e elaborem outros, o que também ocorreu nos artigos de Dora Kramer e de Ricardo Noblat. Sendo assim, evidentemente seu foco não é projetar vozes/pensamentos, corroborando seu ponto de vista, mas sim dar sequência aos argumentos, estendendo-os, apresentando suas circunstâncias e mencionando-os de outra maneira.

Partindo desse dado mais abrangente, entre argumentos e tese, verificou-se, a partir de predomínio de intensificação (sobressaindo-se a hipotática do tipo causa: razão), que coerentemente a articulista busca, na maioria das vezes, justificar a tese defendida apontando as razões que a fundamentam, ou seja, os argumentos surgem como o motivo pelo qual se adotou tal tese.

Já entre argumentos (considerando também os *aninhamentos*), a categoria que manifestou maior incidência, quando comparada em número de ocorrências às demais, foi a extensão. Nesse sentido, percebeu-se que a jornalista preocupou-se com estender a argumentação, inserindo, frequentemente, informações novas, que vieram, na maioria das ocorrências, a se opor às já apresentadas, e, assim, garantindo a progressão da argumentação. Foi bastante expressivo também o número de ocorrências de intensificação entre os argumentos (principalmente de causa:razão), revelando que a autora também se preocupa com apresentar argumentos que justifiquem outros, sustentando-os, apresentando as circunstâncias ao leitor. Com menor frequência, mas com um número expressivo de ocorrências, considerando a totalidade, há a elaboração (sobressaindo-se a paratática por clarificação), evidenciando, então, que a articulista manifesta determinada preocupação com detalhar, tornar claros ao leitor alguns argumentos apresentados em defesa de sua tese, mas esse não é seu principal objetivo.

Na próxima seção, é apresentada, como exemplo, a descrição da análise de um artigo de opinião completo.

5.2.1.4 Artigo de opinião: um exemplo de análise

A título de exemplificação, apresenta-se a descrição da análise do artigo “Lé com cré”, Dora Kramer, conforme sistematizada a seguir.

Contextualização: A primeira sessão dos interrogatórios na comissão especial do impeachment no Senado, exhibe o grupo defensor de Dilma Rousseff **Tese:** em pleno exercício da falta de argumentos e a insistência em teses completamente desconectadas com a realidade. Dos fatos em geral e do encaminhamento dos interrogatórios em particular.

- Tese X A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A1:

A1.1: [PORQUE] A cada explicação do procurador do TCU junto ao Ministério Público sobre os fundamentos do crime de responsabilidade fiscal do qual Dilma é acusada, seus aliados pontuam que “fica cada vez mais claro”, que a presidente afastada é inocente. **A1.1.1:** Muito embora as razões expostas pelo procurador deixem cada vez mais claro, evidente, nítido e incontestável a infração à LRF. Situação que já havia sido exposta quando dos depoimentos feitos na Câmara.

- A1.1 x A1.1.1: Expansão intensificação hipotática do tipo condição concessiva
- A1 + A2: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A.2:

A2.1: [POIS] Nada do que está sendo dito hoje deixou de ser dito naquela ocasião. **A2.1.1:** [EXCETO QUE] De destaque mesmo, há a extrema paciência de presidente, relator e depoente diante da tática de provocar enervamento, **A2.1.1.1:** a fim de não dar espaço para vitimizações e alegações sobre cerceamento de defesa.

- A2.1 + A2.1.1: Expansão extensão hipotática do tipo variação subtrativa
- A2.1.1 x A2.1.1.1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: propósito

Conclusão: O curioso será observar como a Mesa Diretora dos trabalhos vai compatibilizar essa tolerância com a necessidade de evitar a procrastinação proposital do processo com vista a que o prazo de 180 dias acabe sem que o julgamento tenha sido concluído.

Em sua estrutura composicional, é possível a identificação de uma breve contextualização, que coloca o leitor a par da situação em que se desencadeou o fato debatido. Logo na sequência, já é exposta a tese, que está seguida de argumentos (os quais contemplam estruturas aninhadas em seu interior) e, por fim, há a conclusão. Conforme a tese, os defensores da ex-presidente Dilma Rousseff manifestaram “falta de argumentos e a insistência em teses completamente

desconectadas com a realidade” na primeira sessão dos interrogatórios na comissão especial do impeachment no Senado; isso ocorreu, na opinião da articulista, em relação a fatos em geral e a encaminhamentos do relatório.

Esse posicionamento é, na sequência, defendido por dois argumentos, que estão ligados entre si por uma relação de expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão (A1 e A2). O A1, imediatamente após a tese, liga-se a ela por ser sua explicação, uma motivação para que a autora tenha adotado o posicionamento anterior, isto é: “os aliados de Dilma pontuam que *fica cada vez mais claro*, que a presidente afastada é inocente”, durante a explicação do procurador do TCU (A1.1), o que, para a articulista, é algo sem lógica, sem conexão com a realidade. Entre tese e A1 (A1.1), há, portanto, uma relação de intensificação hipotática do tipo causa: razão.

No âmbito do A1 ainda, a estrutura A1.1 é intensificada pela A1.1.1, sendo entre elas expressa uma relação de intensificação hipotática do tipo condição concessiva, já que, segundo a articulista, “Muito embora as razões expostas pelo procurador deixem cada vez mais claro, evidente, nítido e incontestável a infração à LRF. Situação que já havia sido exposta quando dos depoimentos feitos na Câmara”. O A1 é, na sequência, articulado ao A2, que inicia, então, com uma explicação em relação ao fato apontado no argumento anterior: “Situação que já havia sido exposta quando dos depoimentos feitos na Câmara.”, já que “Nada do que está sendo dito hoje deixou de ser dito naquela ocasião.” (intensificação hipotática do tipo causa: razão), com exceção da “extrema paciência de presidente, relator e depoente diante da tática de provocar enervamento”, que é a estrutura A2.1 e liga-se, por extensão hipotática do tipo variação subtrativa, à estrutura A2.1.1. Isso tem, então, uma finalidade, apontada em A2.1.1.1: “não dar espaço para vitimizações e alegações sobre cerceamento de defesa”, que se articula ao A2.1.1, fechando o A2 com uma relação de intensificação hipotática do tipo causa: propósito. Por fim, há a conclusão do texto.

Na próxima seção, é apresentada a descrição dos resultados obtidos com as análises das cartas abertas.

5.2.2. Cartas abertas

Nesta seção, desenvolvem-se as análises das cartas abertas, gênero argumentativo por meio do qual o autor (remetente) expressa publicamente sua opinião, fazendo uma reivindicação, apelo, protesto ou apoio, por exemplo, ao seu destinatário. Segundo já detalhado na Metodologia (Capítulo 4), tendo em vista que os autores e os veículos de publicação das cartas são bastante variados, os textos foram organizados a partir da seguinte divisão: cartas abertas de jornalistas, cartas abertas de membros da comunidade acadêmica e cartas abertas de *outros autores*, subgrupo que contempla cartas de diferentes remetentes: a própria ex-Presidente, médico, advogado e artistas.

Antes da análise das cartas abertas, porém, é apresentado a seguir o Quadro 15, que expõe os resultados quantitativos obtidos. Na sequência, passa-se à análise dos textos, que é dividida em três seções, conforme a organização do *corpus*, onde serão discutidos os dados apresentados no quadro.

Quadro 15 - Resultados das cartas abertas

(continua)

Autores	Cartas	Relações lógico-semânticas (argumentos-tese) e ocorrências	Relações lógico-semânticas (argumentos) e ocorrências	Total de ocorrências (por autor)
J O R N A L I S T A S	CA#1	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 (1 extensão e 1 intensificação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) - elaboração paratática do tipo exemplificação (1) <p>Total: 7 (3 extensões, 2 intensificações e 2 elaborações)</p>	
	CA#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (4) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão hipotática do tipo 	

		<p>adição por oposição (1)</p> <ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (4) -elaboração paratática por exposição (4) <p>Total: 17 (7 extensões, 6 intensificações e 4 elaborações)</p>	<p><u>74</u> 31 intensificações, 31 extensões e 12 elaborações.</p>
CA#3	<p>- extensão paratática do tipo adição por oposição (1)</p> <p>Total: 1 extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (3) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (6) - intensificação hipotática do tipo causa: resultado (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (4) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (3) <p>Total: 20 (10 intensificações, 7 extensões e 3 elaborações)</p>	
CA#4	<p>- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1)</p> <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva (5) - extensão paratática do tipo adição por oposição (4) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (3) - intensificação hipotática do tipo modo: meio (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) - elaboração paratática do tipo exposição (1) <p>Total: 17 (9 extensões, 6 intensificações e 2 elaborações)</p>	
CA#5	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 (1 extensão e 1 intensificação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - adição paratática do tipo aditiva positiva (1) - adição hipotática do tipo aditiva positiva (1) -elaboração paratática por exposição (1) <p>Total: 6 (3 intensificações, 2</p>	

			extensões e 1 elaboração)	
Total		7 (4 intensificações e 3 extensões)	67 (28 extensões, 27 intensificações e 12 elaborações)	
M E M B R O S D A C O M U N I D A D E	CA#1	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) -intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 3 intensificações	- extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) Total: 5 (3 extensões e 2 intensificações)	55 23 extensões 21 intensificações 10 elaborações e 1 locução.
	CA#2	- locução paratática: citação (1) Total: 1 locução	- extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (4) - extensão paratática do tipo adição por oposição (3) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: resultado (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (3) - elaboração hipotática do tipo descrição (1) Total: 15 (7 extensões, 4 intensificações e 4 elaborações)	
	CA#3	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 2 intensificações	- intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (1) Total: 4 (2 intensificações e 2 extensões)	
	CA#4	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 2 intensificações	- intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática de tempo (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) Total: 5 (3 intensificações, 2 extensões)	

A C A D Ê M I C A	CA#5	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática por clarificação (1) <p>Total: 1 elaboração</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (4) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão paratática do tipo adição por oposição (3) - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - elaboração paratática do tipo exposição (1) - elaboração paratática do tipo exemplificação (1) - elaboração hipotática do tipo descrição (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 17 (9 extensões, 5 elaborações e 3 intensificações)</p>	
	Total		Total: 9 (7 intensificações, 1 elaboração e 1 locução)	Total: 46 (23 extensões, 14 intensificações e 9 elaborações)
O U T R O S	CA#1	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	
	CA#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - elaboração paratática do tipo exposição (1) <p>Total: 4 (2 extensões, 1 intensificação e 1 elaboração)</p>	
	CA#3	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (8) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (7) - intensificação hipotática causa: propósito (2) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (3) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão adição paratática do tipo aditiva positiva (4) 	<p>68 36 intensificações, 20 extensões e 12 elaborações.</p>

A U T O R E S			<ul style="list-style-type: none"> - extensão adição hipotática do tipo aditiva positiva (1) - elaboração paratática do tipo exposição (4) - elaboração paratática do tipo clarificação (2) <p>Total: 33 (17 intensificações, 10 extensões, 6 elaborações)</p>	
	CA#4	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática do tipo clarificação (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) <p>Total: 4 (1 elaboração, 1 extensão e 2 intensificações)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (3) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) - elaboração paratática do tipo exemplificação (1) <p>Total: 10 (4 extensões, 4 intensificações e 2 elaborações)</p>	
	CA#5	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - elaboração paratática do tipo exposição (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (1) <p>Total: 9 (4 intensificações, 3 extensões e 2 elaborações)</p>	
Total	11 (9 intensificações, 1 extensão e 1 elaboração)	57 (27 intensificações, 19 extensões e 11 elaborações)		

Fonte: elaborado pela autora

Na sequência, são desenvolvidas as análises das cartas abertas que compõem o *corpus* deste estudo.

5.2.2.1. Cartas abertas de jornalistas

As cartas abertas analisadas nesta seção foram escritas por jornalistas brasileiros/atuentes no Brasil e publicadas em diferentes veículos de comunicação deste país, conforme já destacado no capítulo anterior: Mino Carta, Jornal *O Sul*, Paulo Nogueira, Liege Albuquerque e Patrícia Paixão e Jeferson Miola.

Apesar de serem textos de diferentes autores/remetentes, as teses dessas cartas apontam para o mesmo posicionamento: apoio a Dilma Rousseff. A maioria dos textos, inclusive, são destinados à ex-Presidente, buscando incentivá-la, sugerindo como agir frente ao processo de impedimento e em caso de retorno à sua função, assim como expressando admiração à sua coragem diante das adversidades e posicionando-se contra a suposta falta de base legal para o *impeachment*.

No tocante à organização, as cartas compreendem entre 552 e 1.065 palavras, distribuídas entre onze e vinte parágrafos. Quanto à estrutura composicional, observou-se certa linearidade entre os exemplares, uma vez que geralmente apresentam, logo no início, um vocativo (marcando a interlocução com o destinatário), uma contextualização (exceto em um dos textos), tese, argumentos, reiteração de tese (com exceção de uma das cartas), conclusão e saudação seguida da identificação do remetente (exceto em dois textos). Datas, como são opcionais, só apareceram em dois textos. Nos títulos, é comum haver referência ao destinatário e/ou ao remetente. Foram frequentes, então, marcas de interlocução, corroborando, conforme Silva (2002), o circuito de comunicação da carta aberta.

Quanto à organização sequencial da argumentação nos textos, foi possível a identificação de *aninhamentos de argumentos*, conforme verificado nos artigos de opinião. Isso ocorre em função de haver argumentos que são constituídos de estruturas aninhadas em seu interior, as quais, juntas, convergem para a sua constituição. É comum que essas estruturas sejam unidas por relações lógico-semânticas variadas. Nesse sentido, é fundamental destacar que as cartas abertas apresentam estruturas bem mais complexas do que as dos artigos: alguns argumentos são retomados e relações lógico-semânticas são mais frequentes; além disso, os textos são, em sua maioria, de maior extensão.

A propósito, nas cartas abertas dos jornalistas, constataram-se entre três e seis argumentos, com uma média de vinte estruturas aninhadas em cada texto, havendo, inclusive, como já mencionado, continuação de argumento (o argumento é brevemente interrompido e é retomado ao longo do texto). Quanto às relações lógico-semânticas articulando sequencialmente sua argumentação, houve um total de setenta e quatro, todas de expansão. Esse primeiro dado já sinaliza aquilo que se verificou também nos artigos de opinião analisados: muito mais do que projetar outros discursos, para funcionar como testemunhos de autoridade ou para refutá-los em defesa de seu ponto de vista, os remetentes destas cartas estão preocupados em expandir, dar sequência à sua argumentação, estendendo, elaborando ou intensificando-a.

Quanto às relações constatadas, nos cinco textos como um todo, houve trinta e uma relações de intensificação (41,89%), trinta e uma de extensão (41,89%) e doze de elaboração (16,21%). Já entre argumentos e tese, especificamente, das sete ocorrências identificadas (já que há retomada da tese), quatro (57,14%) são de expansão por intensificação (sendo três paratáticas e uma hipotática do tipo causa: razão) e três (42,85%) são de expansão extensão paratática do tipo adição por oposição.

Nestas últimas, observou-se que os autores optaram por iniciar sua argumentação com um argumento adverso, oposto à tese, para justificar a importância do ponto de vista defendido naquela carta, destacando a relevância daquela manifestação. Quanto às ocorrências de intensificação, que prevaleceram entre argumentos e tese, cabe destacar que aquelas que indicam conclusão se sobressaíram, e isso foi ainda mais evidente quando houve reiteração da tese, de forma que os argumentos apresentados concorreram para a opinião apresentada na tese ou, por outro lado, os autores tiveram como foco apresentar uma tese e, a partir dela, argumentos que a circunstanciam, os quais se concluem a partir do posicionamento que rege a argumentação. O Exemplo 53 ilustra uma ocorrência dessa relação entre argumentos e tese.

Exemplo 53	
A3	A3.1: O acirramento da conflitividade social causado pelo <i>impeachment</i> da Presidente Dilma sem causa, canaliza para o Supremo Tribunal Federal – última instância no país –, a esperança derradeira de que a justiça e a confiança possam ser restabelecidas. A3.2: [OU SEJA] Neste momento em que a democracia se defronta com a circunstância mais ameaçadora à sua sobrevivência desde o fim da ditadura civil-militar e o início da transição, em 1985, a preservação do Estado de Direito depende, mais que em qualquer outra ocasião da história, da capacidade do STF em restituir a integridade jurídica e institucional do sistema.
Tese	<u>Por isso</u> é imperativo que cada Juiz e cada Juíza da Suprema Corte do país se pronuncie para declarar se existiu, efetivamente, crime de responsabilidade que possa justificar a cassação do mandato da Presidente Dilma.
CA#5.JOR	

No exemplo 53, a tese, que está sendo reiterada, é concluída a partir dos argumentos anteriores, que são representados, neste caso, pelo A3. No exemplo, o conflito social acirrado causado pelo *impeachment* sem causa, na opinião do autor, “canaliza para o Supremo Tribunal Federal” (STF) a esperança de reestabelecimento da justiça e da confiança (A3.1). Esse apelo é corroborado pela estrutura aninhada A3.2, onde o autor manifesta que, levando em consideração o momento vivido democraticamente (“circunstância mais ameaçadora à sua sobrevivência desde o fim da ditadura civil-militar e o início da transição, em 1985”), preservar o Estado de Direito depende “da capacidade do STF em restituir a integridade jurídica e institucional do sistema”. Isso tudo auxilia na fundamentação da tese, que vem na sequência e que destaca a importância da ação do STF e, indo além, solicita que “cada Juiz e cada Juíza da Suprema Corte do país se pronuncie para declarar se existiu, efetivamente, crime de responsabilidade que possa justificar a cassação do mandato da Presidente Dilma”. Essa relação de intensificação paratática do tipo causa: razão é introduzida pela expressão conjuntiva *por isso*.

Quanto às relações entre argumentos (incluindo as estruturas aninhadas), das sessenta e sete ocorrências, vinte e oito são de extensão (41,79%), vinte e sete são de intensificação (40,29%) e doze, de elaboração (17,91%). Esses resultados

evidenciam, primeiramente, a intenção de os autores desenvolverem, estenderem a argumentação a partir da inserção de informações novas, somando umas às outras, sobretudo por extensão do tipo adição aditiva positiva, relação que totalizou dezoito ocorrências (entre paratáticas e hipotáticas), e por oposição (com dez).

Além disso, considerando que também foi bastante expressivo o número de ocorrências de relações de intensificação, observa-se que os jornalistas se preocupam com empregar uns argumentos como circunstâncias de outros, adornando-os e, conseqüentemente, situando o leitor em termos de causa e conclusão, principalmente. Isso se deve ao fato de que a maior incidência, dentre essas intensificações, foi de causa: razão hipotática, com quinze ocorrências, e causa: razão paratática, com dez ocorrências. Assim, percebe-se que os argumentos são frequentemente sequencializados da seguinte maneira: um fundamenta o outro por ser sua motivação ou por, a partir dele, concluírem-se outros, garantindo, assim, a seqüência e a progressão da argumentação.

O baixo índice de ocorrências de elaboração (doze ocorrências), se comparada às demais relações, mostra uma menor preocupação em detalhar, clarificar, os argumentos apresentados, ainda que haja essa intenção em outros momentos, por meio, principalmente, da exposição (seis ocorrências).

Portanto, partindo do que foi predominante entre os argumentos das cartas abertas de jornalistas, o exemplo 54 ilustra uma ocorrência de expansão extensão do tipo adição.

Exemplo 54	
A2	A2.6: Vimos nossas mães, irmãs e filhas ouvindo “nãos” pela vida, explícitos ou nas entrelinhas, quando quiseram ser o que quiseram.
	A2.7: <u>E</u> muitas não conseguiram.
CA#1.JOR	

Em 54, há claramente uma relação de extensão paratática do tipo adição aditiva positiva, uma vez que a estrutura A2.7 (“E muitas não conseguiram.”) é inserida para se somar à A.2.6 (o fato de as remetentes da carta afirmarem que viram suas “mães, irmãs e filhas” ouvirem “nãos” ao quererem ser o que desejavam).

Observa-se, com isso, que a segunda (A2.7) é acrescentada para reforçar a primeira (A2.6), e essa relação é estabelecida explicitamente pela conjunção e.

Dessa forma, é possível afirmar que a análise das cartas abertas de jornalistas evidenciou, entre argumentos e tese e entre os próprios argumentos (incluindo seus *aninhamentos* entre si), apenas ocorrências de relações lógico-semânticas de expansão. Esse dado revela que jornalistas destinatários das cartas preocupam-se com expandir a argumentação, dando sequência aos textos adicionando informações novas (extensão), apresentando as circunstâncias das informações apresentadas (intensificação) e dizendo com outras palavras (elaboração).

Em segundo lugar, é fundamental destacar que, entre tese e argumentos, prevaleceram relações de expansão intensificação do tipo causa: razão. Nesse sentido, observou-se que, na maioria das ocorrências, a tese foi adornada, circunstancializada pelos argumentos, os quais canalizaram para o posicionamento apresentado nela ou, em menor incidência, foram concluídos a partir da tese; houve, ainda, ocorrências em que os argumentos justificaram, motivaram a tese, sendo sua causa. Esse resultado é muito coerente quando se considera que os argumentos surgem para fundamentar o ponto de vista defendido.

Em terceiro lugar, por fim, constatou-se que, entre argumentos, houve um número expressivo de ocorrências de relações de extensão, seguidas de relações de intensificação. A considerável incidência de extensão revela que os jornalistas autores das cartas constroem a argumentação incorporando, ao longo dos textos, informações novas que se somam às anteriores, especialmente por adição aditiva e oposição. No que concerne à intensificação, os dados demonstram que, ao argumentar em defesa da tese, a preocupação dos autores foi empregar argumentos que são a circunstância de outros, situando o leitor, sobretudo, quanto a noções de causa e conclusão: um argumento é a justificativa do outro por ser sua motivação ou sua conclusão.

Foi menor, todavia, a incidência de elaboração, isso porque os autores não estão tão preocupados com se repetir, explicando minuciosamente, clarificando os argumentos apresentados. A partir dessa maior incidência de intensificação e extensão, portanto, é garantida a progressão da argumentação no texto.

Na próxima seção, é apresentada a descrição da análise das cartas abertas de membros da comunidade acadêmica.

5.2.2.2. *Cartas abertas de membros da comunidade acadêmica*

As cartas abertas analisadas nesta seção foram escritas, conforme já detalhado na Metodologia (Capítulo 4), por membros da comunidade acadêmica, a saber: comunidade universitária (servidores docentes, técnico-administrativos e discentes) da Universidade Federal da Paraíba; Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira, professor na Universidade Federal do Espírito Santo e Doutor em Análise do Discurso; alunos, ex-alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professores de direito da Universidade de Brasília; Hebe Mattos, professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

Esses textos apresentam teses e argumentos que as fundamentam. Quatro das cinco teses convergem para o seguinte: defesa da democracia, apoio a Dilma Rousseff, sobretudo no que diz respeito ao modo como conduziu a economia do Brasil, e defesa de medidas judiciais que não violem, durante o processo, os direitos da então presidente. Em apenas uma das cartas há um posicionamento favorável ao *impeachment*, na medida em que os autores criticam a “propagação irresponsável” do que denominam “retórica do golpe”.

Essas cartas abertas foram regididas entre 410 e 1.478 palavras, que foram dispostas entre cinco e dezesseis parágrafos. No que diz respeito à estrutura composicional, observou-se uma estrutura relativamente padronizada: contextualização (exceto em dois textos), tese, argumentos que a fundamentam, reiteração de tese (com exceção de um exemplar) e conclusão. Diferentemente das cartas anteriormente analisadas, apenas duas iniciam com vocativo, fazendo referência ao destinatário. Além disso, saudações e datas, que são opcionais, não são tão frequentes. Um dado relevante é que os títulos, em sua maioria (exceto em um dos textos), fazem referência aos remetentes e um deles faz referência ao remetente e ao destinatário.

É fundamental destacar que as cartas dos membros da comunidade acadêmica são menos complexas do que as dos jornalistas, pelo menor número de argumentos (entre três e sete, sendo que a maioria deles possui três argumentos) e

de relações lógico-semânticas que apresentam. Nesse sentido, observou-se que houve estruturas aninhadas nos argumentos, totalizando setenta (média de catorze por texto). Em situações como estas, constatou-se haver hierarquias de sentido as quais propiciam que estruturas aninhadas se articulem constituindo o “bloco de sentido”, ou seja, o argumento, ocorrendo, assim, *aninhamentos de argumentos*.

Considerando as relações lógico-semânticas, o total de ocorrências, ligando argumentos e tese e argumentos entre si, explícita e implicitamente, nessas cartas abertas, foi de cinquenta e cinco, dados inferiores àqueles constatados nas cartas de jornalistas. Nesse montante, novamente houve predomínio de expansão (cinquenta e quatro ocorrências: 98,18%) sobre projeção (uma). Com isso, mais uma vez fica evidente a intenção dos remetentes em expandir seus textos, por meio da extensão, da intensificação e da elaboração dos argumentos. Inclusive, na totalidade das cartas, constatou-se que houve vinte e três ocorrências de extensão (41,81%), vinte e uma de intensificação (38,18%) e dez de elaboração (18,18%), dados estes que revelam uma preocupação com garantir a progressão do texto, circunstancializando e adicionando informações novas às já apresentadas, mais do que com detalhar, reiterar, esclarecer aquilo que já foi dito.

Na articulação entre argumentos e tese (tendo em vista que houve retomada de tese), com exceção de uma ocorrência de expansão elaboração paratática por clarificação (11,11%) e uma de projeção locução paratática: citação (11,11%), sete foram de intensificação (77,77%), demonstrando que os argumentos foram apresentados consistindo nas circunstâncias que justificam a tese. Todas essas ocorrências de relação de intensificação entre tese e argumentos são do tipo causa: razão, havendo quatro hipotáticas e três paratáticas. A partir disso, verifica-se que os argumentos são elencados como a motivação para que se tenha adotado tal ponto de vista, como a justificativa, explicação para tal; como a conclusão que se obtém a partir dele, fundamentando, assim, a tese defendida; ou, então, a tese é concluída a partir dos argumentos, que confluem para sua apresentação, tendo em vista que há retomada da tese em alguns textos. O exemplo 55 demonstra esse tipo de relação.

Exemplo 55	
Tese	[...] externar sua posição sobre o processo de impedimento instaurado contra a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, ao tempo em que se compromete com a defesa da democracia, manifestando-se em favor do Estado Democrático de Direito e do cumprimento da Constituição Federal vigente.
A1	A1.1: [POIS] A lei nº 1.079/1950, que regulamenta o processo de impedimento do chefe do Poder Executivo impõe como requisito preliminar e inarredável a existência comprovada de crime de responsabilidade atribuível ao mandatário, cometido no curso do mandato atual. A1.2: [MAS] O processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em tramitação no Congresso Nacional, padece de um vício originário que o macula de forma definitiva: a falta do crime de responsabilidade, basilar à sua instauração e continuação [...].
CA#4.MCA	

Embora não tenha sido originalmente sinalizada por uma conjunção/expressão conjuntiva, existe, no exemplo 55, uma relação de intensificação hipotática de causa: razão entre a tese e os argumentos. A tese é o fato de que os remetentes (no caso, a comunidade universitária da Universidade Federal da Paraíba-UFPB) estão externando sua posição (contrária) em relação ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, e assim, na opinião deles, comprometendo-se com a defesa da democracia, manifestando-se favoravelmente ao Estado Democrático de Direito e ao cumprimento da Constituição Federal.

Para justificar, explicar esse ponto de vista (manifestar-se “favoravelmente ao Estado Democrático de Direito e ao cumprimento da Constituição Federal”), os autores da carta optam por apresentar a lei nº 1.079/1950 (que exige “requisito preliminar e inarredável a existência comprovada de crime de responsabilidade atribuível ao mandatário, cometido no curso do mandato atual”), a qual, na avaliação deles, não estaria sendo respeitada, pois não havia ocorrido crime de responsabilidade. Isso, então, fundamentaria sua posição exposta na tese. Assim, fica evidente que, conforme os remetentes da carta, o fato de o processo de *impeachment* não estar ocorrendo pelas razões e conforme previsto em lei é a explicação para a manifestação externalizada na carta aberta.

Entre argumentos (incluindo as estruturas aninhadas), considerando o total de quarenta e seis ocorrências, houve um número expressivo de relações lógico-semânticas do campo da extensão (vinte e três: 50%). Inclusive, essas manifestações de extensão são paratáticas e hipotáticas do tipo adição aditiva positiva (doze ocorrências) e de oposição (nove ocorrências), como também se constatou nas cartas de jornalistas. Esse resultado revela que, ao argumentar em defesa da tese, os autores preocupam-se com fazer progredir o texto por meio da inserção frequente de argumentos novos que se somam ou se opõem aos anteriores.

Foi expressivo também, ao longo da argumentação, o número de ocorrências de relações de intensificação (catorze: 30,43%). Nesse montante, novamente se verificou o predomínio das paratáticas e hipotáticas do tipo causa: razão, que apresentaram doze ocorrências. Esses dados revelam que, com frequência, um argumento acarreta em outro (a partir de uma noção de conclusão), sendo aquele o ponto de partida para este; ou, então, um argumento é a motivação, a causa do outro.

Houve, ainda, ao longo da argumentação, ocorrências de elaboração (nove – 19,56% - com maior incidência de elaboração paratática do tipo clarificação, com cinco), que não foram tão significativas se comparadas às de extensão e intensificação. Observa-se, com isso, que há uma pequena intenção de esclarecer, clarificar alguns argumentos, o que não é tão recorrente. O objetivo maior parece ser estender e intensificar os argumentos entre si. O exemplo 56 demonstra ocorrências de expansão por extensão.

Exemplo 56	
A5	A5.1: 5. Por meio do processo eleitoral, os cidadãos conferem poder aos governantes para que atuem em prol da sociedade, sem exceções.
	A5.2: [MAS] Essa atuação possui limites impostos pela Constituição
	A5.3: e, em hipótese alguma, o resultado auferido nas urnas pode servir de justificativa para abusos de poder e para utilização da coisa pública para interesses privados.
CA#2.MCA	

No exemplo supracitado, é feita referência ao processo eleitoral, por meio do qual é conferido poder aos governantes a fim de que ajam em benefício da sociedade (A5.1). É destacado que a Constituição impõe, entretanto, limites a essa atuação (A5.2) e que, “em hipótese alguma”, o resultado obtido nas eleições, “nas urnas”, justificará abusos de poder e a utilização de bens públicos em prol de interesses privados. Há, neste exemplo, duas relações lógico-semânticas contempladas pela extensão paratática do tipo adição: a aditiva positiva, sinalizada pelo conetivo e, entre A5.2 e A5.3, e de oposição, que não está explícita, mas é evidente entre A5.1 e A5.2.

Sendo assim, a partir dos dados obtidos com a análise das cartas abertas dos membros da comunidade acadêmica, constatou-se que houve, primeiramente, predomínio de relações de expansão sobre as de projeção, o que também ocorreu nas cartas de jornalistas, analisadas anteriormente. Esse resultado demonstra a preocupação dos autores com o desenvolvimento da argumentação nos textos, ao estender, elaborar e intensificar os argumentos/estruturas aninhadas que fundamentam a tese.

Na sequência, considerando as relações entre tese e argumentos, assim como nas cartas de jornalistas, predominaram relações de expansão intensificação do tipo causa: razão. A partir disso, compreende-se que, ao adotar sua tese e buscar sustentá-la, os autores, na maioria das vezes, elegem argumentos que são concluídos a partir desse ponto de vista ou que concorrem para a tese, que é concluída a partir deles. Há também situações em que os argumentos são a

motivação, a causa do ponto de vista apresentado. Esse resultado é bastante coerente, levando em conta que argumentos devem reforçar, justificar, sustentar a tese.

Por fim, no tocante às relações entre argumentos, assim como as cartas analisadas na seção anterior, aqui foram frequentes, se comparadas às demais categorias de expansão, as relações de extensão; neste sentido, predominaram relações de extensão do tipo adição: aditiva positiva e opositiva. A partir disso, observa-se que há uma considerável preocupação com estender a argumentação por meio da integração de argumentos novos (por soma ou por oposição aos anteriores) conforme o texto vai se desenvolvendo, o que garante a progressão da argumentação nas cartas.

Além disso, foram bastante significativas, entre argumentos, as ocorrências de intensificação, com predomínio, dentre as categorias de intensificação, das do tipo causa: razão, de forma que, predominantemente, uns argumentos resultam em outros, ou seja, comumente, a partir de um argumento, conclui-se outro, já que são frequentes relações de conclusão, contribuindo, assim, para a progressão da argumentação; existem também ocorrências em que um argumento/estrutura aninhada intensifica o outro/a outra por ser sua motivação, sua causa, sua explicação. Além disso, assim como nas cartas de jornalistas, dentre as relações de extensão, a menos manifestada foi a de elaboração. Entende-se, com isso, que não há tanta preocupação em explicar com detalhes as informações contidas nos argumentos, até mesmo pelo tema estar bastante em voga naquele momento e ser amplamente debatido, a preocupação maior é em estender e intensificar argumentos entre si.

5.2.2.3. Cartas abertas de “outros autores”

Nesta seção, desenvolve-se a análise das cartas abertas de um grupo variado de remetentes, conforme já destacado na Metodologia (Capítulo 4), a saber: a ex-Presidente Dilma Rousseff, o advogado Leonardo Isaac Yarochevsky, *Médicos pela Democracia*, artistas e profissionais das artes visuais e a atriz Letícia Sabatella. Essas cartas apresentam tese e argumentos que as fundamentam, e as teses

concorrem para o seguinte: posicionar-se contrariamente ao *impeachment* de Dilma Rousseff e a favor da democracia.

As cartas apresentam uma extensão bastante heterogênea, entre 201 e 1.314 palavras (números bastante discrepantes), que foram distribuídas entre três e trinta e quatro parágrafos. Esses textos apresentam estruturas composicionais e organização sequencial um pouco menos lineares do que aquelas escritas por jornalistas e membros da comunidade acadêmica: em todas as cartas de *outros autores* foram verificadas tese, argumentos e conclusão, bem como na maioria delas (exceto uma), houve reiteração de tese. Porém, houve texto em que ocorreu continuação de argumento e houve, inclusive, continuação de tese, o que não foi comum. Nem todas as cartas apresentaram título (mas houve título com referência a tema e remetente, destinatário e remetente e a destinatário apenas). Data, por ser um elemento opcional, apareceu somente em três cartas.

Os textos apresentaram ordenamento e organização um pouco mais variável do que as cartas já analisadas. Essa constatação, provavelmente, tem relação com a heterogeneidade de autores. Inclusive, o número de relações lógico-semânticas, comparando as cartas abertas de *outros autores* entre si, é também bastante discrepante, o que pode ser conferido no Quadro 15. Quanto à organização da argumentação, há igualmente a confirmação dessa heterogeneidade presente nas cartas, que possuem entre um e doze argumentos, todas com *aninhamentos*, assim como se verificou nas cartas abertas de jornalistas e membros da comunidade acadêmica. Nesse sentido, há texto com apenas duas estruturas aninhadas, bem como há texto com quarenta e sete: ao todo, são oitenta e duas estruturas aninhadas no interior dos argumentos.

No tocante às relações lógico-semânticas, que ligam argumentos e tese e argumentos entre si, foi identificado um total de sessenta e oito, explícitas e implícitas, sendo todas de expansão. Isso revela, assim como nas cartas de jornalistas e de membros da comunidade acadêmica, que os autores atentam, sobretudo, para o fato de que o texto se desenvolva, progrida, estendendo, intensificando e, às vezes, elaborando as informações. Nesse total, houve trinta e seis ocorrências de intensificação (52,94%), vinte de extensão (29,41%) e apenas doze de elaboração (17,64%).

Conforme constatado nas cartas de jornalistas, o predomínio, em termos gerais (tese e argumentos e argumentos/estruturas aninhadas entre si), foi de relações de expansão por intensificação, o que revela que um argumento aparece, frequentemente, para adornar, circunstanciar o outro ou a própria tese, situando o leitor em termos de causa ou propósito da informação apresentada, por exemplo.

Entre argumentos e tese (onze ocorrências), predominam relações de expansão por intensificação do tipo causa: razão, totalizando nove ocorrências (81,81%), sendo cinco hipotáticas e quatro paratáticas. É preciso levar em consideração que houve retomada e continuação de tese em alguns textos. Os dados revelam o que também foi percebido nas cartas anteriormente apresentadas: os argumentos funcionam como explicação, justificativa ou motivação, da tese, por um lado; ou, por outro, convergem para a conclusão evidenciada na tese, ou, ainda, são concluídos a partir dela. Cabe ressaltar novamente uma observação importante: geralmente quando há retomada da tese, esse ponto de vista relaciona-se por conclusão com os argumentos anteriores, que conduzem a ele. O exemplo 57 ilustra a relação predominante entre tese e argumentos.

Exemplo 57	
Tese	Venho me manifestar por nossa democracia, que ainda é muito jovem, imatura, neocoronelista e ainda sofre com um modelo de desenvolvimento bastante predatório. E nos deve muito em justiça social, às pessoas pobres, negras, aos pequenos agricultores, aos indígenas, à justiça socioambiental e à igualdade.
A1	A1.1: [POIS] Tenho sido franca ativista pelos Direitos Humanos antes e durante o seu mandato. [...]
CA#1.OA	

No exemplo 57, a tese (que propõe a defesa da democracia, “muito jovem, imatura, neocoronelista e ainda sofre com um modelo de desenvolvimento bastante predatório”, de modo que deve “muito em justiça social, às pessoas pobres, negras, aos pequenos agricultores, aos indígenas, à justiça socioambiental e à igualdade”) é justificada, primeiramente pelo A1, que engloba a estrutura aninhada A1.1, em função de a remetente/escritora da carta ser “franca ativista pelos Direitos Humanos antes e durante” o mandato de Dilma Rousseff. Ou seja, devido a isso,

está lutando pela democracia e pelos direitos concernentes a ela; o argumento explica o porquê de ela estar se manifestando naquele sentido. Embora não seja explicitada por uma conjunção ou expressão conjuntiva, existe, entre argumentos e tese, essa relação de intensificação hipotática de causa: razão.

Entre os argumentos, foram constatadas cinquenta e sete ocorrências: vinte e sete intensificações (47,36%), dezenove extensões (33,33%) e apenas onze elaborações (19,29%). O predomínio de relações de intensificação e de extensão é o mesmo resultado verificado nas cartas abertas de jornalistas. Com isso, compreende-se que, quando argumentam em defesa de sua tese, os remetentes destas cartas abertas optam primeiramente por argumentos que circunstanciam os já empregados, adornando-os com noções de causa:razão (causa, explicação e conclusão), com mais frequência, e propósito em algumas ocorrências. É mais frequente, neste caso, as relações paratáticas e hipotáticas de causa: razão, que obtiveram vinte e cinco ocorrências. Nesse sentido, como já evidenciado nas cartas de jornalistas, um argumento aparece como a justificativa do outro, sendo sua motivação ou sua conclusão.

Foi bastante relevante igualmente o número de relações de extensão, predominando, dentre elas, as que indicam extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (dez), seguidas das de oposição (nove), o que revela a intenção de inserir argumentos novos frequentemente, conforme a argumentação vai progredindo; argumentos estes que se somam aos já existentes por adição ou contraste, opondo-se à informação anterior. O fato de haver poucas ocorrências de elaboração (com predomínio das que expressam exposição e clarificação) corrobora essa preocupação com a progressão da argumentação, buscando intensificar ou estender, principalmente, no lugar de detalhar as mesmas informações/argumentos.

O exemplo 58, a seguir, demonstra uma ocorrência da relação que foi predominante entre argumentos das cartas analisadas nesta seção:

Exemplo 58	
A4	A4.1: Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A4.1.1: [POIS] A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.
A5	A5.1: <u>Por isso</u> , a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política.
CA#3.OA	

No exemplo 58, é explícita a relação de intensificação paratática do tipo causa: razão entre os argumentos A4 e A5. Isso se deve ao fato de em A4.1 ser defendida a realização de eleições diretas para a solução das crises política e econômica, já que a democracia é “o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social” (ou seja, a estrutura aninhada A4.1.1, que se articula implicitamente por intensificação hipotática de causa:razão à estrutura anterior). Com base nisso, conclui-se, portanto, o que consta no A5.1, ou seja, a importância de ser assumido um compromisso com o plebiscito e a reforma política. Essa relação é sinalizada por um item léxico-gramatical, a expressão conjuntiva *por isso*.

Sendo assim, a partir dos dados constatados com a análise das relações lógico-semânticas nas cartas desse conjunto heterogêneo de autores (ex-presidente, médicos, advogado e artistas), foi evidenciado, em primeiro lugar, que, entre tese e argumentos e entre argumentos (considerando seus aninhamentos), manifestaram-se relações de expansão. Esse dado expõe o que vem se confirmando em todas as cartas já analisadas: os autores estão mais atentos em expandir sua argumentação, desenvolvendo-a por extensão (adicionando informações novas), elaboração (dizendo de outra maneira) e intensificação (circunstancializando), do que em projetar vozes/pensamentos que corroborem o que estão defendendo (por testemunho de autoridade ou contra-argumentação).

Em segundo lugar, entre argumentos e tese, as ocorrências predominantes foram de relações de expansão intensificação paratática e hipotática do tipo causa: razão. Com isso, fica evidente que, na maioria das vezes, os autores optam por

coerentemente argumentar justificando a tese, isto é, elencando argumentos que são a motivação do ponto de vista adotado.

Em terceiro lugar, entre os argumentos, predominaram relações de intensificação seguidas de relações de extensão. Nesse sentido, entende-se que os autores escolhem expandir a argumentação adornando argumentos entre si, por meio de circunstâncias, sobretudo as de causa:razão, de forma que um argumento fundamenta o outro, sendo sua justificativa, razão ou conclusão. A expressiva incidência de extensão (principalmente de aditivas positivas) revela que, além disso, os autores preocupam-se com incorporar informações novas conforme o texto progride, deixando pouco espaço para elaborar (clarificar, detalhar, repetir) informações já existentes, levando em conta que, dentre as relações de expansão, as menos frequentes foram as de elaboração. Na sequência, há a descrição da análise de uma carta aberta.

5.2.2.4 Carta aberta: um exemplo de análise

Nesta seção, apresenta-se, a título de exemplificação, a descrição da análise da carta aberta escrita pelo Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira, conforme sistemazada a seguir.

<p>Contextualização: A esse momento dos acontecimentos, vocês já devem saber que nossa Constituição de 1988 prevê impeachment no caso de crime de responsabilidade.</p>
<p>Tese: Portanto, se vocês são favoráveis ao impeachment porque a presidenta não sabe conduzir a economia do país, vocês estão cometendo um grave erro.</p>
<p>➤ Tese x A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão</p>
<p>A1: A1.1: [JÁ QUE] Os fins não justificam os meios. A não ser para aqueles que são maquiavélicos. A1.2: [ENTÃO] Não podemos, em nome de uma finalidade justa (melhorar a economia), utilizar meios injustos, ilegais, antiéticos (impeachment sem crime). A1.2.1: [POIS] Quem pensa e age assim é tão desonesto quanto os corruptos que alega combater.</p>
<p>➤ A1.1 x A1.2: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão ➤ A1.2 x A1.2.1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão ➤ A1 + A2: Expansão extensão hipotática do tipo adição por oposição</p>

A2: Por outro lado, se vocês defendem o impeachment porque compreendem que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade, então convido-os(as), após a votação do impeachment, a continuarem mobilizados em novas manifestações de rua exigindo a deposição de todos os 16 governadores de estado que também cometeram pedaladas fiscais.

➤ A2 + A3: Expansão extensão paratática do tipo adição aditiva positiva

A3: [E] Numa terceira hipótese, se vocês defendem o impeachment porque compreendem que a presidenta Dilma se beneficiou do esquema de corrupção na Petrobrás, por receber doações de empreiteiras para sua campanha eleitoral de 2014, convido-os(as) a continuarem mobilizados em novas manifestações de rua exigindo a deposição de todos os políticos (deputados, senadores, governadores) que receberam doações das mesmas empresas que fizeram doações à campanha da chapa Dilma-Temer.

➤ A3 x RT: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão

Reiteração da tese: [PORTANTO] Em todos os casos acima, meu apelo é para que vocês mantenham a coerência e ética entre seus discursos e suas práticas. Embora eu entenda as razões de vocês (melhorar a economia, combater a corrupção), continuo com a minha posição de que o impeachment será um golpe à democracia e à Constituição, caso a justificativa não seja um crime de responsabilidade da presidenta.

Conclusão: Mas, independente do resultado de domingo, espero que vocês não abandonem a luta contra a corrupção, sejam quais forem os partidos envolvidos. E a única forma de persistir nessa luta, é manter, ampliar e intensificar ainda mais os protestos, para que os outros políticos também paguem pelos seus erros. Se o impeachment ocorrer e as manifestações « contra a corrupção » acabarem, teremos presenciado uma imensa farsa. Será uma enorme decepção, uma derrota da ética e a maior vitória da hipocrisia em todos os tempos. [...]

A carta aberta apresenta, em sua estrutura composicional, contextualização, que situa o leitor a respeito do tema em discussão no texto, tese, argumentos, reiteração de tese e conclusão. A tese (“Portanto, se vocês são favoráveis ao impeachment porque a presidenta não sabe conduzir a economia do país, vocês estão cometendo um grave erro”) é fundamentada por três argumentos principais, de forma que o A1 é constituído de estruturas aninhadas em seu interior.

Articulando-se por intensificação hipotática do tipo causa: razão à tese, explicando-a, está o A1, iniciado pela estrutura A1.1 (Já que “Os fins não justificam os meios. A não ser para aqueles que são maquiavélicos”), logo, conclui-se a estrutura A1.2: não se pode, em função de uma finalidade justa, fazer-se uso de “meios injustos, ilegais, antiéticos (impeachment sem crime)”, ocasionando uma

relação de intensificação paratática do tipo causa: razão. Na sequência, há a estrutura aninhada A1.2.1 (quem pensa e age assim é desonesto tanto quanto “os corruptos que alega combater”), que se une ao A1.2 por intensificação hipotática do tipo causa: razão. Em A1, verificam-se, portanto, *aninhamentos* de argumentos.

Relacionado por extensão hipotática do tipo adição por oposição ao A1, na sequência é apresentado o A2 (“Por outro lado, se vocês defendem o impeachment porque compreendem que as pedaladas fiscais constituem crime de responsabilidade, então convido-os(as) [...]”), e, adicionado a ele, o A3 (Numa terceira hipótese, se vocês defendem o impeachment porque compreendem que a presidenta Dilma se beneficiou do esquema de corrupção na Petrobrás [...]). Logo depois, há a reiteração da tese, que é concluída a partir da argumentação, evidenciando uma relação de intensificação paratática do tipo causa: razão e, por fim, a conclusão.

Na próxima seção, há a descrição dos resultados obtidos nos editoriais.

5.2.3. Editoriais

Nesta seção, desenvolve-se a análise das relações lógico-semânticas na argumentação dos editoriais, os quais, conforme previamente abordado, consistem em gêneros argumentativos que representam a “voz” da instituição, ou seja, do veículo de comunicação que o publica, neste estudo, em particular, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*. Antes disso, contudo, apresenta-se o Quadro 16, que sistematiza os dados identificados nos editoriais analisados.

Quadro 16 - Resultados dos editoriais

(continua)

	Editoriais	Relações lógico-semânticas (tese-argumentos) e ocorrências	Relações lógico-semânticas (argumentos) e ocorrências	Total de ocorrências (por veículo)
E S T A D O	E#1	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição oposição (1) 	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição oposição (3) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (2) - elaboração paratática por exemplificação (2) - intensificação hipotática do tipo causa: resultado (1) 	

		Total: 3 (2 intensificações e 1 extensão)	Total: 8 (5 extensões, 2 elaborações e 1 intensificação)	<u>57</u> 25 extensões, 21 intensificações e 11 elaborações.
E#2	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) Total: 1 intensificação	- extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) -elaboração paratática por exposição (1) Total: 9 (4 extensões, 4 intensificações, 1 elaboração)		
E#3	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo modo: meio (1) Total: 2 intensificações	- extensão paratática do tipo adição por oposição (4) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação hipotática do tipo modo: meio (1) Total: 9 (6 extensões, 3 intensificações)		
E#4	- intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 1 intensificação	- elaboração paratática do tipo clarificação (5) - extensão paratática do tipo adição por oposição (3) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) Total: 13 (5 elaborações, 5 extensões e 3 intensificações)		
E#5	- extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 2 (1 intensificação e 1 extensão)	- elaboração paratática por clarificação (2) - elaboração paratática por exemplificação (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1)		

			<ul style="list-style-type: none"> - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) <p>Total: 9 (3 elaborações e 3 intensificações e 3 extensões)</p>	
Total		9 (7 intensificações e 2 extensões)	48 (23 extensões, 14 intensificações e 11 elaborações)	
O G L O B O	E#1	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração paratática por clarificação (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 2 (1 elaboração e 1 intensificação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática por adição do tipo aditiva positiva (1) - extensão hipotática por adição do tipo aditiva positiva (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) - elaboração paratática por exemplificação (1) <p>Total: 4 (2 extensões, 1 intensificação e 1 elaboração)</p>	53 22 extensões 17 intensificações e 14 elaborações.
	E#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (3) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (2) - extensão hipotática por adição aditiva (2) - extensão paratática por adição aditiva positiva (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - elaboração paratática do tipo exposição (1) <p>Total: 12 (5 extensões, 4 intensificações e 3 elaborações)</p>	
	E#3	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática por adição aditiva positiva (4) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - elaboração paratática por exposição (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 9 (5 extensões, 3 elaborações e 1 intensificação)</p>	
	E#4	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) 	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática por adição aditiva positiva (2) - extensão paratática do tipo 	

		<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) <p>Total: 3 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> adição por oposição (1) - extensão hipotática do tipo variação substitutiva (1) - elaboração paratática por exposição (2) - elaboração hipotática do tipo descrição (1) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (2) <p>Total: 9 (4 extensões, 3 elaborações e 2 intensificações)</p>	
	E#5	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação paratática do tipo causa: razão (2) <p>Total: 2 intensificações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (2) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) - extensão hipotática do tipo adição aditiva negativa (1) - elaboração paratática do tipo clarificação (2) - elaboração paratática por exposição (1) - intensificação hipotática do tipo causa:razão (1) <p>Total: 10 (6 extensões, 3 elaborações e 1 intensificação)</p>	
Total		9 (8 intensificações e 1 elaboração)	44 (22 extensões, 13 elaborações e 9 intensificações)	
Z E R O	E#1	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 1 intensificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - extensão hipotática do tipo adição aditiva positiva (1) <p>Total: 2 extensões</p>	23 11 extensões 8 intensificações e 4 elaborações.
	E#2	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) <p>Total: 2 (1 intensificação e 1 extensão)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição por oposição (1) - extensão hipotática do tipo adição por oposição (1) - extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (2) - elaboração paratática do tipo exposição (2) - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) <p>Total: 7 (4 extensões, 2 elaborações e 1 intensificação)</p>	
	E#3	<ul style="list-style-type: none"> - intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) 	<ul style="list-style-type: none"> - extensão paratática do tipo adição aditiva (1) - elaboração paratática do tipo 	

H O R A		- extensão paratática do tipo adição por oposição (1) Total: 2 (1 intensificação e 1 extensão)	exemplificação (1) Total: 2 (1 extensão e 1 elaboração)	
	E#4	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 2 intensificações	- extensão paratática do tipo adição por oposição (1) Total: 1 extensão	
	E#5	- intensificação hipotática do tipo causa: razão (1) - intensificação paratática do tipo causa: razão (1) Total: 2 intensificações	- extensão paratática do tipo adição aditiva positiva (1) - elaboração paratática do tipo exemplificação (1) Total: 2 (1 extensão e 1 elaboração)	
Total		9 (7 intensificações e 2 extensões)	14 (9 extensões, 4 elaborações e 1 intensificação)	

Fonte: elaborado pela autora

A seguir, são apresentadas as análises descritivas dos resultados obtidos nos editoriais.

5.2.3.1. Editoriais do O Estado de S. Paulo

Nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi possível a identificação de tese e argumentos. As teses de cada um dos cinco textos convergem para o seguintes posicionamentos: apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff e crítica à suposta falta de veracidade, durante o processo, por parte dos defensores da então presidente.

Esses editoriais se organizam entre 640 e 718 palavras, distribuídas entre oito e nove parágrafos. Quanto à estrutura composicional, todos os textos apresentam, além do título, tese, argumentos, como já mencionado, e conclusão; em três deles, há reiteração de tese. É comum também apresentarem uma contextualização acerca do tema abordado e, em três editoriais, foi possível a identificação de uma espécie de *lead*, que resume o assunto em questão. Cabe destacar que os editoriais deste

veículo contemplam características que Alves Filho (2006) identificou no gênero. Exemplos disso são a impessoalização (já que os textos são escritos em terceira pessoa), a ausência de assinatura e de elementos biografizantes (já que não há assinatura, marcas do “eu” e da vida do editorialista) e o emprego da variedade padrão da língua (tendo em vista que, nos textos, há o emprego da norma culta padrão).

No que diz respeito à organização sequencial da argumentação, os editoriais do *Estadão* apresentam entre dois e quatro argumentos. Verificou-se, assim como ocorreu nos artigos de opinião e nas cartas abertas, o processo de *aninhamento*, já que os argumentos são compostos por estruturas aninhadas que se articulam (muitas vezes ligadas por relações lógico-semânticas) constituindo o todo de sentido. Foram constatadas sessenta e três estruturas aninhadas, uma média de treze por editorial. Devido ao número de argumentos e de relações lógico-semânticas (as quais totalizam cinquenta e sete), os editoriais do *Estadão* são os mais complexos, se comparados aos dos outros dois veículos: *O Globo* e *Zero Hora*.

Quanto às relações lógico-semânticas entre argumentos e tese e entre argumentos entre si, todas são de expansão. Esse dado já adianta ao leitor que, nesses editoriais, o autor busca, antes de tudo, expandir sua argumentação, elaborando (às vezes), intensificando e estendendo as ideias defendidas.

Nessa lógica, houve o predomínio, então, de relações de extensão (vinte e cinco ocorrências: 43,85%) e intensificação (vinte e uma: 36,84%), ou seja, há pouca diferença em termos de incidência entre as duas categorias de relações lógico-semânticas. Houve também evidências de elaboração (onze: 19,23%), que revelam a intenção de clarificar, detalhar, exemplificar informações ao leitor, mas foram poucas, se comparadas às demais. Cabe destacar aqui, indo ao encontro desse dado, que o leitor do *Estadão* é entendedor de economia e política (MUNDIM, 2013), por isso, provavelmente, não há tanta necessidade de esmiuçar as informações. Com isso, fica evidente que, além de se preocupar com estender, desenvolver sua argumentação, a partir da inserção de informações novas, o editorialista visa a mostrar ao leitor as circunstâncias em que os fatos/opiniões apresentados ocorrem.

No tocante às relações entre argumentos e tese, especificamente, apurou-se que há, mesmo que implícitas em alguns casos, relações de expansão intensificação em todos editoriais. Tendo em vista que houve reiteração de tese em alguns textos,

foram verificadas nove ocorrências ligando tese e argumentos e, nesse total, sete eram de intensificação (77,77%), com predomínio de paratáticas e hipotáticas do tipo causa:razão (três de cada).

A partir disso, depreende-se que, predominantemente, os argumentos surgem como explicação para o posicionamento defendido, são concluídos a partir da tese ou, então, a tese é concluída a partir dos argumentos apresentados, que, juntos, convergem para o ponto de vista. Essas ocorrências são pertinentes na medida em que os argumentos aparecem para justificar, fundamentar a tese defendida.

Há, conforme já mencionado, textos em que ocorre a retomada da tese; acredita-se que este recurso seja utilizado pelo editorialista para reiterar, reforçar, fortalecer seu ponto de vista. O exemplo 59, a seguir, apresenta um exemplo da relação de intensificação paratática do tipo causa-razão articulando argumentos e tese.

Exemplo 59	
Tese	O julgamento da presidente Dilma Rousseff já não tem a menor importância, em si, para os petistas que a defendem no Senado. Por se tratar de um processo essencialmente político, as favas já estão para lá de contadas.
A1	A1.1: <u>Portanto</u> , os senadores do PT estão ali com o único objetivo de encenar a “paixão de Dilma”: [...].
E#4.EST	

No exemplo 59, o A1 e a tese articulam-se por uma relação de intensificação paratática do tipo causa: razão. Esse resultado é evidente não só pelo fato de ter sido empregada a conjunção “portanto” para ligar ambos, mas também em função de o A1 ser concluído a partir do posicionamento explicitado anteriormente. Ou seja: na opinião do jornal, o julgamento de Dilma Rousseff, naquele momento, já não tinha importância aos petistas que a defendiam, “as favas já estão para lá de contadas”, já que era um processo político; a partir disso, concluiu-se, por conseguinte, que os senadores do PT (partido da ex-presidente) estavam ali para encenação, para passar dramatizar a situação apenas.

Particularmente entre os argumentos (considerando as estruturas aninhadas em seu interior), das quarenta e oito ocorrências, vinte e três (47,91%) foram de expansão por extensão (com predomínio, dentre as categorias da extensão, de adição paratática e hipotática aditiva positiva e opositiva, com dez e treze ocorrências, respectivamente). Na sequência, houve relações de expansão por intensificação, com catorze ocorrências (29,16%) prevalecendo, dentre suas categorias, as de causa: razão paratáticas e hipotáticas (totalizando treze ocorrências), articulando argumentos de forma que uns expandem os outros por serem concluídos ou por serem motivados, justificados a partir do(s) anterior(es). Com menor incidência, houve, ainda, manifestações de elaboração, as quais totalizaram onze ocorrências (22,91%), com predomínio, dentre suas relações, das de clarificação (sete ocorrências). Partindo do que foi predominante no *corpus*, o exemplo 60 apresenta uma ocorrência de expansão extensão entre argumentos.

Exemplo 60	
A2	A2.1: Existe ainda a possibilidade de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) venha a cassar a chapa petista que venceu a eleição presidencial de 2014, por fraude eleitoral.
	A2.2: <u>Mas</u> esse processo em curso no TSE tende a arrastar-se por meses, não se excluindo a hipótese de que só chegue a um desfecho dentro de ano ou ano e meio – e isso seria intolerável.
E#1.Est.	

No exemplo 60, as estruturas aninhadas A2.1 e A2.2 são explicitamente unidas por uma relação de extensão paratática do tipo adição opositiva. Essa relação se estabelece já que existia a possibilidade de que o TSE cassasse a chapa petista por fraude eleitoral (A2.1), porém esse processo tinha tendência a se arrastar por um longo período (A2.2). A extensão paratática do tipo adição opositiva é sinalizada pela conjunção *mas*.

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar, por conseguinte, que, nos editoriais do jornal *Estado de S. Paulo*, houve, entre argumentos e tese, o predomínio de relações de expansão intensificação do tipo causa: razão, o que se justifica pelo fato de os argumentos apresentarem-se como motivação, explicação

ou conclusão do posicionamento defendido ou, então, convergindo para a apresentação desse posicionamento, que se conclui a partir dos argumentos previamente apresentados, fundamentando, igualmente, a tese.

Entre os argumentos, houve considerável incidência de ocorrências de extensão do tipo adição aditiva positiva e opositiva, sinalizando que, mesmo que o editorialista se preocupe, em certa medida, com elaborar (clarificar, exemplificar, detalhar o que é defendido) e intensificar (circunstanciar as informações), o foco está em estender, desenvolver os textos, adicionando argumentos novos à medida que se dá a progressão da argumentação.

Na próxima seção, há a descrição da análise dos editoriais do jornal *O Globo*.

5.2.3.2. Editoriais do *O Globo*

Os editoriais do jornal *O Globo* apresentam tese e argumentos, de maneira que as teses concorrem para os seguintes posicionamentos: o *impeachment* não é um golpe, e as tentativas de defesa de Dilma Rousseff são inconsistentes.

Os textos organizam-se entre 450 e 559 palavras, distribuídas entre oito e doze parágrafos, os quais são constituídos de uma argumentação complexa (embora menos do que a dos editoriais do *Estadão*), mas padronizada. Os editoriais do jornal *O Globo* possuem entre três e cinco argumentos e apresentam o processo de *aninhamento*, considerando que há estruturas aninhadas no interior de grande parte desses argumentos, convergindo para sua constituição (total de cinquenta e cinco, média de onze por texto).

Quanto à estrutura composicional, todos os editoriais apresentam (o que também ocorreu em alguns textos do *Estadão*) um *lead* no início, que é uma espécie de comentário a respeito do assunto abordado no editorial, contextualização, tese (em dois textos, ela vem após o início da argumentação), argumentos que a embasam e conclusão. Não é tão frequente (havendo apenas uma ocorrência) a reiteração de tese nos editoriais do *O Globo*. Foi possível também a identificação de elementos comuns à estrutura do editorial, conforme esclareceu Alves Filho (2006), como é o caso, por exemplo, da impessoalização, ausência de assinatura e de elementos biografizantes e emprego da variedade padrão.

No âmbito das relações lógico-semânticas, que são o alvo deste estudo, foi possível identificar uma ampla incidência, sendo elas determinantes para a articulação e sequência dos argumentos nos editoriais. Ao todo, verificaram-se cinquenta e três ocorrências de relações explícitas (sinalizadas por conjunções/expressões conjuntivas) e implícitas (depreendidas pelo contexto) articulando argumentos e tese e argumentos entre si.

Nesse montante, todas são de expansão. Isso evidencia, assim como ocorre nos editoriais do *Estadão*, que o editorialista do jornal *O Globo* procura organizar sequencialmente sua argumentação optando por expandir (estendendo, elaborando e intensificando) seu discurso, ou seja, é menor a preocupação com projetar vozes que corroborem o que é defendido.

Enfatizando os dados obtidos nos editoriais do jornal *O Globo*, das cinquenta e três ocorrências de expansão, vinte e duas são de extensão (41,5%), dezessete de intensificação (32,07%) e catorze de elaboração (26,41%). Com isso, percebe-se que o autor também busca circunstanciar as ideias que apresenta, especialmente procurando justificar o que expressa; isso se comprova pelas ocorrências de intensificação do tipo causa: razão, que são frequentes.

Além disso, identifica-se uma certa preocupação do editorialista ao elaborar alguns argumentos, o que revela solidariedade com o leitor, na medida em que, em algumas situações, há sobretudo elaboração por clarificação, cujo intuito é tornar clara, esclarecida uma informação anterior. Contudo, fica evidente que, considerando as três categorias de expansão, é frequente o editorialista dar sequência à sua argumentação a partir da inserção de informações novas, que são adicionadas (por soma, sobretudo), estendendo as anteriores, conforme a progressão do texto.

Nesse sentido, entre argumentos e tese, haja vista que houve reiteração de tese, das nove ocorrências, oito são de relações de expansão por intensificação causa:razão (88,88%), de forma que cinco são paratáticas e três, hipotáticas. Esses tipos de relação são coerentes, já que, nos editoriais em questão, os argumentos não só surgem como motivação para a tese, mas também a tese é concluída a partir deles ou são concluídos a partir dela. Assim, pode-se afirmar que os argumentos justificam a tese por serem a causa desse posicionamento, por serem concluídos a

partir dela ou por convergirem para esse ponto de vista. O exemplo a seguir ilustra uma ocorrência de relação entre tese e argumentos nos editoriais do jornal *O Globo*.

Exemplo 61	
Tese	A tese permanente do “golpe” é agora reforçada pela tentativa de manipulação da decisão do Supremo de afastar o deputado Eduardo Cunha do mandato e, portanto, da presidência da Câmara.
A	<p>A.1: A1.1: [POIS] O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, desde o início decidido a recorrer ao menor pretexto contra o impedimento — é direito seu —, logo afirmou que iria pedir a anulação de todo o processo pelo “desvio de poder” do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao acolher o pedido contra a presidente. [...]</p> <p>A.2: [E] A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) tentou suspender a sessão de ontem para que fosse esclarecida a questão.</p> <p>A.3: [E] Na mesma tecla bateu o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). [...]</p>
E#3.GLO	

No exemplo 61, embora não seja sinalizada explicitamente por uma conjunção, é possível depreender que há uma relação de expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão entre a tese e os argumentos. Isso se verifica, pois a tese - o fato de o discurso de que há um golpe passar a ser reforçado pela tentativa de manipular o Supremo Tribunal Federal a fim de afastar de sua função o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (claramente favorável ao *impeachment*) – é intensificada por, ao menos, três argumentos que corroboram essa tentativa, sinalizados pelas ações, respectivamente, (A1) do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, (A2) da senadora Gleisi Hoffmann e (A3) do senador Lindbergh Farias. Esses três argumentos, fundamentam, então, o posicionamento, isto é, eles aparecem para justificar que houve, na opinião do jornal, as tentativas de manipulação por parte dos aliados de Dilma Rousseff.

Entre os argumentos (levando em conta também os *aninhamentos*), constataram-se as outras quarenta e quatro ocorrências: vinte e duas extensões (50%), treze elaborações (29,54%) e nove intensificações (20,45%). Ou seja,

observa-se que a primeira intenção do editorialista é estender seu discurso (somando ou contrastando ideias umas às outras, já que predominam extensões paratáticas e hipotáticas de adição aditivas positivas, com catorze ocorrências, e opositivas, com seis), à medida que se dá a progressão do texto. Percebe-se também certa preocupação com esclarecer alguns argumentos, bem como intensificá-los, mas a extensão é mais recorrente se comparada às demais categorias.

A seguir, o Exemplo 62 elucida essas ocorrências de expansão por extensão, tão frequentes entre argumentos dos editoriais.

Exemplo 62	
	A4.1: Mas é inútil.
A4	A4.1.1: Ora, [PORQUE] Eduardo Cunha aceitou o pedido de impeachment na função plena de presidente da Câmara.
	A.4.1.2: <u>E</u> não teve qualquer interferência na obediência a um rito definido não por ele, mas pelo próprio Supremo, o garantidor da tramitação do pedido de impedimento da presidente no Congresso. [...]
E#3.GLO	

No exemplo 62, é apresentado o argumento A4, que é empregado para reforçar a ideia de que houve tentativa de manipular o STF a afastar o deputado Eduardo Cunha do seu mandato e, assim, da presidência da Câmara dos Deputados. Essa iniciativa, na opinião do jornal, contudo, é em vão (A4.1), já que o pedido foi aceito quando Eduardo Cunha ocupava plenamente sua função (A4.1.1) e, adicionado a isso, o deputado não teria interferido no rito definido pelo Supremo Tribunal Federal, a quem deve obediência (A4.1.2). Essas duas últimas estruturas aninhadas estão, então, relacionadas por extensão adição paratática aditiva positiva, sinalizada pela conjunção *e*.

Sendo assim, os dados obtidos nos editoriais do jornal *O Globo* apontam para o predomínio de relações de expansão, revelando que, mais do que projetar vozes, o editorialista prefere expandir seu discurso, estendendo, elaborando ou intensificando-o. Há, nessa perspectiva, a preocupação de estender as ideias (por

adição aditiva ou opositiva, principalmente), inserindo informações novas à medida que o texto se desenvolve, o que é nítido entre os argumentos; essa tendência é seguida da intensificação e da elaboração de uns argumentos em relação a outros.

Já entre argumentos e tese, há, por outro lado, a intenção de expandir intensificando as ideias (sobretudo a tese), por meio de relações de causa: razão, que se manifestam pelo fato de os argumentos serem a causa/explicação do posicionamento (tese), por serem concluídos a partir dele, ou, ainda, convergirem para que se conclua esse ponto de vista.

Na sequência há a descrição da análise dos editoriais do jornal *Zero Hora*.

5.2.3.3. Editoriais do Zero Hora

Em todos os editoriais do jornal *Zero Hora*, verificou-se a existência de tese e argumentos, inclusive, as teses dos textos analisados sinalizam, principalmente, preocupação com a transparência do rito de *impeachment* e com o futuro do país após a conclusão desse processo.

No que concerne à organização dos editoriais, os textos são de curta extensão (entre 226 e 472 palavras, distribuídas entre três e cinco parágrafos), se comparados aos do *Estadão* e do *O Globo*. Corrobora esse dado também o fato de que os textos constituem-se de parágrafos curtos, o que revela uma linguagem clara e mais objetiva.

Quanto à estrutura composicional, os editoriais do jornal *Zero Hora* organizam-se em contextualização, tese, argumentos, reiteração da tese (exceto em um dos textos) e conclusão. Em um dos editoriais, é possível a identificação de continuação de um argumento, o que ocorre quando um argumento tem início, é intercalado por outro e tem continuidade ao longo do texto. Não houve *lead*, identificado nos editoriais do *Estadão* e do *O Globo*, mas, assim como nos textos desses veículos, foram percebidas características típicas da estrutura dos editoriais, como impessoalização, variedade padrão da língua e ausência de assinatura e de elementos biografizantes (ALVES FILHO, 2006).

Em relação à organização sequencial da argumentação, os editoriais do *Zero Hora* são os menos complexos, ainda que apresentem *aninhamentos de argumentos*. Isso se deve ao fato de apresentarem um menor número de

argumentos (havendo um por texto, exceto em um dos editoriais em que há dois argumentos) e de estruturas aninhadas a eles (total de vinte e um, média de quatro por texto) e de relações lógico-semânticas, as quais somam, entre tese e argumentos e argumentos entre si, vinte e três.

Novamente, essas relações foram percebidas não só explícita, como também implicitamente, já que nem sempre há uma conjunção/expressão conjuntiva que a expresse materialmente, mas há a relação de sentido entre as partes. Essas relações são todas de expansão. Com isso, fica evidente que a preocupação do editorialista não é com expor vozes externas (projeção) para corroborar seu posicionamento ou para contra-argumentar, por exemplo, mas sim com expandir seu discurso, bastando fazê-lo por meio de sua própria voz.

Verificaram-se, portanto, no âmbito da expansão, onze ocorrências de extensão (47,82%), oito de intensificação (34,78%) e quatro de elaboração (17,39%). Dessa totalidade, observou-se que, entre argumentos e tese (nove ocorrências, considerando que só não há retomada de tese em um dos editoriais), as relações foram a maioria de expansão por intensificação (sete: 77,77%), havendo o predomínio (cinco ocorrências) da relação de intensificação hipotática do tipo causa: razão. Esse resultado é plausível, uma vez que os argumentos aparecem como justificativa para a tese. Exemplo desse tipo de intensificação é o exemplo 63.

Exemplo 63	
Tese	Por isso, é preciso que tanto integrantes do governo provisório, interessados em referendar a decisão pró-impeachment, quanto senadores indecisos firmem de imediato um compromisso com a transparência, rejeitando qualquer possibilidade de barganha. Uma decisão dessa importância para o futuro do país precisa ser tomada com base em convicções, não na perspectiva de favores.
A1	A1.1: [POIS] Por mais que sobrem negativas por parte do Executivo e o do Congresso, alguns movimentos já registrados até agora confirmam a possibilidade de que os esforços de convencimento de senadores indecisos deem margem a um verdadeiro balcão de negociações.
E#3.ZH	

Conforme pode ser constatado no exemplo 63, a tese (necessidade de que integrantes do governo provisório e senadores indecisos se comprometam com a

transparência “rejeitando qualquer possibilidade de barganha” considerando que “uma decisão dessa importância para o futuro do país precisa ser tomada com base em convicções, não na perspectiva de favores”) é justificada pelo A1, já que, segundo o editorialista, ainda “que sobrem negativas por parte do Executivo e o do Congresso”, há movimentos que confirmam esforços para convencer senadores indecisos, possibilitando “um verdadeiro balcão de negociações”. Assim, o A1 fundamenta o ponto de vista defendido, a necessidade desse compromisso (tese) por parte das autoridades, relação que ocorre por intensificação hipotática do tipo causa: razão.

Entre argumentos/estruturas aninhadas, foi possível identificar relações de extensão, intensificação e elaboração, as quais contabilizaram catorze ocorrências. Foi expressivo o número de ocorrências de relações de extensão paratática e hipotática por adição (nove: 64,28%), sendo cinco do tipo aditiva positiva e quatro do tipo opositiva.

Essas ocorrências são seguidas das de elaboração, contabilizando quatro (28,57%): duas por exemplificação e duas por exposição; há ainda a intensificação (hipotática do tipo causa: razão), mas com apenas uma ocorrência. Percebe-se, com isso, que, ao argumentar em defesa da tese, o editorialista busca menos intensificar seus argumentos do que esclarecê-los, exemplificá-los. Porém, seu principal objetivo parece ser estender a argumentação, a partir da inserção frequente de informações novas, garantindo, assim, a sequência e a progressão da argumentação dos textos, como no exemplo 64.

Exemplo 64	
Tese	O país espera de seus homens públicos bem mais do que o espetáculo de confrontação ideológica que se desenha a partir da convocação de figuras ilustres da esquerda para acompanhar a presidente e da reunião prévia de grupos de senadores que fazem oposição ao PT, para combinar a estratégia de ataque.
A1	A1.1: [POIS] Talvez pareça ingenuidade esperar um debate responsável de políticos que parecem se importar apenas com seus próprios interesses pessoais e partidários, A1.2: <u>mas</u> esse processo de impeachment já vem causando demasiado sofrimento ao país.
	E#4.ZH

No exemplo 64, o argumento A1 constitui-se de duas estruturas que se aninham, ou seja, o fato de talvez parecer ingenuidade esperar um debate responsável dos políticos em questão (A1.1) segue-se da opinião de que o processo de *impeachment* já tem causado grande sofrimento ao país (A1.2), que vem a estender o A1.1 por oposição. Essas duas ideias são articuladas por uma relação de expansão extensão paratática do tipo adição por oposição - uma das que predominam nos editoriais -, sinalizada léxico-gramaticalmente pela conjunção *mas*.

Com base no exposto, é possível afirmar, portanto, que, nos editoriais do jornal *Zero Hora* analisados, é perceptível a intenção do autor em desenvolver sequencialmente o texto (a partir do emprego de relações de expansão), não sendo crucial a ele o emprego da projeção, que pode, por exemplo, inserir vozes externas nos textos, a fim de reforçar seu posicionamento ou para contra-argumentar.

Ademais, verificaram-se entre argumentos e tese principalmente relações de intensificação, com predomínio das de causa: razão, tendo em vista que os argumentos são inseridos com a função de justificar o porquê de se defender aquele ponto de vista ou de convergir para que se conclua a tese defendida. Além disso, entre os argumentos, houve predomínio da expansão por extensão, configurando o objetivo do editorialista que, apesar de elaborar o que argumenta, detalhando as informações apresentadas, exemplificando, esclarecendo-as, e intensificando, por meio de circunstancialização, visa a, sobretudo, estender sua argumentação. Com isso, parece não se deter muito em explicações pormenorizadas, o que provavelmente se deve ao fato de o jornal julgar seu leitor conhecedor dos fatos debatidos, não sendo primordial detalhar tanto as informações.

5.2.3.4 Editorial: um exemplo de análise

Nesta seção, apresenta-se, a título de exemplificação, a descrição da análise do editorial *A conta do impeachment*, conforme sistemizada a seguir.

<p>Contextualização: Ao mesmo tempo em que o processo de impeachment avança no Senado, acenando com a perspectiva de votação até o final de agosto, intensificam-se velhas e condenáveis práticas políticas com as quais um país envolvido no combate à corrupção não poderia compactuar.</p>
<p>Tese: Por isso, é preciso que tanto integrantes do governo provisório, interessados em referendar a decisão pró-impeachment, quanto senadores indecisos firmem de imediato um compromisso com a transparência, rejeitando qualquer possibilidade de barganha. Uma decisão dessa importância para o futuro do país precisa ser tomada com base em convicções, não na perspectiva de favores.</p>
<p>➤ Tese X A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão</p>
<p>A1: A1.1: [POIS] Por mais que sobrem negativas por parte do Executivo e o do Congresso, alguns movimentos já registrados até agora confirmam a possibilidade de que os esforços de convencimento de senadores indecisos deem margem a um verdadeiro balcão de negociações. A1.2: [POR EXEMPLO] Só um parlamentar da base governista teria condicionado seu voto favorável ao afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff à obtenção de 34 cargos nas instituições mais cobiçadas, entre quais Furnas e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A1.3: [E] O próprio presidente em exercício, Michel Temer, intensificou a agenda de almoços, jantares e reuniões com senadores, muitas vezes fora da agenda oficial, o que acaba dando margem a suspeições.</p>
<p>➤ A1.1 = A1.2: Expansão elaboração paratática do tipo exemplificação ➤ A1.2 + A1.3: Expansão extensão paratática do tipo adição aditiva positiva ➤ A1 + RT: Expansão extensão paratática do tipo adição por oposição</p>
<p>Reiteração da tese: [MAS] Um processo de impeachment é algo sério demais para ser decidido na base do toma lá dá cá, pois o que está em jogo é o futuro político e econômico do país.</p>
<p>Conclusão: O apelo por seriedade e por um diálogo baseado em argumentos claros vale não apenas para defensores do governo provisório, hoje com a chave do cofre e o mapa de cargos, mas também para os comprometidos com a defesa da presidente afastada.</p>

O editorial apresenta, em sua estrutura composicional, contextualização, tese, argumento (constituído de estruturas aninhadas em seu interior), reiteração da tese e conclusão. A tese defende que é preciso que integrantes do governo provisório e senadores indecisos “firmem de imediato um compromisso com a transparência, rejeitando qualquer possibilidade de barganha. Uma decisão dessa importância para o futuro do país precisa ser tomada com base em convicções, não na perspectiva de favores”. Na sequência, há o A1, que se articula à tese por ser sua justificativa

(intensificação hipotática do tipo causa: razão), já que, embora sobrem “negativas por parte do Executivo e o do Congresso, alguns movimentos já registrados até agora confirmam a possibilidade de que os esforços de convencimento de senadores indecisos deem margem a um verdadeiro balcão de negociações.” (A1.1).

A estrutura aninhada A1.1 é seguida da A1.2, que mostra um exemplo do que foi exposto em A1.1, por elaboração paratática do tipo exemplificação. Logo depois, é apresentada a estrutura A1.3, que se soma à anterior, por extensão paratática do tipo adição aditiva positiva. A seguir, há a reiteração da tese, que se contrapõe aos exemplos citados em A1.2 e A1.3 (extensão paratática do tipo adição por oposição) e a conclusão.

Na seção seguinte, há a análise interpretativa dos resultados.

5.3 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS E ARGUMENTAÇÃO: ANÁLISE SEMÂNTICO-INTERPRETATIVA

Antes de se analisarem, semântico-interpretativamente (RODRIGUES, 2013), os resultados quanto às relações lógico-semânticas, cabe destacar um importante achado desta pesquisa. Os textos que compuseram o *corpus* apresentaram características em comum, dentre elas terem sido publicados no contexto midiático brasileiro, debaterem assuntos referentes ao *impeachment* e serem argumentativos. A respeito desse caráter argumentativo, observou-se que foi frequente, nos exemplares de artigo de opinião, carta aberta e editorial, ocorrências de argumentos extensos os quais constituem-se de estruturas aninhadas em seu interior. Esse fenômeno é denominado, neste estudo, *aninhamento de argumentos* e se caracteriza pelo fato de haver estruturas (orações ou complexos oracionais) que se unem (na maioria das vezes por relações lógico-semânticas) no mesmo campo de sentido, atuando, juntas, na construção do argumento. Por esse ângulo, identificaram-se hierarquias e/ou proximidades de sentido entre as informações que se ligam a fim de formar, a partir de sua articulação, o “bloco de sentido”, o todo, o argumento.

Assim, essas estruturas verificadas formam *ninhos* e convergem para a organização do argumento, que resulta, portanto, da sua união, conforme pode ser percebido ao longo da descrição da análise textual, onde se evidenciaram diversas ocorrências. A expressão *aninhamento* foi escolhida para ser empregada devido à

filiação sistêmico-funcional que este trabalho possui, visto que existe, no estudo do complexo oracional, a expressão aninhamento de orações. Considerou-se, ao longo da análise, as relações lógico-semânticas estabelecidas entre argumentos, bem como entre essas estruturas aninhadas em seu interior.

Logo, tendo em vista que os textos analisados apresentam defesa de tese e uma argumentação que busca fundamentar esse ponto de vista, observou-se que as relações lógico-semânticas atuam fortemente na organização sequencial da argumentação nos exemplares. Partindo disso, a análise textual evidenciou um total de 477 ocorrências de relações lógico-semânticas articulando argumentos e tese e argumentos (incluindo as estruturas aninhadas em seu interior) entre si em exemplares dos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial. Nesse montante, houve predomínio de expansão (475 ocorrências) sobre projeção. Esses resultados finais podem ser observados mais detalhadamente no Quadro 17.

Quadro 17 - Resultados finais por gênero

	Relações lógico-semânticas argumentos – tese	Relações lógico - semânticas argumentos	Total
Artigos	21 15 intensificações 4 elaborações 2 extensões	126 54 extensões 46 intensificações 25 elaborações 1 locução	147
Cartas	27 20 intensificações 4 extensões 2 elaborações 1 locução	170 70 extensões 68 intensificações 32 elaborações	197
Editoriais	27 22 intensificações 4 extensões 1 elaboração	106 54 extensões 28 elaborações 24 intensificações	133
Total	75	402	477

Fonte: Elaborado pela autora.

O número de relações lógico-semânticas, bem como a estrutura composicional dos exemplares de cada gênero foram variados, comparando-os entre si. No entanto, isso é justificável, uma vez que, conforme Miller (1984), os gêneros discursivos são ações retóricas tipificadas, que, mesmo tendo ligação com situações recorrentes, apresentando características padronizadas (que os caracterizam como tal gênero e não outro), também possuem variações típicas da situação.

No que concerne às relações lógico-semânticas, em termos gerais, considerando o total de ocorrências constatadas (articulando argumentos e tese e argumentos/estruturas aninhadas entre si), houve maior incidência de relações de

expansão, como já mencionado. A expansão, conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 443), “relaciona fenômenos como sendo da mesma ordem da experiência”; a projeção, por outro lado, “relaciona fenômenos de uma única ordem da experiência (processos de dizer e pensar) com fenômenos de ordem superior”, ou seja, aquilo que as pessoas dizem e pensam.

O predomínio da expansão nos artigos de opinião, cartas abertas e editoriais, ao longo da articulação entre argumentos e tese e argumentos/estruturas aninhadas entre si, sugere a interpretação de que articulistas (artigos de opinião), remetentes (cartas abertas) e editorialistas/instituições jornalísticas (editoriais) estão, em primeiro lugar, preocupados com expandir, progredir, dar sequência à sua argumentação, intensificando (por meio de circunstâncias), estendendo (através de adições) e elaborando-as (a partir de exemplos, esclarecimentos, detalhes) dentro de um “espaço semântico contínuo” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 460).

Com isso, parecem visar, especialmente, que a sua própria voz seja levada em consideração por sua audiência, ficando, dessa forma, predominantemente na mesma ordem da experiência na sequência argumentativa. É evidente que há marcas de projeção ao longo dos textos e, inclusive, ligando argumentos e tese e argumentos entre si, mas a incidência é modesta se comparada à expansão. Além disso, cabe uma ressalva: as marcas de projeção que foram verificadas, em sua maioria, estavam dentro das estruturas aninhadas no interior dos argumentos, e não entre elas.

Dessa forma, mais do que voltados a projetar vozes como testemunhos de autoridade ou como meio de refutação (contra-argumentação), os autores procuram fazer progredir sua argumentação, dando mais espaço à sua própria voz, ao seu próprio discurso, propagando o seu ponto de vista. Eles sentem-se com autoridade para isso e buscam, assim, convencer seu público alvo e destinatário (no caso das cartas) a aderirem para si aqueles posicionamentos e/ou atenderem às solicitações ali manifestadas. Leva-se em conta, nesse sentido, que a argumentação visa sempre à adesão do público a quem se dirige (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; REBOUL, 1998), buscando, portanto, “influenciar o interlocutor” (MEYER, 2008, p. 1). Vem ao encontro disso o fato de que os gêneros analisados são todos do contexto midiático e são amplamente divulgados socialmente, o que corrobora o fato de que a mídia atua como formadora de opiniões, desenvolvendo um trabalho

ideológico, capaz de mobilizar formas particulares de representação do mundo e de construir relações sociais e identidades, como defende Fairclough (1995). As cartas abertas foram os gêneros que manifestaram maior número de ocorrências de relações lógico-semânticas no sentido de articular argumentos e tese e argumentos entre si. Logo após, estão os artigos de opinião, que são seguidos, por fim, pelos editoriais.

Em termos gerais, nos textos analisados, dadas as categorias da expansão, a intensificação e, na sequência, a extensão foram predominantes, sobressaindo-se ambas sobre a elaboração, o que corrobora essa preocupação com o prosseguimento da argumentação no texto. Inclusive, constatou-se uma grande variedade de dados (conforme pode ser conferido nos Quadros 14, 15 e 16, anteriormente apresentados). Dentre essas ocorrências, houve predomínio de intensificação (195, ou seja, 40,88%), seguida de extensão (188, o que contabiliza 39,41%) e elaboração (92, isto é, 19,28%).

Especificamente na articulação entre argumentos e tese, houve maior incidência de relações de intensificação (57 em um total de 75 ocorrências), segundo o Quadro 18 sistematiza.

Quadro 18 – Resultados finais: relações entre argumentos e tese

Relações entre argumentos e tese (75)	EXPANSÃO			PROJEÇÃO
	Intensificação	Extensão	Elaboração	Locução
	57	10	7	1
	76%	13,33%	9,3%	1,33%

Fonte: Elaborado pela autora.

Halliday e Matthiessen (2014, p. 444) explicam a intensificação como uma relação por meio da qual “uma oração expande outra adornando o entorno dela: qualificando-a com alguma característica circunstancial”. Nesse sentido, foi predominante a característica circunstancial de causa:razão (totalizando cinquenta e quatro ocorrências: trinta e uma de hipotaxe – indicando ideia de causa, justificativa,

explicação - e vinte e três de parataxe – indicando conclusão), revelando que os argumentos que embasam a tese foram escolhidos e apresentados ao leitor para justificar, motivar o ponto de vista, ou serem concluídos a partir desse posicionamento. Outra possibilidade, que também foi frequente, ocorreu quando os argumentos convergiram para a apresentação da tese ou de sua reiteração, estratégia que busca gerar expectativa no leitor. A propósito, a reiteração de tese é um recurso frequentemente empregado nos textos, o que sugere a busca por ratificar, reforçar, marcar bem o posicionamento defendido. É fundamental levar em consideração a importância da temática (*impeachment*) e do momento histórico e político de produção e divulgação dos textos (período de intensas discussões, que compreendeu um mês antes da aprovação da abertura do processo na Câmara dos Deputados e um mês após a consumação do *impeachment*), que suscitaram a elaboração de textos enfáticos quanto à defesa do ponto de vista, na busca de influenciar o público leitor a favor ou contra o impedimento da ex-Presidente.

É importante mencionar que esse resultado de predomínio de relações do tipo intensificação causa: razão articulando os argumentos e a tese é coerente com o que afirma Meyer (2008, p. 3), quando informa que a argumentação consiste em “justificação e explicação”. É comum que as teses sejam seguidas dessas justificativas, que trazem dados que as comprovem, o que corrobora aquilo que é defendido por Koch e Elias (2016, p. 24), as quais explicam que é uma exigência ao sujeito que está argumentando a construção, sob “um ponto de vista racional”, de uma explicação para o seu posicionamento, fazendo uso de experiências sociais e individuais.

Além disso, foram verificadas diversas relações articulando argumentos e estruturas aninhadas entre si. O destaque foi para as três predominantes: extensão, intensificação e elaboração, conforme mostra o Quadro 19.

Quadro 19 – Resultados finais: relações entre argumentos/estruturas aninhadas

Relações entre argumentos (402)	EXPANSÃO			PROJEÇÃO
	Extensão	Intensificação	Elaboração	Locução
	178	138	85	1
	44,27%	34,32%	21,14%	0,24%

Fonte: Elaborado pela autora.

O alto índice de relações de extensão foi recorrente ao longo dos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial, sobressaindo-se, sempre que eram apresentadas relações desse tipo, as paratáticas e as hipotáticas por adição aditivas positivas (que indicam soma: total de oitenta e sete ocorrências) e as opositivas (que indicam adversidade, contraste entre as informações que estão interligadas: total de setenta e cinco), originando, em algumas situações, argumentos por dissociação das noções, conforme a classificação dos argumentos proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Esse resultado foi mais evidenciado nas cartas abertas, seguidas dos artigos de opinião e depois dos editoriais, mas foi recorrente nos três gêneros.

Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 444), na extensão, uma oração irá expandir a outra “estendendo-se além dela: adicionando algum elemento novo, trazendo uma exceção ou oferecendo uma alternativa”. Neste caso, considerando a totalidade dos textos que compõem o *corpus*, a principal função da extensão identificada foi adicionar um elemento novo. Com isso, o fato de argumentos/estruturas aninhadas estarem unidos por relações de extensão revela uma intenção por parte de articulista, remetente e editorialista: proporcionar a progressão da argumentação, a partir da inserção de informações novas que se contrapõem ou se somam às anteriores. Busca-se, por intermédio dessas relações, sinalizar divergência, contraste entre ideias apresentadas ou simplesmente incorporar uma à outra, de forma que sua união resulte no todo de sentido, o que

pode ocorrer entre estruturas aninhadas (na materialização do *aninhamento*) ou entre argumentos (corroborando, juntos, a defesa da tese).

É fundamental relacionar a esses achados (predomínio de extensão) a situação de que a temática *impeachment*, além de ser muito importante, suscitou amplos debates, discussões, surgindo, a todo momento, novas informações, dados, opiniões, colocações (inclusive divergentes) acerca dos fatos. Isso, possivelmente, proporcionou essa maior preocupação com o desenvolvimento, com a progressão da argumentação nos textos, dado o grande número de informações a serem trazidas à tona nos artigos, cartas e editoriais.

Foi bastante significativo também o número de ocorrências de relações paratáticas e hipotáticas de intensificação entre argumentos/estruturas aninhadas. Nesse sentido, o predomínio foi daquelas que expressam causa-razão (que contemplam ideias de conclusão, com cinquenta e duas ocorrências, e de causa/explicação, com sessenta e três). Observou-se, com isso, que os argumentos/estruturas aninhadas comumente justificam, motivam e levam à conclusão uns dos outros. Dessa maneira, articulistas, remetentes e editorialistas não parecem preocupados apenas com apresentar argumentos que fundamentem seu posicionamento, mas sim estão bastante envolvidos com justificar, por meio dos próprios argumentos/estruturas aninhadas, o porquê de/a quê leva o argumento/*aninhamento* apresentado (isto é, sua causa, explicação, conclusão). Isso ocorre possivelmente em função de o tema debatido nos textos, *impeachment* de Dilma Rousseff, ser de grande relevância para a sociedade e, assim, exigir que o ponto de vista defendido fosse devidamente justificado, com vistas ao convencimento do leitor.

Assim, a partir do emprego das relações de intensificação, buscaram circunstanciar os fatos, adornar as informações, intensificando, ainda mais, a defesa de seu ponto de vista. Nessa perspectiva, esse resultado evidencia aquilo que Reboul (1998, p. 92) propôs ao conceituar argumento: “uma proposição destinada a levar à admissão de outra”. É possível relacionar esses argumentos/estruturas aninhadas aos tipos de argumento propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), mas o mais evidente deles, dentre as categorias de intensificação, certamente é o vínculo causal, que está dentre os argumentos fundados na estrutura do real.

Por fim, considerando as categorias predominantes (as de extensão), há ainda relações de elaboração, que foram menos frequentes (comparando-as com a extensão e a intensificação) na totalidade de resultados dos três gêneros analisados. Halliday e Matthiessen (2014) esclarecem que essa categoria de relações lógico-semânticas é utilizada para dizer em outras palavras, esclarecer ou exemplificar a oração ou parte dela. Dentre as relações lógico-semânticas de expansão, essa foi a que manifestou menor incidência. Com isso, fica evidente que há preocupação com o leitor, buscando esclarecer, detalhar, exemplificar alguns argumentos. No entanto, considerando o número de ocorrências, observa-se que a preocupação principal é, realmente, com a progressão da argumentação.

É provável que essa menor incidência de elaboração, quando comparada às demais categorias da expansão, deva-se ao fato de o tema (*impeachment* de Dilma Rousseff) ter estado muito em repercussão no momento em que os textos foram publicados, sendo amplamente divulgado e discutido midiaticamente, e, assim, o leitor desses textos ser possivelmente um conhecedor, apreciador, ou ao menos familiarizado com a temática. Provavelmente em função disso os autores não se detiveram tanto em explicações pormenorizadas, detalhadas sobre os assuntos debatidos. Essa interpretação é corroborada por Martin e White (2005) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) quando se referem, respectivamente, ao “leitor presumido” e “auditório presumido”. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 23), a efetivação da argumentação é dependente dessa concepção, de forma que, para os autores, o conhecimento do público a que se busca conquistar “é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”, sendo essencial um engajamento entre ambos. É possível relacionar esses argumentos/estruturas aninhadas por elaboração com alguns tipos de argumento propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), como é o caso dos quase lógicos que fazem apelo ao princípio da identidade e definição e dos exemplos, que integram aqueles argumentos os quais fundamentam a estrutura do real.

Cabe ressaltar, ainda, que esse predomínio de extensão e intensificação (sobretudo da primeira), entre argumentos/estruturas aninhadas, propicia o desenvolvimento, a evolução, o desenrolar da argumentação, o que se relaciona a pelo menos uma das características da argumentação apontadas por Perelman e

Olbrechts-Tyteca (2014): a progressão que há na organização dos argumentos com vistas a uma conclusão.

Por fim, outra característica bastante importante é que nem todas essas relações lógico-semânticas foram realizadas léxico-gramaticalmente por conjunções ou outros elementos coesivos (apenas 137 o foram). Há muitas relações que não são explícitas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), mas são depreendidas pelo contexto. O foco deste estudo não foi analisar a fundo se essas relações eram explícitas ou implícitas (o que pode ser desenvolvido em estudos futuros), mas observa-se, nesse sentido, que os autores esperam, com frequência, que seus leitores façam essas inferências, acreditando que se trata de um público leitor que aprecia, compreende e é familiarizado com assuntos referentes à política. Isso revela, mais uma vez, o “leitor presumido” (MARTIN; WHITE, 2005) ou “auditório presumido” (PERELMAN; OLBRECHTS- TYTECA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado vinculou-se à Linha de Pesquisa “Linguagem no Contexto Social” e ao Grupo de Pesquisa “Linguagem como Prática Social” (no CNPq), na área de concentração Estudos Linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, vinculou-se a dois projetos – “Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa – Fase II” (CABRAL, 2016) e “Mídia, política e gramática sistêmico-funcional” (CABRAL, 2013) –, desenvolvidos sob coordenação da Profa. Dr. Sara Regina Scotta Cabral, orientadora desta pesquisa.

Este trabalho propôs a análise da argumentação em gêneros argumentativos que circulam no contexto midiático do Brasil. O foco da investigação foram as relações lógico-semânticas que atuam na organização sequencial da argumentação nos textos. Para a realização deste estudo, partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: Como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro? A partir desta pergunta, surgiram outras:

- Quais relações lógico-semânticas articulam argumentos e tese?
- Quais relações lógico-semânticas articulam argumentos entre si?
- Que relações são mais recorrentes nos exemplares de cada gênero?
- Como essas relações contribuem para a organização sequencial da argumentação nos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial especificamente?

Com base nessas perguntas, foram propostos os objetivos do estudo. Assim, o objetivo geral desta tese de doutorado foi analisar como relações lógico-semânticas atuam na organização sequencial da argumentação em gêneros argumentativos divulgados no contexto midiático brasileiro. Esse objetivo geral constitui-se de outros objetivos específicos, isto é:

- 1) identificar tese e argumentos nos exemplares de cada gênero (artigo de opinião, carta aberta e editorial);
- 2) verificar as relações lógico-semânticas que, explícita (por meio de conjunções/expressões conjuntivas) ou implicitamente (depreendidas pelo contexto), articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto;

- 3) categorizar as relações lógico-semânticas que articulam argumentos e tese e argumentos entre si em cada texto;
- 4) contabilizar e sistematizar os dados quanto à incidência de relações lógico-semânticas em cada texto e em cada gênero;
- 5) identificar as relações lógico-semânticas mais recorrentes e, a partir disso, verificar como elas contribuem para a organização sequencial da argumentação nos gêneros como um todo.

Para a realização deste estudo, contou-se com o aporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014), abordagem de base social, semântica e semiótica que se volta para os usos da linguagem em contextos reais variados. Essa teoria fornece uma ferramenta de análise, a Gramática Sistêmico-Funcional. A GSF proporcionou que fossem adotadas, como categorias de análise, as relações lógico-semânticas sistematizadas pela abordagem hallidayana: expansão (elaboração, extensão e intensificação) e projeção (locução e ideia), as quais se cruzam com as noções de parataxe e hipotaxe. Além disso, embasaram teoricamente este estudo abordagens sobre argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; REBOUL, 1998; dentre outros), gêneros do discurso (BAKHTIN, [1992] 2011), com foco nos gêneros aqui analisados, e a perspectiva Sociorretórica de gênero (MILLER, 1984; BAZERMAN, 2005).

Com base nisso, esta pesquisa realizou-se a partir da análise de gêneros midiáticos que revelam posicionamentos de seus autores e do modo como se organiza sequencialmente a argumentação. A respeito desses textos, observou-se, ao longo do ano de 2016, quando se iniciou a escrita deste trabalho, que eram frequentes publicações sobre um fato com grande repercussão naquele momento: o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que acabou sendo consumado em 31 de agosto daquele ano.

A partir disso, pensou-se em organizar um *corpus* heterogêneo com textos que abordassem essa temática, para se obter resultados mais abrangentes sobre gêneros que circulam na mídia e que manifestam opinião, neste caso, sobre o processo de impedimento. Observou-se, então, que artigos de opinião, cartas abertas e editoriais, por possuírem importante função social e serem amplamente utilizados em sociedade, eram gêneros por intermédio dos quais as pessoas

manifestavam-se frequentemente sobre o tema. Cabe destacar que os gêneros selecionados apresentam/apresentaram uma organização passível de proporcionar análises consistentes em termos de argumentação.

Dessa forma, foi reunido um *corpus* de quarenta e cinco textos (quinze artigos de opinião, quinze cartas abertas e quinze editoriais), publicados em diferentes veículos de comunicação brasileiros (jornais, revistas, *blogs*, páginas em redes sociais, páginas de entidades e instituições, dentre outros) no período que compreende um mês antes da votação pela abertura do processo na Câmara dos Deputados, ou seja, março de 2016, e um mês após a efetivação do *impeachment* da ex-Presidente, isto é, setembro do mesmo ano, quando o assunto repercutiu muito. Optou-se por uma pesquisa qualitativa com suporte quantitativo que contemplou três etapas: análise contextual (HASAN, 1989), análise textual e análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013).

Destaca-se, neste momento, que este estudo evidenciou a existência de argumentos que se constituíram de estruturas aninhadas por relações de sentido. Este fenômeno, constatado ao longo da análise dos textos, foi aqui denominado *aninhamento* de argumentos (*aninhamento* é empregado, neste trabalho, como referência ao aninhamento de orações do complexo oracional, foco da metafunção ideacional lógica da GSF), na medida em que as estruturas que compõem os argumentos se aninham, reunindo-se na sua formação, e o argumento, por sua vez, fundamenta o posicionamento defendido no texto. Vale reiterar também que foram levadas em conta ocorrências de relações explícitas e implícitas entre orações e complexos oracionais, tendo em vista que, muitas vezes, ainda que não estejam materializadas por expressões coesivas, existem essas relações.

Quanto às relações lógico-semânticas entre argumentos/estruturas aninhadas e entre tese e argumentos, foi constatado, na totalidade dos exemplares dos gêneros, um número bastante expressivo: 477 (com predomínio, em termos gerais, de intensificação seguida de extensão). O predomínio foi de relações de expansão, revelando a preocupação com expandir, desenvolver, progredir a argumentação. Entre argumentos e tese, a articulação foi feita por relações de expansão (extensão, elaboração e intensificação) e projeção (locução), mas a incidência maior foi de relações de intensificação paratática e hipotática, principalmente aquelas que expressam causa:razão. Nesse sentido, observou-se que os argumentos surgem

como justificativas, explicações, motivações para a tese defendida, são concluídos a partir dela ou convergem para a apresentação do posicionamento (o que se verificou com frequência quando houve reiteração da tese).

Entre argumentos/estruturas aninhadas em seu interior, houve predomínio de relações de extensão (comparando sua incidência com a de intensificação e a de elaboração; juntas, as três categorias mais recorrentes no *corpus*) e, dentre estas, ocorreu maior incidência das que expressam adição aditiva positiva e opositiva. Nesse sentido, foi percebido que, com frequência, os autores dos textos expandem sua argumentação, organizando-a sequencialmente a partir da incorporação de informações novas que se unem às anteriores, proporcionando, assim, a progressão da argumentação.

Ainda no âmbito do desenvolvimento da argumentação, a segunda relação mais frequente foi a intensificação (dentre suas categorias, predominou a de causa:razão). A partir disso, observou-se que os autores têm expressiva preocupação com intensificar uns argumentos/estruturas aninhadas por meio de outros, geralmente atribuindo entre eles noções de causa. Ou seja, esses argumentos dão sequência ao texto sendo uns a motivação ou a conclusão de outros, viabilizando a sustentação, a justificativa do que se está afirmando.

Com incidência relevante, mas menos expressiva do que as das categorias de extensão e intensificação, aparece a elaboração. O fato de ser menos frequente esta relação revela que os autores estão menos atentos ao detalhamento das informações, isso provavelmente pelo fato de ser um assunto bastante repercutido no momento da publicação dos textos.

Dessa maneira, as relações lógico-semânticas (principalmente estas mais frequentes nos textos) contribuem para a organização da sequência argumentativa dos gêneros artigo de opinião, carta aberta e editorial. Com base no exposto, tendo em vista os exemplares dos gêneros analisados nesta pesquisa (mas que, nesse sentido, podem servir como parâmetro para outros gêneros argumentativos também empregados em situações reais de uso), propôs-se a seguinte tese para este estudo: ao contribuírem para a organização sequencial de gêneros argumentativos, as relações lógico-semânticas tendem a se manifestarem por expansão, com predomínio de intensificação e extensão, de maneira que, entre argumentos e tese, sobressaem-se relações de intensificação (sobretudo de causa:razão), e, entre

argumentos e no interior dos *aninhamentos*, prevalecem relações de extensão, principalmente de adição (soma e oposição), bem como de intensificação, sobretudo de causa: razão.

Partindo desta pesquisa e dos resultados aqui obtidos, há perspectiva de estudos futuros. Essas investigações podem ser voltadas a uma análise mais profunda em termos de influências de relações táticas (parataxe e hipotaxe) nos dados constatados quanto às relações lógico-semânticas. Há também interesse em se investigar esses resultados comparando ocorrências explícitas e implícitas de relações, estabelecendo, inclusive, uma articulação mais detalhada entre relações lógico-semânticas e estratégias argumentativas/tipos de argumento. Sugere-se também o desenvolvimento de uma proposta didática sobre relações lógico-semânticas em gêneros argumentativos, o que seria de grande valia para o ensino da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In.: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1992] 2011, p. 261-269. Tradução Paulo Bezerra.
- BARBARA, L.; GOMES, M. C. A. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. **Revista Letras**, Santa Maria, v.20 n. 40, p. 67-92, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12026>>. Acesso em: 09 jul. 2016.
- BARBARA, L.; MACÊDO, C. M. de M. Linguística sistêmico-funcional para análise de discurso: um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 89-107, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1212>>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. São Paulo: Parábola, 2013. Tradução Benedito Gomes Bezerra.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005. Tradução Judith Chambliss Hoffnagel.
- BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 225-234.
- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, p. 01-12, ago., 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opinioao.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- BORTOLUZZI, V. I. **Que justiça é essa?** Aspectos teórico-metodológicos da investigação de representações discursivas da justiça em acórdãos de habeas corpus e cartas do leitor. 2008. 237 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.
- CABRAL, S. R. S. **Núcleo de estudos em Língua Portuguesa (NELP) – Fase II**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Projeto de Pesquisa.
- _____. **Mídia, política e gramática sistêmico-funcional**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Projeto de Pesquisa nº 034712.
- _____. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração**. 2007. 248 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008. Tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FARENCENA G. S. **Artigo de opinião como macrogênero**: relações lógico-semânticas na perspectiva sistêmico-funcional. 2016. 298 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

FIORIN, J. L. O *phatos* do enunciatário. **Alfa Revista de Linguística**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4297/3885>>. Acesso em: 30 out. 2016.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014

FUZER, C.; GONÇALVES, A. B. Recursos interpessoais da linguagem em carta aberta na perspectiva sistêmico-funcional. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v.10, n. 17, p. 27-47, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14784>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GEHRKE, N. A. **Foto do dia ou micro-crônica verbo-visual**: um gênero na perspectiva da Escola de Sydney. 2015. 214 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p.13-47, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/27795>>. Acesso em: 12 set. 2016.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais> >. Acesso em: 15 jan. 2018.

GRUPO RBS. **Quem somos**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/quem-somos/o-grupo-rbs/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. **An introduction to functional grammar**. 2 ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to functional grammar**. 3 ed. Hodder Education, 2004.

_____. **An introduction to functional grammar**. 4th. ed. London: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, Context, and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, R. Part II. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HYON, S. *Genre in three traditions: implications for ESL*. **Tesol Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 693-722, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3587930?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 07 out. 2016.

KOCH I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

KOCH I. G. V.; ELIAS V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTIN, J.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MENDES, W. V. **Mecanismos de junção em textos acadêmicos: uma abordagem sistêmico-funcional**. 2016. 223 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2016.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEYER, B. **A arte de argumentar**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. Tradução Ivone C. Benedetti.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.

MUNDIM, P. S. Tomando partido ou competição midiática? Uma análise do viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **5º Congresso de Compólitica**. Curitiba: 2013. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT08-Jornalismo-politico-PedroSantosMundim.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

NININ M. O. G. **Pesquisa colaborativa: das práticas de pesquisa à resignificação das práticas dos pesquisandos**. 2006. 320 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

NUNES, G. G. **O Estadão e a Presidente**: o editorial como estratégia de avaliação. 2014. 159 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

OHUSCHI, M. C. G.; BARBOSA, F. S. O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 303-314, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/13383/13383>>. Acesso em: 16 out. 2016.

OLIVEIRA, L. R de. Inter-relações de sequências textuais no interior do gênero carta aberta. In: **XVIII Semana de Humanidades**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT43/INTER-RELAES%20DE%20SEQUNCIAS%20EM%20CARTA%20ABERTA%20trabalho%20completo.pdf> . Acesso em: 16 out. 2016.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Tradução de Maria Ermantina Prado Galvão.

PINTON, F. M. **Análise Crítica de Gênero de reportagens didáticas sobre o ensino de produção textual na revista Nova Escola (2006-2010)**. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

PONTES, J. A. V. **Histórico do grupo Estado**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em 18 jan. 2018.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Tradução Ivone Castilho Benedetti.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros - teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.153-183.

RODRIGUES, D. L. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. 2013. 126 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

RYSTROM, K. **The why and How of the Editorial Page**. USA: Strata Publishing Company, 2 ed., 1993.

SILVA, J. Q. G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal**: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2002.

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. 2006. 419 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2006.

THOMPSON, G.; THETELA, P. *The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse*. **Text**, v. 15, n. 1, 1995. p. 103-127.

TICKS, L.K. **(Re)construção de concepções, práticas pedagógicas e identidades por professoras de inglês pré e em serviço**. 2008. 329 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

VIAN Jr., Orlando. Sobre o conceito de gêneros do discurso: diálogos entre Bakhtin e a lingüística sistêmica funcional. In: Brait, Beth (Org.) **Estudos enunciativos no Brasil. Histórias e Perspectivas**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

Textos analisados:

ALBUQUERQUE, L.; PAIXÃO, P. Carta aberta a Dilma Rousseff. **Página Jornalistas Livres - Facebook**, 22 abr. 2016. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/jornalistaslivres/posts/361308620659688>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

CARTA aberta a Dilma Rousseff. **O Sul**, 02 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/carta-aberta-a-dilma-rousseff>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

CARTA de artistas e profissionais das artes visuais em defesa da democracia e dos direitos expressos na Constituição brasileira. 25 mar. 2016. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Congresso_Nacional_e_Comissao_do_Impeachment_CARTA_DE_ARTISTAS_E_PROFISSIONAIS_DAS_ARTES_VISUAIS_EM_DEFESA_DA_DEMOCRACIA_1/?aqEeteb>. Acesso em 28 mar. 2016.

CARTA aberta dos alunos, ex-alunos e professores da UFRGS. Porto Alegre, 04 abr. 2016. Disponível em: <<https://impeachmentufrgs.wordpress.com>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

CARTA, D. Carta aberta a Dilma Rousseff. **Carta Capital**, 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/905/carta-aberta-a-dilma-rousseff>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CONSUNI – CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFPB. **Carta aberta em defesa da democracia e da universidade pública**. João Pessoa, 06 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/carta-aberta-em-defesa-da-democracia-e-da-universidade-p%C3%BAblica>>. Acesso em: 03 maio 2016.

FIGUEIRA, L. F. B. **Carta aberta de Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira sobre o “impeachment”**. 16 abr. 2016. Disponível em: <<https://socialistalivre.wordpress.com/2016/04/16/carta-aberta-de-dr-luis-fernando-bulhoes-figueira-sobre-o-impeachment>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

KRAMER, D. M. T de L. Cena de cinema. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cena-de-cinema,10000072474>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Depois da queda. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,depois-da-queda,10000073077>>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Golpear não é preciso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,golpear-nao-e-preciso,10000024639>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Lé com cré. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/dora-kramer/le-com-cre/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Último tango de uma nota só. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 mai. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ultimo-tango-de-uma-nota-so,10000049686>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MARTINS, A. C. M. et al. Carta aberta dos professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 26 mar. 2016. Disponível em: <<https://democraciaeconjuntura.wordpress.com/2016/03/26/carta-dos-professores-de-direito-da-unb>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

MATTOS, H. Os historiadores e a presidenta (carta aberta à Dilma Rousseff). Rio de Janeiro, 06 maio 2016. Disponível em: <<https://conversadehistoriadoras.com/2016/05/06/os-historiadores-e-a-presidenta-carta-aberta-a-dilma-rousseff>>. Acesso em: 9 maio 2016.

MÉDICOS PELA DEMOCRACIA. **Médicos pela Democracia divulgam Carta Aberta aos Senadores**. Salvador, 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/medicospelademocracia>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

MIOLA, J. Carta aberta ao STF: houve crime de responsabilidade? **Brasil 247**, 12 set. 2016. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/jefersonmiola/254631/Carta-aberta-ao-STF-houve-crime-de-responsabilidade.htm>>. Acesso em: 14 set. 2016.

NOBLAT, R. J. D. As armas de Dilma para escapar da degola. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/meus-textos/noticia/2016/04/armas-de-dilma-para-escapar-da-degola.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. O impeachment de Dilma está consumado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/meus-textos/noticia/2016/08/o-impeachment-de-dilma-esta-consumado.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

NOBLAT, R. J. D. O PT e o governo legitimaram “o golpe”. Ou melhor: o impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.globo.com/meus-textos/noticia/2016/04/o-pt-e-o-governo-legitimaram-o-golpe-ou-melhor-o-impeachment.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. O Senado e Lewandowski mandaram às favas todos os escrúpulos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 set. 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.globo.com/meus-textos/noticia/2016/09/o-senado-e-lewandowski-mandaram-favas-todos-os-escrupulos.html>>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. Sem pressa para julgar Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.globo.com/meus-textos/noticia/2016/06/sem-pressa-para-julgar-dilma.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NOGUEIRA, P. Carta aberta a Dilma. **Diário do Centro do Mundo**, 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/carta-aberta-a-dilma-por-paulo-nogueira>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. Impeachment é o melhor caminho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2016. Disponível em: <<http://opinioo.estadao.com.br/noticias/geral,impeachment-e-o-melhor-caminho,10000025268>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. Impeachment é o melhor caminho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 set. 2016. Disponível em: <<http://opinioo.estadao.com.br/noticias/geral,o-desfecho-do-impeachment,10000073328>>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. O impeachment a um passo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2016. Disponível em: <<http://opinioo.estadao.com.br/noticias/geral,o-impeachment-a-um-passo,10000067989>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. Os imorais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2016. Disponível em: <<http://opinioo.estadao.com.br/noticias/geral,os-imorais,10000072422>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Um tiro pela culatra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://opinioo.estadao.com.br/noticias/geral,um-tiro-pela-culatra,10000059803>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

O GLOBO. Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opinioo/impeachment-mostra-que-brasil-nao-venezuela-19301385>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

_____. Não faltam provas para o impeachment de Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opinioo/nao-faltam-provas-para-impeachment-de-dilma-19989091>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

O GLOBO. Não vai mesmo ter golpe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/nao-vai-mesmo-ter-golpe-19099610>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Tempo do impeachment corre contra o país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 abr. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/tempo-no-impeachment-corre-contrapais-19024157>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Teses pelo impeachment se consolidam. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/teses-pelo-impeachment-se-consolidam-19251895>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

OLIVEIRA, R. A. de. Defesa para cumprir formalidade. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2016/04/defesa-para-cumprir-formalidade-5754412.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Dilma frustra críticos e desagrada aliados. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2016/04/dilma-frustra-criticos-e-desagrada-a-aliados-5784464.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Dilma perde batalha decisiva. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2016/04/dilma-perde-a-batalha-decisiva-5780543.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Não é pelas pedaladas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2016/04/nao-e-pelas-pedaladas-5778518.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Senado decreta morte política de Dilma Rousseff. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2016/08/senado-decreta-a-morte-politica-de-dilma-rousseff-7356919.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

ONDDA. **Atriz Letícia Sabatella escreve carta à Dilma**. 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://ondda.com/noticias/2016/08/atriz-leticia-sabatella-escreve-carta-dilma-leia-na-integra>>. Acesso em: 03 set. 2016.

ROUSSEFF, D. **Mensagem ao povo brasileiro e ao Senado Federal: A democracia há de vencer**. Brasília, 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://dilma.com.br/mensagem-ao-povo-brasileiro-e-ao-senado-federal-democracia-ha-de-vencer>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

YAROCHEWSKY, L. I. **Carta aberta ao Presidente da OAB** – Por Leonardo Isaac Yarochevsky. Florianópolis, 27 mar. 2016. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/carta-aberta-ao-presidente-da-oab-por-leonardo-isaac-yarochevsky>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ZERO HORA. A conta do impeachment. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/06/a-conta-do-impeachment-6222090.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Nova etapa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/08/nova-etapa-7353329.html>>. Acesso em 02 set. 2016.

_____. O desafio do impeachment. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/05/o-desafio-do-impeachment-5798075.html>>. Acesso em 15 mai. 2016.

_____. O lado certo da história. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/04/o-lado-certo-da-historia-5781180.html#>>. Acesso em 24 abr. 2016.

_____. Sessão para a história. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/08/sessao-para-a-historia-7344191.html>> . Acesso em 30 ago. 2016.

ANEXO

EXEMPLO DE ANÁLISE: ARTIGO DE OPINIÃO

Não é pelas pedaladas (Rosane de Oliveira)

Lead: Pedaladas são o argumento jurídico usado para embasar o impeachment. Elas são o pretexto para o enquadramento, não o motivo principal

14/04/2016 - 21h20min | Atualizada em 15/04/2016 - 17h06min

Contextualização: Sejam sinceros: alguém de fato acredita que a presidente Dilma Rousseff está ameaçada de perder o mandato pelas pedaladas fiscais? **Tese:** É claro que não. As pedaladas fiscais são o argumento jurídico usado para embasar o pedido de impeachment. Jamais teriam sido invocadas se Dilma ostentasse os índices de popularidade que tinha no início do primeiro mandato. Elas são o pretexto para o enquadramento, não o motivo principal.

- ¹⁹Tese x A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A1:

A1.1:[POIS]²⁰ Dos líderes empresariais aos caciques da oposição, o que mais se ouve é que Dilma deve ser afastada "porque perdeu as condições de governar".

A1.2: A esse argumento, somam-se outros da mesma família, dependendo do interlocutor. **A1.3:** São citados, não necessariamente nesta ordem, a corrupção na Petrobras, as delações premiadas de presos na Operação Lava-Jato, a começar pelo senador Delcídio Amaral, a compra superfaturada da refinaria de Pasadena, a desorganização das contas públicas, o desemprego, a tentativa de burlar a Justiça nomeando o ex-presidente Lula ministro da Casa Civil para escapar das garras do juiz Sergio Moro.

- A1.2 = A1.3: Expansão elaboração por exemplificação

A2:

A2.1: Pedaladas? Ah, sim. É considerado crime de responsabilidade atentar contra a lei orçamentária, **A2.2:** mas aí se entra no terreno dos questionamentos feitos pela defesa. **A2.3:** E não era crime de responsabilidade em outros governos? Não é isso o que os governadores fazem quando usam depósitos judiciais de terceiros para pagar contas que a receita não cobre? Não foi pedalada o que fez Germano Rigotto

¹⁸ O foco da análise foram tese (incluindo reiteração de tese, quando houve) e argumentos/estruturas aninhadas. Tese e reiteração de tese estão indicados em cor amarela; argumentos/estruturas aninhadas, em cor verde. Porém, para organizar a apresentação dos dados, foram sinalizadas também o que foi denominado contextualização e conclusão, tendo em vista que os textos estão na íntegra. Em alguns exemplares, como no artigo de opinião e no editorial cujas análises estão aqui expostas, verificou-se, ainda, o *lead*, um resumo do conteúdo abordado, logo no início do texto. Estes três elementos composicionais estão sinalizados em cor azul. Essas sinalizações são feitas sempre no início de cada elemento composicional.

¹⁹ Classificações das relações lógico-semânticas verificadas; foram sinalizados os elementos do texto que são articulados pela relação: argumento, estrutura aninhada, tese, reiteração de tese.

²⁰ Relações lógico-semânticas que não estão explícitas, mas são depreendidas pelo contexto: conjunções/expressões conjuntivas inseridas em fonte maiúscula e entre colchetes.

ao pagar o 13º salário dos servidores com um empréstimo do Banrisul, tomado em nome do funcionário, já que o Estado esgotara sua capacidade de endividamento?

- A2.1 + A2.2: Expansão extensão paratática do tipo adição por oposição
- A2.2 = A2.3: Expansão elaboração paratática por exemplificação

A2.4: Foi por achar que seria considerado pedalada que o governador José Ivo Sartori fez o mesmo em 2015 mas não mencionou o Banrisul no projeto encaminhado à Assembleia. Apenas fixou uma indenização pelo atraso no 13º salário, por acaso equivalente ao juro cobrado do Banrisul, que imediatamente abriu linha de crédito para os servidores, com pagamento em seis vezes, nas mesmas datas em que o governo pagará quem não tomou o financiamento.

- A2.4 x RT: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão

Reiteração da tese: [PORTANTO] Dilma está prestes a ser julgada porque seu governo vai mal e porque na presidência da Câmara está um inimigo, o deputado Eduardo Cunha.

- RT x A3: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A3:

A3.1: [JÁ QUE] Pedidos de impeachment são corriqueiros no governo federal e nos Estados, **A3.2:** mas acabam no arquivo por decisão do presidente do Legislativo, que não precisa sequer justificar a decisão.

- A3.1 + A3.2: Expansão extensão paratática do tipo adição por oposição

Conclusão: Para acatar um pedido é preciso que haja indício de crime de responsabilidade. Para que siga adiante, essa condição precisa ser combinada com pressão popular e clima político desfavorável ao governante.

EXEMPLO DE ANÁLISE: CARTA ABERTA

Carta Aberta dos Professores da Faculdade de direito da Universidade de Brasília

Contextualização: As professoras e os professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília abaixo assinados(as), cientes da importância da manifestação de docentes da Faculdade num quadro de crise que ameaça os pressupostos do Estado Democrático de Direito, apresentam a seguinte CARTA ABERTA à sociedade brasileira.

O Brasil é uma república federativa que se constitui como Estado Democrático de Direito. Essa decisão fundamental, adotada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, deve nortear a atuação de todos os poderes da República e especialmente o Poder Judiciário, em todos os graus de jurisdição. Os procedimentos judiciais e administrativos, emitidos por representantes de todos os poderes, devem obediência ao primado do Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais, que precisam ser considerados como indissociáveis de uma democracia.

O Brasil tem presenciado, nos últimos dias, a adoção de medidas judiciais que, em seu conjunto, comprometem a imparcialidade que deve guiar a atuação de todo e qualquer juiz e violam, de forma flagrante, direitos fundamentais como o devido processo legal, a presunção de inocência, o direito à ampla defesa com todos os meios a ela inerentes e, sobretudo, a garantia da autonomia privada, traduzida na proteção à privacidade. **Tese:** O fato de tais decisões terem sido proferidas por órgãos do Judiciário é de extrema gravidade e suscita grande preocupação.

- Tese x A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A1:

A1.1: [PORQUE] O poder da República que foi concebido, pelo Constituinte de 1987/1988, como garantidor da democracia e dos direitos fundamentais incorre em evidente desvio de finalidade ao permitir que suas decisões sejam amparadas numa agenda político-partidária que não deveria interferir – nem inspirar – a fundamentação de decisões, particularmente na esfera criminal.

A2:

A2.1: O presidencialismo é o sistema de governo adotado no Brasil, consoante deliberação constitucional ratificada por plebiscito. **A2.2:** [E] O(a) ocupante do cargo de Presidente, eleito(a) por voto popular, possui legitimidade das urnas para exercer as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. **A2.3:** O instituto do impeachment é de natureza excepcional **A2.4:** e, para sua configuração, exige que o(a) mandatário(a) cometa crime de responsabilidade cuja autoria deve ser demonstrada mediante provas consistentes. **A2.5:** [ENTÃO] Há que se respeitar, em todo o processo relacionado a eventual pedido de impeachment, as garantias constitucionais do processo, a ampla defesa e os direitos fundamentais previstos na Constituição da República.

- A2.1 + A2.2: Expansão extensão paratática do tipo adição aditiva positiva

- A2.3 + A2.4: Expansão extensão paratática do tipo adição aditiva positiva
- A2.4 x A2.5: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão

Reiteração da tese: Nós, professoras e professores do curso de direito da Universidade de Brasília, nos sentimos compelidos a exortar todos os poderes constituídos da Nação a respeitar a Constituição, os procedimentos democráticos de eleição e exercício dos mandatos eletivos e a vontade popular manifestada de modo legítimo.

- RT x A3.1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A3
A3.1: [PORQUE] O Brasil enfrentou um período autoritário que deixou marcas indelévels na sociedade brasileira. **A3.2:** A ruptura com esse regime é a marca da Constituição da República em vigor. **A3.3:** [MAS] Inesperadamente, nos deparamos com uma ameaça autoritária que se apresenta sob a forma de procedimentos e decisões judiciais adotadas em contrariedade à Constituição. **A3.4:** [ENTÃO] Ao Poder Judiciário incumbe zelar pela observância dos direitos fundamentais, inclusive de forma contramajoritária.

- A3.2 +A3.3: Expansão extensão paratática do tipo adição por oposição
- A3.3 x A3.4: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão A3.4 x RT: Expansão intensificação paratática do tipo causa: razão

Reiteração da tese: [PORTANTO] Nós, professoras e professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, nos manifestamos em público, por meio desta CARTA ABERTA, em defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito e da cidadania. **Conclusão:** Por tal razão, REJEITAMOS o caráter arbitrário, antidemocrático e ilegal das últimas decisões judiciais proferidas no âmbito da intitulada “Operação Lava Jato” e CONCLAMAMOS o Poder Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal, a promover a guarda da Constituição, restabelecendo o primado do Estado Democrático de Direito e a observância dos direitos fundamentais.

Brasília, 22 de março de 2016

Argemiro Cardoso Moreira Martins
 Beatriz Vargas
 Camila Prando
 Cristiano Paixão
 Menelick de Carvalho Netto
 Claudia Roesler
 Mamede Said Maia Filho
 Gabriela Neves Delgado
 Juliano Zaiden Benvindo
 Guilherme Scotti
 Marcelo Neves
 Valcir Gassen
 Cristina Zackseski
 José Geraldo de Sousa Junior

Eneá de Stutz e Almeida
Janaina Penalva
Débora Diniz
Ana Frazão
Wilson Roberto Theodoro Filho
Alexandre Bernardino Costa
Evandro Piza Duarte
Ana Claudia Farranha
Daniela Marques de Moraes
Alejandra Leonor Pascual
Lívia Gimenes Dias da Fonseca
Ísis Menezes Táboas
Roberto Aguiar

EXEMPLO DE ANÁLISE: EDITORIAL

Teses pelo impeachment se consolidam (Jornal O Globo)

Lead: *Não é por acaso que a nota de risco do país é mais uma vez rebaixada; reflete a percepção de uma presidente entrincheirada no Palácio e a ausência de governo*

07/05/2016 - 12h07 Editorial O Globo

Contextualização: A derrota do PT na comissão especial do impeachment no Senado ocorreu, como previsto, por robusta margem. Os 15 votos a cinco a favor da aprovação do competente relatório do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) pelo impedimento da presidente Dilma repetiram a proporção elevada de acima de 70% já verificada no plenário da Câmara, na aceitação do pedido de abertura de processo contra a presidente. Ficaram visíveis em alguns membros da bancada dilmista na comissão o sentimento de derrota e a percepção de que na semana que vem ela deverá ser afastada do Planalto pelo plenário do Senado.

Mas, coerente com o perfil lulopetista, senadores do partido partiram para o ataque, como os parlamentares do PT costumam fazer em qualquer circunstância.

TESE: A tese permanente do “golpe” é agora reforçada pela tentativa de manipulação da decisão do Supremo de afastar o deputado Eduardo Cunha do mandato e, portanto, da presidência da Câmara.

- Tese x A1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A.1:

A1.1: [POIS] O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, desde o início decidido a recorrer ao menor pretexto contra o impedimento — é direito seu —, logo afirmou que iria pedir a anulação de todo o processo pelo “desvio de poder” do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao acolher o pedido contra a presidente.

- A1.1 = A1.2: Expansão elaboração paratática do tipo clarificação

A.1.2: Se o STF afastou Cunha pelo conjunto da obra de malfeitos, terá de invalidar todos os seus atos à frente da Casa, raciocina.

- A1 + A2: Expansão extensão paratática por adição aditiva positiva

A.2: [E] A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) tentou suspender a sessão de ontem para que fosse esclarecida a questão.

- A2+ A3: Expansão extensão paratática por adição aditiva positiva

A.3: [E] Na mesma tecla bateu o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

- A3 + A4: Expansão extensão paratático tipo adição por oposição

A4:

A4.1: Mas é inútil.

- A4.1 X A4.1.1: Expansão intensificação hipotática do tipo causa: razão

A4.1.1: Ora, [PORQUE] Eduardo Cunha aceitou o pedido de impeachment na função plena de presidente da Câmara.

- A4.1.1 + A4.1.2: Expansão extensão paratática por adição aditiva positiva

A.4.1.2: E não teve qualquer interferência na obediência a um rito definido não por ele, mas pelo próprio Supremo, o garantidor da tramitação do pedido de impedimento da presidente no Congresso.

A4.1.3: Por sinal, quando Cunha começou a estabelecer um rito próprio, logo na escolha da comissão especial que iria avaliar a admissibilidade do pedido, o STF interveio, e o presidente da Câmara nada mais pôde fazer a não ser cumprir as regras definidas pela Corte.

- A4.1.2 = A4.1.3: Expansão elaboração paratática por clarificação
- A4 + A5: Expansão extensão paratática por adição aditiva positiva

A5:

A5.1: E de mais a mais, como ressaltou o deputado Miro Teixeira (Rede-RJ) à Globonews, na própria quinta à noite, depois da vitória do voto de Teori Zavascki contra Cunha, a decisão do Supremo não retroage. A5.2: Quer dizer, não invalida qualquer ato de Cunha como presidente da Câmara.

- A5.1 = A5.2: Expansão elaboração paratática por exposição

Conclusão: Resta do sinal verde dado ontem no Senado a constatação de que se consolida a acusação de que a presidente cometeu crime de responsabilidade ao praticar pedaladas fiscais e ao emitir decretos para realizar despesas sem a aprovação do Congresso. Não se tratam de “detalhes técnico-contábeis”, como tentou minimizar Lindbergh Farias. Apenas as pedaladas escamotearam um rombo de mais de R\$ 50 bilhões, convertidos em empréstimos de bancos públicos ao Tesouro, grave infração à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não por coincidência, na quinta a Agência Fitch rebaixou mais uma vez a nota de risco do país. Este é o pano de fundo da crise política: enquanto permanece no Planalto uma presidente petrificada diante da rejeição popular e vítima de catatonia ideológica, a economia continua a mergulhar no abismo, na ausência de governo no país.